

Veículo: Gov Bahia	
Data: 15/02/2021	



App Preço da Hora Bahia permite compartilhar com amigos menores preços de produtos

15 fevereiro 2021



Foto: Sefaz-BA

Encontrou um bom preço de determinado produto e quer compartilhar a oportunidade de economia com amigos e familiares? Isso é possível via aplicativo Preço da Hora Bahia. Lançado pelo Governo do Estado em abril do ano passado como ferramenta de pesquisa de preços praticados no mercado baiano, o aplicativo traz entre suas funcionalidades a possibilidade de compartilhamento de valores dos itens pesquisados via WhatsApp, Instagram, Facebook, SMS, e-mail, Telegram, dentre outros aplicativos.

Fácil de ser acessada, a funcionalidade segue os padrões visuais de compartilhamento da linguagem das redes sociais. Ao clicar no símbolo padrão de compartilhamento – os três pontos interligados –, ao lado do produto pesquisado, o usuário do aplicativo escolhe o meio por onde quer repassar a informação encontrada.

Tendo como forte apelo auxiliar os baianos a evitar deslocamentos desnecessários em meio à pandemia, o Preço da Hora Bahia iniciou o ano de 2021 com 381,8 mil usuários, dos quais 205,8 mil em Salvador. Os números atestam o sucesso da ferramenta que pesquisa em segundos os preços mais baixos de todos os produtos à venda no mercado varejista da Bahia, em todos os 417 municípios, com base nas informações extraídas das notas fiscais eletrônicas.

“Além de facilitar a vida de quem gosta de praticidade e quer evitar circular desnecessariamente em meio à pandemia, o Preço da Hora é uma importante ferramenta de economia para as finanças pessoais ou de empresas”, enfatiza o diretor de Produção de Informações da Sefaz-Ba, Jadson Bitencourt.

Como baixar e utilizar

Para começar a utilizar o aplicativo é simples: ele está disponível para download na Apple Store e no Google Play e também pode ser acessado pelo site precodahora.ba.gov.br.

Além de permitir a pesquisa em um raio de até 30 quilômetros de onde se localiza o usuário, em qualquer município do estado, o app traz uma série de outras funcionalidades. O usuário pode ver na tela o dia e a hora de realização da última venda da mercadoria, além de telefone e rota para se chegar ao estabelecimento onde ela está disponível.

A Sefaz-Ba lançou recentemente a versão 1.2 da ferramenta, com novas funcionalidades, a exemplo da possibilidade de denunciar contribuintes que se recusam a emitir a nota, entre outras irregularidades, e ainda o histórico de preços de combustíveis.

Existem ainda canais específicos para pesquisas em farmácias e postos de gasolina, mapa com as três melhores ofertas na região pesquisada e a possibilidade de se preparar listas de compras com até 40 itens, obtendo os cinco melhores preços na cidade.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 16/02/2021	Caderno: Notícias



Terça, 16 de Fevereiro de 2021 - 00:00

Mudar a forma de cobrança do ICMS vai reduzir o preço da gasolina? Entenda



Se você avaliar qualquer nota fiscal após compras em supermercados, lojas de vestuários, postos de gasolina e outros, irá facilmente identificar o percentual associado à cobrança do ICMS, já aplicado na saída do produto da indústria para o varejo.

O **Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o famoso ICMS**, é uma tributação estadual, aplicada no momento da negociação de mercadorias. As margens de cobranças, chamadas de alíquotas, são definidas pelos Estados e variam dentro do território brasileiro. O imposto incide pelo total da transação e não pela quantidade de itens adquiridos. O tributo é previsto pela Constituição Federal – Art. 155.

É este tributo que, em grande medida, abastece os cofres estaduais e permite investimentos nos setores da administração pública.

“Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; III - propriedade de veículos automotores”, diz a Carta Magna.

Nas últimas semanas, com o aumento expressivo dos combustíveis – gasolina, diesel e GLP – o ICMS ganhou destaque no debate, sendo apontado como o vilão.

No entanto, há uma aparente confusão na compreensão, pois não é o ICMS que determina o aumento ou redução do valor de determinada mercadoria ou serviço, já que este possui uma margem fixa, que, no Brasil, em alguns setores pode chegar até 34%.

Na Bahia, por exemplo, no que se refere aos derivados do petróleo, incide sobre a gasolina a alíquota de 28% sobre o valor de venda; 18% sobre o valor do diesel e 12% sobre o gás de cozinha. A porcentagem aplicada será a mesma, independente do valor de mercado dos produtos.

Logo, o valor final da gasolina está diretamente associado à política de preços adotada pela Petrobras. Desde 2016, vigora na estatal uma base de cálculo denominada PPI. A política tem por base, além dos custos como frete de navios, custos internos de transporte e taxas portuárias, uma margem para remunerar riscos inerentes à operação, como, por exemplo, volatilidade da taxa de câmbio e dos preços sobre estadias em portos e lucro, além de tributos. Busca-se, então, uma paridade com o mercado internacional. Logo, não é papel dos Estados estabelecer o valor de venda do combustível.

Na sexta-feira (12), o presidente Jair Bolsonaro encaminhou ao Congresso um Projeto de Lei Complementar. A proposta propõe disciplinar o ICMS. Ao defender a proposta em seu perfil no Twitter, o presidente afirma que, com a aprovação da medida, o ICMS passará a incidir uma única vez por litro de cada combustível. Os Estados passariam a definir uma alíquota fixa por litro, por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

A cobrança do ICMS por unidade de medida dos combustíveis - gasolina, diesel, álcool, biodiesel, gás natural combustível e o gás liquefeito de petróleo (GLP) – se assemelharia ao modelo aplicado nas cobranças dos impostos federais PIS, Cofins e Cide. O imposto incidirá somente quando o produto for vendido pela refinaria.

Especialista na área de tributação dos combustíveis ouvido pelo Bahia Notícias é cético ao avaliar que a proposta do governo irá gerar profundas mudanças no valor final dos produtos, porém pondera que ainda não é possível avaliar o impacto nas finanças estaduais.

TRANSPORTE Por toda a extensão da ferrovia foram colocados tapumes e construídos acessos

Obras do VLT no subúrbio têm início com a retirada de trilhos

GABRIEL GALINDO*

Foram iniciadas ontem, definitivamente, as obras no subúrbio [ferroviário] de Salvador para a construção do VLT (veículo leve de transporte). A obra que beneficiará em torno de 600 mil moradores já está em andamento no local, porém ainda na fase inicial de remoção dos materiais antigos utilizados pelo, agora, antigo trem da região.

Segundo o presidente da Companhia de Transportes do Estado da Bahia (CTB), Eduardo Copello, a primeira fase será feita em torno do desmonte dos trechos iniciados. Colocação de tapumes de obra por todo o trajeto, deixando pontes para as pessoas passarem de um lado a outro; serviços de sondagem; e início de remoção de trilhos e correntes em áreas de manobra antiga, onde não precisa mais passar nenhuma locomotiva ou vagão. Copello falou sobre o destino dos antigos trens que estavam circulando até o último sábado.

“Uma parte será reservada para compor o memorial ferroviário, que será ali na própria estação da Calçada, onde a gente vai reservar alguns vagões, peças, placas, enfim, tudo que possa fazer



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

Operários circularam pela Estação da Calçada, ontem, no primeiro dia sem o funcionamento dos antigos trens

“Eu creio que vá ficar entre 24 e, no máximo, 36 meses”

EDUARDO COPELLO, da CTB

parte de um bom memorial, de um acervo memorial ferroviário, e o restante será leilado, passará por um processo de leilão que tem, inclusive, alguns interessados já, em trilhos, correntes”.

Prazos

O trecho já iniciado, segundo o presidente da CTB, vai

da Calçada até Paripe, mas que outras regiões dependem de autorizações para serem iniciadas. A partir daí poderão se definir prazos para a conclusão geral, diz.

“Não será iniciado nesse primeiro momento, até que tenha necessidade de alvará. Então será de Calçada a Paripe o trecho inicial, com

previsão de 24 meses, à medida que os outros trechos forem sendo iniciados, aí a gente vai confirmando os prazos totais, mas eu creio que vá ficar entre 24 e, no máximo, 36 meses”, afirmou Eduardo Copello.

* SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

A PARTIR DE AMANHÃ

Três bairros da capital terão medidas contra Covid-19

DA REDAÇÃO

Os bairros de Pernambués, Fazenda Grande e Boca do Rio vão passar a ter restrições contra a disseminação da Covid-19 a partir de amanhã. A decisão foi tomada pelo prefeito Bruno Reis, em reunião com secretários municipais para avaliação do cenário da doença na cidade, ocorrida ontem.

As medidas de proteção à vida vão englobar testes rápidos para detectar pessoas com a Covid-19, distribuição de máscaras, entrega de cestas básicas a ambulantes e feirantes, combate ao mosquito *Aedes aegypti*, higienização de vias e o atendimento social por meio do Cras Itinerante.

As atividades consideradas não essenciais estão autorizadas a funcionar das 10h às 16h nesses locais.

Os locais foram escolhidos por apresentarem índices considerados pela prefeitura como “preocupantes”, como número de novos casos e de mortes. Pernambués, por exemplo, já acumula 4.467 novos casos; Fazenda Grande, 2.633 registros; e Boca do Rio, 2.067 casos. A medida terá duração inicial de sete dias. Saem das medidas de proteção à vida os bairros de Sussuarana, Federação e Liberdade.

CARNAVAL

Trânsito e comércio registram movimento tranquilo na capital

LUANA LISBOA*

Com exceção dos bancos, a cidade-sede do maior Carnaval do Nordeste teve seus serviços funcionando normalmente com a suspensão do feriado de ontem. Dos serviços de Atendimento ao Cidadão (SAC) aos shopping centers, quem saiu de casa

ontem teve facilidade para acessar todo o comércio.

Também encontrou ruas menos movimentadas e o trânsito fluindo bem nas principais avenidas da cidade. Nos postos do SAC, assim como nas repartições públicas municipais e estaduais, o decreto que derrubou o ponto facultativo do feriado de

Carnaval foi cumprido e não houve registros de falta de funcionários, segundo a coordenadora Cecília Pereira.

Assim também aconteceu na Secretaria Municipal de Administração. A exceção foram os postos SAC nos municípios de Teixeira de Freitas, Itabuna e Santo Antônio de Jesus, que não abriram.



Uendel Galter / Ag. A TARDE

Funcionamento foi normal nos SACs de toda a capital ontem

“Os centros onde esses postos se localizam também não funcionaram. Em todos os outros, a movimentação está [estava ontem] um pouco tímida, mas nenhuma mudança impactante”, contou Cecília.

* SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

OBITUÁRIO

BOSQUE DA PAZ

Fernando Paulo Nogueira Vieira Natural de Ipiatã, 72, faleceu em casa

Maria das Graças Coutinho de Souza Natural de Lauro de Freitas, 62, faleceu no Hospital Aristides Maltez

Ralph de Faria Junior Natural de Lauro de Freitas, 45, faleceu no Hospital Santa Isabel

Ronaldo Gabriel Cardoso do Nascimento Natural de Salvador, 23, faleceu no Hospital São Rafael

Jandira Oliveira dos Santos e Santos Natural de Salvador, 45, faleceu na UPA Santo Antônio

José Carlos Dantas Cavalcante Natural de Salvador, 78, faleceu na ambulância do Samu

Juraci Juvina da Silva Natural de Cabo de Santo Agostinho (PE), 91, faleceu em no Hospital Itaigara Memorial

Genivaldo de Jesus Santos Natural de Valença, 63, faleceu no Hospital São Rafael

Benice Maria de Jesus Natural de Poções, 90, faleceu em casa

Walter Rode de Oliveira Natural de Salvador, 83, faleceu no Hospital Alayde Costa

Sérgio Ricardo Pedroza Amaral Natural de Salvador, 50, faleceu no

Hospital São Rafael

Anália Maria dos Santos Natural de Salvador, 72, faleceu em casa

Clarivaldo Moreira da Silva Natural de Salvador, 35, faleceu no Hospital Santa Clara

Rodrigo Olímpio do Nascimento Natural de Jardim (CE), 83, faleceu no Hospital Português

JARDIM DA SAUDADE

Eduardo Alves de Alcântara Natural de Salvador, 85 anos, faleceu no Hospital Renascer, em Aracaju (SE)

Hugo José dos Santos Natural de Candeias (BA), 68, faleceu

em casa

Benita da Gama Santos Natural de Barra do Estiva, 93, faleceu no Hospital Córdio Pulmonar

Daniel Silva Rios Natural de Riachão do Jacuípe, vereador por Salvador, 46, faleceu no Hospital Aliança

Terezinha Oliveira Fernandes Natural de Salvador, 85, faleceu no Hospital da Bahia

Heitor Amaral Natural do Rio de Janeiro (RJ), 98, faleceu no Hospital Aeroporto

CAMPO SANTO

Rogério Santos Pires Natural de Salvador, 30 anos, faleceu

no 12º Centro de Saúde

Claudio de Santana Natural de Salvador, 60, faleceu no Hospital da Bahia

Gilmar Nogueira Santos Natural de Iaçú, 55, faleceu no Hospital Salvador

Augusto de Souza Costa Natural de Salvador, 67, faleceu na Fundação Baiana

Joselita Souza Santiago Natural de Salvador, 69, faleceu no Hospital Aristides Maltez

Maria José dos Santos Natural de Jaguaquara (PB), 62, faleceu no Hospital Edgard Santos

Márcia Cristina de Jesus Natural de Alagoinhas (BA), 46, faleceu no Hospital Aristides Maltez,

Sônia Maria de Argolo Natural de Salvador, 78, faleceu no Hospital Teresa de Lisieux

Lygia Maria Pinto de Deus Natural de Alagoinhas (BA), 80, faleceu no Hospital Roberto Santos

Oswaldo Vieira dos Santos Natural de Salvador, 79, faleceu na UPA de Brotas

Vandalva Joseja do Nascimento Menezes Natural de Antas (BA), 62, faleceu no Hospital Aristides Maltez

CLIMA

salvador@grupoatarde.com.br

Mapa de Salvador com previsão de tempo para 14 bairros. Dados de temperatura, umidade e condições climáticas para hoje, amanhã e quinta-feira. Informações sobre fases lunares e nasceres/poentes do sol.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

JUSTIÇA Procuradores esclareceram, por nota, que a montadora só poderá dispensar os trabalhadores depois de esgotados todos os meios de discussões

Ford só pode demitir após negociação coletiva, diz MPT

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil, Brasília

A montadora Ford, que anunciou o encerramento das atividades no Brasil em janeiro, só pode demitir em massa após o encerramento das negociações coletivas, informou o Ministério Público do Trabalho (MPT). Em nota assinada pelo Grupo Especial de Atuação Finalística (Geaf) do MPT, os procuradores informaram que a empresa só poderá dispensar os funcionários depois de esgotados todos os meios de discussões.

O comunicado, informou o MPT, busca esclarecer a liminar do desembargador Edilton Meireles de Oliveira Santos, da Justiça do Trabalho da 5ª Região (Bahia). Segundo o Geaf, a liminar não deliberou sobre dispensas em massa. A decisão apenas esclareceu alguns pontos de sentença anterior da Justiça do Trabalho de Camaçari (BA), que havia exigido negociações com o Sindicato dos Metalúrgicos.

Liminar
De acordo com o MPT, a liminar autorizou a Ford a demitir individualmente os trabalhadores que tenham



Funcionários da unidade de Camaçari protestaram na frente da fábrica em janeiro

Ford anunciou o fechamento de todas as fábricas no Brasil

cometido justa causa e suspendeu a determinação de que a montadora apresente informações sobre toda a rede de contratos afetada pelo encerramento das atividades no Brasil. As demais exigências, informou a nota do Geaf, continuam valendo. Segundo o Ministério Público do Trabalho, a ação que

exigiu as negociações coletivas tem como objetivo minimizar o impacto social e econômico do fim da atividade da Ford no país. A Ford anunciou o fechamento de todas as fábricas no Brasil, no início de janeiro, depois de 101 anos no país.

NOMEAÇÃO

Nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala torna-se 1ª mulher a liderar OMC

AGÊNCIA BRASIL
Brasília

A nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala, ex-ministra das Finanças do país africano, foi nomeada ontem para chefiar a Organização Mundial do Comércio (OMC). Ela tornou-se a primeira mulher e africana a liderar a organização.

“Os membros da OMC acabam de aceitar nomear Ngozi Okonjo-Iweala como próxima diretora-geral da OMC. A decisão foi tomada por consenso durante uma reunião especial do Conselho Geral realizada hoje”, indicou a organização poucos minutos após o início do encontro.

Okonjo-Iweala assume suas funções no dia 1º de março e o seu mandato, que pode ser renovado, expira em 31 de agosto de 2025.

Ela substituirá o diplomata brasileiro Roberto Azevêdo, que renunciou ao cargo em setembro do ano passado. O posto de diretor-geral da OMC estava vago desde a ocasião, porque a administração de Donald Trump apoiava a ministra do Comércio da Coreia do Sul, Yoo Myung-hee, o que obstruía a indicação por consenso.

Dias após tomar posse, o presidente norte-americano Joe Biden mudou a orientação do país e passou a apoiar a indicação da nigeriana. A candidata sul-coreana desistiu da disputa no início de fevereiro, abrindo caminho para a escolha de Okonjo-Iweala.

Desafios

Autodenominada “realizadora” e conhecida por enfrentar problemas aparentemente insolúveis, Okonjo-Iweala terá muito com que se ocupar na entidade comercial mesmo sem Donald Trump, que ameaçou

Okonjo-Iweala defende a capacidade do comércio de tirar as pessoas da pobreza

retirar os EUA da OMC. Como diretora-geral, uma posição que concede poder formal limitado, Okonjo-Iweala, de 66 anos, precisará intermediar tratativas comerciais internacionais perante um conflito persistente entre os EUA e a China, reagir à pressão pela reforma das regras comerciais e se contrapor ao protecionismo acentuado pela pandemia de Covid-19.

No discurso feito na OMC após a vitória, ela disse que fechar um acordo comercial

na próxima grande reunião ministerial será uma “das maiores prioridades”, e também exortou os membros a rejeitem o nacionalismo da vacina, de acordo com um delegado presente à reunião fechada, que foi realizada virtualmente.

Veterana de 25 anos do Banco Mundial, onde supervisionou um portfólio de US\$ 81 bilhões, Okonjo-Iweala enfrentou sete outros candidatos defendendo a crença na capacidade do comércio de tirar as pessoas da pobreza.

Ela estudou economia do desenvolvimento em Harvard depois de testemunhar uma guerra civil na Nigéria na adolescência. Em 2003, ela voltou ao país para servir como ministra das Finanças, e apoiadores ressaltam sua postura rígida nas negociações, que ajudou a selar um acordo de cancelamento de bilhões de dólares de dívida nigeriana com as nações credoras do Clube de Paris em 2005.



Parque Shopping Bahia: novas operações para dinamizar a economia local



THIAGO CUNHA
superintendente do Parque Shopping Bahia

O Parque Shopping Bahia nasceu no contexto das transformações provocadas pela pandemia, em março de 2020, e, próximo de completar seu 1º ano de atividades, traduz em reação positiva, frente aos desafios, o início da experiência em Lauro de Freitas, onde está situado.

Para atender aos anseios de consumidores, em tempos de distanciamento social, adaptação foi a palavra-chave. Tanto nos negócios quanto nas relações interpessoais, a Covid-19 provocou a urgência de revisar prioridades. Com o shopping, não foi diferente.

Diante da expansão do coronavírus, o empreendimento, instalado em uma área de aproximadamente 144.000 m², incorporou medidas de segurança, reforçou a higiene de áreas com circulação de pessoas e apostou em estratégias para oferecer condições vantajosas aos clientes, em conformidade às normas preconizadas pelas autoridades de saúde. Investimos em estrutura – além do varejo – para proporcionar a melhor experiência ao usuário. Mais que um centro de compras, o Parque Shopping Bahia é também uma opção de lazer e entretenimento.

O conceito de aliar o espaço moderno – que conta com Alameda Gourmet e com o maior parque indoor não temático do Brasil – às lojas, com destaque para as marcas locais, foi bem recebido pelo público; o empreendimento registrou 50 inaugurações, no segundo semestre de 2020, e fechou o ano com 165 operações funcionando – salto positivo para um “recém-chegado”.

Além disso, estamos anunciando, neste 1º trimestre, novidades que devem movimentar o setor – como a chegada da Ri Happy, maior rede de brinquedos do Brasil, Casas Bahia, Lumahay, do restaurante Raízes, da Torre de Pizza e da Imune Vacinas – e ampliamos o investimento em soluções tecnológicas, a exemplo da desinfecção automatizada de corrimãos das escadas rolantes, para que o usuário se sinta seguro na experiência dentro do shopping, já que a pandemia não acabou.

Apesar das restrições e dos reflexos da crise, acredito que a expectativa de vendas é positiva em 2021: de acordo com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia, a intenção de consumo das famílias cresceu, no início deste ano, e atingiu o maior patamar desde maio de 2020. Além disso, a queda de juros e a oferta de menores taxas de financiamento pelos bancos também podem favorecer o consumo.

A longo prazo, a ideia é que o shopping esteja cada vez mais presente na rotina dos moradores de Lauro de Freitas. O compromisso é dinamizar a economia local e atuar como empreendimento integrado ao entorno, gerando não apenas receitas, mas emprego, profissionalização e desenvolvimento junto a prestadores da região.

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos



PREJUÍZO

A TARDE faz evento sobre cancelamento do Carnaval

DA REDAÇÃO

“A pandemia e o Carnaval: os impactos no setor” é o tema da mesa-redonda virtual que será transmitida hoje, às 15 horas, no canal oficial do Grupo A TARDE (atardetvvideos) no YouTube.

A mesa terá a participação do diretor do Norte-Nordeste da Aliance Shopping Centers, o executivo Ewerthon Visco; do sócio-diretor da Central do Carnaval, Joaquim Nery; do sócio-diretor do Grupo San, André Magalhães; e do presidente da Saltur, Isaac Edington. O debate sobre os impactos do cancelamento do evento na economia terá mediação do jornalista Osvaldo Lyra.

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o cancelamento da festa representa uma perda de R\$ 1,7 bilhão advindos de gastos dos foliões. Cerca de 60 mil trabalhadores ficarão sem opção de trabalhos, uma perda de R\$ 90 milhões em rendimentos. A suspensão de investimento público será de R\$ 133 milhões.

R\$ 1,7 bi

é o prejuízo que representa a falta de gastos dos foliões. Cerca de 60 mil trabalhadores ficarão sem opção de trabalhos, uma perda de R\$ 90 milhões em rendimentos

SALVADOR

salvador@grupoatarde.com.br

REGIÃO METROPOLITANA

AUXÍLIO 'Salvador por todos': 11ª parcela começa a ser pago
www.atarde.com.br

CÁSSIO SANTANA

O Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA) suspendeu ontem as decisões da 6ª Vara da Fazenda Pública de Salvador que determinavam o retorno das aulas presenciais nas escolas públicas e privadas do estado da Bahia. A suspensão se aplica também às escolas particulares da capital baiana, até então beneficiárias de uma liminar solicitada pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia (Sinepe-BA). O desembargador Lourival Trindade, que assina o despacho da decisão, destaca que a manutenção das decisões da 6ª Vara "atenta contra a ordem e a saúde pública estadual".

"Na hipótese dos autos, depreende-se que, neste momento, ante à impossibilidade de viabilizar-se a retomada das atividades presenciais das instituições de ensino, das redes pública e particular, de todo o território do estado da Bahia, sem que sejam diretamente afetados os direitos à saúde e, corolariamente, à vida, é incontável que estes últimos devam prevalecer, em detrimento do direito à educação", disse o desembargador. O magistrado lembrou da recomendação do Conselho Nacional de Saúde, que orienta o retorno das aulas quando a pandemia do coronavírus estiver controlada.

"Infere-se que a Recomendação do Conselho Nacional de Saúde preconiza que o retorno às aulas, em formato híbrido, ou presencial, só e somente deverá ser implementado 'depois que a pandemia estiver epidemiologicamente controlada, ou seja, com a taxa decrescente de incidência de mortes e de casos de Covid-19, e após a implementação de ações de monitoramento contínuo e rápido para permitir intervenção oportuna quando necessário, objetivando, acima de tudo, a preservação da vida".

Comemoração

O governador Rui Costa (PT) parabenizou, numa rede so-

LIMINARES Tribunal de Justiça torna sem efeito decisão da 6ª Vara da Fazenda Pública de Salvador que determinava retomada nas escolas públicas e privadas

Justiça suspende retorno às aulas presenciais na Bahia



Uendel Galter / Ag. A TARDE

Antes da decisão do TJ-BA, escolas como a Cresça e Apareça, no Rio Vermelho, chegaram a receber alunos ontem

cial, a decisão do Tribunal de Justiça da Bahia, que atendeu ao pedido da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e derrubou a liminar. "Precisamos colocar a vida em

LIMINAR HAVIA AUTORIZADO AULAS

Retorno das aulas presenciais foi autorizado por uma liminar expedida no domingo, 14, pela juíza da 6ª Vara da Fazenda Pública, Juliana de Castro

primeiro lugar e ter responsabilidade neste momento em que enfrentamos a alta na ocupação de leitos e de óbitos pela Covid-19. Parabenizo a PGE pela atuação rápida e assertiva no caso. O desejo de retomada das aulas é grande, mas não é o momento", disse Rui Costa em seu perfil no Twitter.

Frustração

O porta-voz e diretor financeiro do Sinepe-BA, Jorge Tadeu, lamentou a decisão do TJ-BA. "Estamos tristes com esse resultado. A gente sabia que isso ia acontecer, mas não esperávamos que fosse

tão rápido. O dia de hoje serviu para as escolas que funcionaram mostrassem que é possível fazer isso com segurança", disse. Tadeu criticou a Associação dos Professores Licenciados do Brasil (APLB-BA), que, disse, sempre se opôs ao retorno das aulas. "O que a gente vê é que são poucas vezes que se levantam. Estamos falando de tantos jovens e crianças, e apenas nós, das escolas particulares, estamos em defesa da educação. É incrível como a APLB se manifesta a todo tempo contra o retorno".

O porta-voz do Grupo de Valorização da Educação

(GVE), Wilson Abdon, também lamentou a decisão. "Ainda estamos abatidos. Mas os [nossos] advogados irão ver as ações que poderemos dar. Enquanto isso continuamos com as aulas on-line e aguardando posição do governo do estado". A primeira liminar, que determinava o retorno das aulas em todo o estado até 1º de março, foi derrubada também na tarde de ontem pelo presidente do TJ-BA. O pedido havia sido feito pelo vereador Alexandre Aleluia (DEM).

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM WWW.ATARDE.COM.BR

Escolas de Salvador receberam estudantes

Após a Justiça autorizar, no domingo, por liminar, o retorno imediato às aulas presenciais das escolas particulares de Salvador, algumas instituições de ensino da capital chegaram a retomar suas atividades ontem, de forma facultativa e híbrida e seguindo protocolos.

Entre as unidades que retomaram atividades presenciais ontem, a Escola Cresça e Apareça, de Educação Infantil, no Rio Vermelho, fez uma espécie de "acolhimento" das turmas separadamente, uma em cada turno, para que os alunos se adaptassem às mudanças realizadas no espaço escolar.

"Nas duas próximas semanas, cada turma vem em um turno. Quando todos voltarem, teremos um protocolo de bolha, que é quando apenas crianças e adultos de determinado grupo convivem em determinado espaço, ou seja, não haverá aquela liberdade de correr por toda a escola", explicou Mariana Morgenroth, diretora da instituição. Nesse período, será reduzido tempo de aulas, que será de cerca de duas horas. "Fizemos uma pesquisa, e cerca de 90% dos pais e responsáveis sinalizaram que mandariam seus filhos para as aulas, o que reforça a confiança no que pensamos para o retorno", revelou.

No Colégio Gurilândia, com ensino fundamental e educação infantil, nos bairros da Federação e da Pituba, as aulas presenciais também foram retomadas ontem. Os alunos foram recebidos por uma equipe com máscaras, aferição de temperatura, tapete sanitizante e higienização das mãos com álcool em gel.

BRUNO BRITO, SOB A SUPERVISÃO DE HILCÉLIA FALCÃO

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM WWW.ATARDE.COM.BR

Medidas restritivas podem ser retomadas

RODRIGO AGUIAR

Com a perspectiva de chegada de um novo lote de vacinas somente a partir do dia 23 de fevereiro e aumento do número de casos e óbitos provocados pela Covid-19, os secretários de Saúde da Bahia e Salvador já acenam com a possibilidade do retorno de medidas restritivas. O secretário de Saúde do estado, Fábio Vilas-Boas, diz que deve conversar ainda esta semana sobre o assunto com o governador Rui Costa (PT). Já o titular da pasta na capital, Leo Prates, tem uma reunião hoje com o prefeito Bruno Reis (DEM).

Amanhã, em reunião com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, governadores pretendem pressioná-lo para ter um cronograma detalhado da distribuição de imunizantes. Na última semana, no Senado, Pazuello chegou a dizer que toda a população brasileira seria vacinada até o final do ano.

Vilas-Boas estima que a Bahia receba cerca de 300 mil doses de vacina na próxima semana, mas não há confirmação oficial do Ministério quanto à data ou quantidade. O secretário tem alertado que, mantido o atual ritmo de imunização, não haverá uma resposta epidemiológica nos próximos meses. "Se não houver



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE / 05.05.2020

um aporte maior de vacinas, vamos continuar dando a impressão de que estamos fazendo alguma coisa de relevante, de que a população está sendo vacinada, quando na verdade a fração de vacinados é muito pequena", afirma.

No encontro com Pazuello, os governadores devem

Governadores se reunirão amanhã, com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello

apelar para que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sancione sem vetos a Medida Provisória aprovada no início do mês pelo Senado, cujo texto determina que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) conceda, em até cinco dias, autorização para uso emergencial de imunizantes já aprovados por agências internacionais. Caso o presidente vete a MP, já existe uma articulação do Congresso para derrubar o veto, segundo Vilas-Boas.

Ontem, pelo 4º dia seguido, a Bahia registrou mais de 60 mortes pela Covid-19. O titular da Sesab diz que os números ainda são reflexo das aglomerações no final do ano, mas também do que vem ocorrendo em janeiro.

Sem vacinas e com aumento de casos pode haver restrições

Ele ressalta que, além dos óbitos pela Covid-19 já confirmados, há centenas em investigação. A taxa de ocupação de leitos de UTI adulto para Covid é de 73% tanto no estado quanto na capital. Prates informou que as UPAs amanheceram com 33 pacientes com Covid a serem regulados.

A prefeitura divulgou que os bairros de Pernambués, Fazenda Grande e Boca do Rio terão ações do poder público municipal a partir de 4 febreira, como a realização de testes rápidos, distribuição de máscaras e entrega de cestas básicas a ambulantes e eferiantes. As medidas terão duração inicial de sete dias. Ao mesmo tempo, os bairros de Sussuarana, Federação e Liberdade deixarão de ser alvos da ação da prefeitura.

Para evitar a possibilidade de um colapso no sistema de saúde, como chegou a alertar o governador, o Estado poderá reabrir o hospital de campanha da Arena Fonte Nova ou transformar leitos não-Covid em leitos Covid. "Mas tudo isso tem um preço a se pagar. Se começo a avançar nos leitos não-Covid, as pessoas que precisam de outros tratamentos acabam sendo penalizadas", alerta Vilas-Boas.

LEIA A MATÉRIA COMPLETA EM WWW.ATARDE.COM.BR

Aplicação da 2ª dose da vacina vai começar hoje

TÁCIO CALDAS*

Seguindo a determinação imposta pelas especificações do laboratório responsável pela CoronaVac, o reforço da vacinação começa hoje, 28 dias após a primeira aplicação. Essa segunda dose, seguindo o cronograma, será dada aos trabalhadores da saúde da linha de frente no atendimento aos casos de Covid-19 e nos idosos abrigados em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Este público foram os primeiros a serem vacinados dentro da estratégia iniciada no dia 19 de janeiro de 2021.

De acordo com o calendário divulgado pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS), as doses estarão disponíveis para os trabalhadores da saúde em 14 postos fixos que atendem de Itapuã até a Arena Fonte Nova (parte superior). Além desses espaços, serão disponibilizados também dois drive-thrus, um na Arena Fonte Nova e outra no Centro de Convenções, na Boca do Rio. Já os idosos que residem nas ILPI, serão atendidos por equipes volantes que realizarão a imunização in loco nos abrigos. Todo o atendimento será realizado ao longo da semana das 8h às 17h.

De acordo com a diretora de Vigilância à Saúde, Andréa Salvador, é importante que todos estejam de posse do cartão de vacinação. "Todos

os indivíduos que tiveram acesso à primeira dose receberam o cartão de vacina com a especificação do imunizante e com a data de aplicação da segunda dose. É importante que as pessoas obedecessem esse cronograma e não deixem de fazer o esquema vacinal completo, que assegura de fato a proteção contra o vírus", alertou. Além do cartão de vacinação é importante que todos que receberão a segunda dose estejam de posse de um documento oficial com foto e compareçam aos locais de vacinação na data agendada no cartão de vacina. A expectativa da SMS é que aproximadamente 1,4 mil pessoas recebam hoje a 2ª dose da vacina e possam estar com o quadro vacinal completo. Vale ressaltar que este cronograma contempla este público em específico, mas que, para os demais públicos, o mesmo deve ser feito de acordo com o período de vacinação e idade.

Após um fim de semana sem vacinação, por falta de imunizantes, a vacinação para idosos de 84 anos ou mais voltou a ocorrer ontem. Segundo Marisol Lobo, filha de dona Dolores Moreira, a vacinação estava marcada para a última sexta. "Mas fomos informadas que foi suspensa. No final de semana, soube-me que foi normalizado e nos programamos pra vir".

* SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA HILCÉLIA FALCÃO

Artigo Diogo Taranto

Bons ventos para o saneamento na Bahia

Apesar de referir-se especificamente ao setor público, a formalização de serviços de tratamento de água e efluentes definida pelo Novo Marco Regulatório do Saneamento trará inúmeros benefícios para o setor privado, com reflexos altamente positivos para o meio ambiente e para a comunidade. O público terá que se ajustar e o privado não poderá permanecer à margem.

À luz dos refletores proporcionados pelo marco, ficará muito difícil para indústrias e empresas na Bahia utilizarem, por exemplo, locais inapropriados para descartes ou mesmo manterem métodos pouco ortodoxos de descontaminação ou tratamento de resíduos líquidos.

As técnicas de soluções sustentáveis e a expertise para o tratamento de efluentes estão disponíveis no País, ao alcance de indústrias, complexos urbanos e comerciais como condomínios, shoppings, hospitais etc. Não muito além do competente descarte correto de efluentes. A economia proporcionada pelo tratamento que permite o reuso de água pode chegar a 40-50% do valor cobrado

pela concessionária pública.

Cerca de 46,9% dos brasileiros, segundo dados do Instituto Trata Brasil, não possuem rede de esgoto e o acesso à água não evoluiu satisfatoriamente (passou de 83,6% para 83,7%).

Na Bahia há uma enorme demanda reprimida: 18,4% da população não tem acesso à água tratada e 60,5% não dispõe de rede de esgoto, segundo o Instituto Trata Brasil. Para o meio ambiente e a comunidade, o benefício é patente.

O marco será fundamental

Há uma enorme demanda reprimida no estado: 18,4% da população não tem acesso à água tratada e 60,5% não dispõe de rede de esgoto, segundo o Instituto Trata Brasil

no combate à contaminação da água - gerado pelo descarte criminoso de incontáveis cidades e empresas que lançam nos rios e nos ralos resíduos dos mais variados. Por outro lado, o reuso de água precisa ser urgentemente estimulado, o que trará maior segurança hídrica diante de meses cada vez mais secos.

O Polo industrial de Camaçari, com suas mais de 90 empresas, é um exemplo de como a industrialização e a cultura de tratamento tecnológico correto de efluentes podem e devem

conviver para construção de um ambiente economicamente sustentável.

O maior complexo industrial integrado do hemisfério sul, além de gerar negócios e empregos, promove, continuamente, o tratamento na fonte dos efluentes líquidos e resíduos sólidos.

Mas a Bahia enfrenta desafios em outras áreas, como o lançamento irregular de efluentes na Baía de Todos-Santos, oriundo, entre outros locais, do Polo Industrial de Aratu, que ainda carece de investimentos de muitas empresas irregulares. Certamente veremos um movimento positivo nessas regiões.

O novo marco promete fazer de 2021 um ano de notícias boas para o saneamento. Esperamos que o setor público contagie o privado, no sentido de reduzir os índices inaceitáveis de falta de tratamento de efluentes no País, melhorando não só o meio ambiente, mas a vida e a saúde da população.

DIOGO TARANTO É DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS NO GRUPO OPERSAN, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES AMBIENTAIS PARA O TRATAMENTO DE ÁGUAS E EFLUENTES. DIOGO.TARANTO@OPERSAN.COM.BR

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● **Estamos chegando à marca de 240 mil mortes pela covid-19. Carnaval clandestino mata. O momento é de cuidar da saúde e aguardar a vacinação para que no ano que vem possamos curtir essa festa linda**

Alice Portugal

Deputado federal pelo PCdoB da Bahia

Pano de fundo

Integrantes da Executiva Nacional do DEM acham que o deputado federal João Roma (Republicanos) cometeu um gesto de traição com o ex-prefeito ACM Neto ao aceitar o Ministério da Cidadania. Reservadamente, cardeais democratas garantem que, às vésperas do anúncio, ouviram o próprio Roma garantir que a probabilidade de se tornar ministro estava descartada. "Inclusive, na quinta passada, um dia antes de ser confirmado no cargo, ele disse isso a mim e a pessoas do grupo político dele na Bahia, incluindo Neto. Fomos todos nós surpreendidos", afirmou um cacique do DEM no Congresso.

BOLA NAS COSTAS

"João Roma ir para o ministério é, antes de tudo, assunto do Republicanos, partido dele, não do DEM. Mas aceitar o cargo, justo no momento em que ACM Neto é alvo de uma ação orquestrada para desgastá-lo, é no mínimo desleal com quem sempre o apoiou e ajudou", disse outro dirigente democrata, ao destacar que a nomeação de um antigo aliado seria, obviamente, usada contra Neto pelos adversários.

Pirão do outro

Entre lideranças da base aliada ao Palácio de Ondina, a insistência do governador Rui Costa (PT) em entregar uma secretária para a major da PM Denice Santiago, candidata derrotada do PT à prefeitura de Salvador, é o principal motivo para o atraso na tão esperada reforma administrativa do Executivo. O problema, segundo os governistas, é que Rui pressiona para quem Denice seja alocada no primeiro escalão pela cota dos petistas. A cúpula da sigla, em contrapartida, resiste à ofensiva. Quer que o governador efetive a major através da cota pessoal, mantendo o espaço da sigla no bolo de cargos.

Sem saída

Especialistas em epidemiologia consultados pela Satélite apostam que, diante do forte avanço da covid na Bahia, o governador Rui Costa não terá outra opção a não ser reeditar em curtíssimo prazo o conjunto de restrições adotada no mês inicial da pandemia. Avaliam que, em especial, deve ser decretado o fechamento do comércio não essencial e de bares, limites ao funcionamento de restaurantes e a suspensão do transporte intermunicipal nas regiões com alta de casos: Salvador e RMS, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus e cidades do Sul, Extremo-Sul e Sudoeste.

Porteira aberta

Deputados estaduais que pressionam pela volta dos trabalhos presenciais na Assembleia Legislativa tentam fazer com que o presidente da Casa, Adolfo Menezes (PSD), autorize ao menos parte das comissões permanentes e temporárias do Legislativo. Alegam que, como tem ocorrido desde o início da crise sanitária, as comissões atuam só no plenário, no dia em o projeto passa de forma relâmpago pelos colegiados para, em seguida, ir a votação. Com isso, argumentam, as propostas não têm sido sequer analisadas e aperfeiçoadas antes de serem submetidas a voto.

Resta um

Os principais estrategistas do xadrez do PT para a sucessão de 2022 já estão convencidos de que se alguma sigla for rifada das três vagas na chapa majoritária governista, essa será o PP.

CONSENSO A nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala, ex-ministra das Finanças do país africano, foi nomeada ontem (15) para chefiar a Organização Mundial do Comércio (OMC). Ela tornou-se a primeira mulher e africana a liderar a organização.

"Os membros da OMC acabam de aceitar nomear Ngozi Okonjo-Iweala como próxima diretora-geral da OMC. A decisão foi tomada por consenso durante uma reunião especial do Conselho Geral realizada hoje", indicou a organização poucos minutos após o início do encontro segundo citação de reportagem da BBC Brasil.

Okonjo-Iweala assume suas funções no dia 1º de março e o seu mandato, que pode ser renovado, expira em 31 de agosto de 2025.

Ela substituirá o diplomata brasileiro Roberto Azevedo, que renunciou ao cargo em setembro do ano passado. O posto de diretor-geral da organização estava vago desde a ocasião, porque a administração do ex-presidente dos EUA Donald Trump apoiava a ministra do Comércio da Coreia do Sul, Yoo Myung-hee, para o cargo, o que obstruía a indicação por consenso, uma tradição da OMC.

Dias após tomar posse, o presidente norte-americano Joe Biden mudou a orientação do país e passou a apoiar a indicação da nigeriana. A



OMS será presidida por mulher negra pela 1ª vez

A nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala vai substituir diplomata brasileiro Roberto Azevedo

candidata sul-coreana desistiu da disputa no início de fevereiro, abrindo caminho para a escolha, por unanimidade, de Okonjo-Iweala.

Autodenominada "realizadora" e conhecida por enfrentar problemas aparentemente insolúveis, Okonjo-Iweala terá muito com que se ocupar na entidade comercial mesmo

sem Donald Trump, que ameaçou retirar a maior economia do planeta, os Estados Unidos, da OMC.

Como diretora-geral, uma posição que concede poder formal limitado, Okonjo-Iweala, de 66 anos, precisará intermediar tratativas comerciais internacionais perante um conflito persistente entre os Estados Unidos e a China, reagir à pressão pela reforma das regras comerciais e se contrapor ao protecionismo acentuado pela pandemia de covid-19.

No discurso feito na sede da OMC após a vitória, ela disse que fechar um acordo

comercial na próxima grande reunião ministerial será uma "das maiores prioridades", e também exortou os membros a rejeitarem o nacionalismo da vacina, de acordo com um delegado presente à reunião fechada, que foi realizada virtualmente.

No mesmo discurso, ela descreveu os desafios que a entidade enfrenta como "numerosos e traiçoeiros, mas não insuperáveis".

O comissário de Comércio da União Europeia, Valdis Dombrovskis, disse que espera trabalhar estreitamente com ela para impulsionar uma "reforma muito necessária da instituição".

Veterana de 25 anos do Banco Mundial, onde supervisionou um portfólio de US\$ 81 bilhões, Okonjo-Iweala enfrentou sete outros candidatos defendendo a crença na capacidade do comércio de tirar as pessoas da pobreza.

Ela estudou economia do desenvolvimento em Harvard (EUA) depois de testemunhar uma guerra civil na Nigéria na adolescência.

Em 2003, ela voltou ao país para servir como ministra das Finanças, e apoiadores ressaltam sua postura rígida nas negociações, que ajudou a selar um acordo de cancelamento de bilhões de dólares de dívida nigeriana com as nações credoras do Clube de Paris em 2005.

Endividamento das famílias brasileiras bate recorde na pandemia

DADOS DO BC O endividamento das famílias brasileiras bateu novo recorde em novembro de 2020, em plena pandemia de covid-19. Segundo dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC), as dívidas bancárias atingiram 51% da renda acumulada das famílias nos 12 meses anteriores. O recorde anterior havia sido registrado no mês de outubro de 2020, com 49,81% dos ganhos. A série histórica começou em janeiro de 2015. Entram na conta todas as dívidas com bancos, incluindo financiamento imobiliário. Em janeiro de 2019 - ou seja, antes da pandemia -, esse indicador era de 45,19%. O menor percentual registrado pelo levantamento é o de janeiro de 2005 (18,42%), que marca o começo da série histórica.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) elaborou estudo sobre o comportamento do endividamento dos brasileiros em 2020. A pesquisa mostra que a média de famílias endividadadas no ano passado cresceu 2,8 pontos percentuais, quando comparado a 2019, alcançando 66,5%. Trata-se do maior resultado anual da série, iniciada em 2010. Apesar de ter alcançado a máxima histórica, a variação do indicador em 2020 foi menor do que a registrada em 2019 (+3,3 pontos percentuais). O estudo da CNC também apontou crescimento de 1,5 ponto percentual na proporção de famílias com contas ou dívidas em atraso, alcançando 25,5%. Este indicador chegou a começar 2020 com números melhores do que os de 2019. Assim como em anos anteriores, o cartão de crédito gera as principais dívidas das famílias - 78%, na média de 2020. Em segundo e terceiro lugares, ficaram o carnê (16,8%) e o financiamento de carro (10,7%).

Entram na conta todas as dívidas com bancos, incluindo financiamento imobiliário

Taxação de ricos para pagar programa social tem impacto de 2,4% no PIB

PESQUISA DA USP Aumentar a tributação sobre os mais ricos para transferir renda aos mais pobres pode contribuir para a recuperação da atividade econômica, além de reduzir a desigualdade, aponta estudo inédito realizado pelo Made-USP (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo).

Conforme o estudo, uma política de proteção social financiada a partir da tributação do 1% mais rico, que garanta a transferência de R\$ 125 por mês para os 30% mais pobres, pode ter um impacto positivo de 2,4% no PIB (Produto Interno Bruto, que é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, por exemplo, ao longo de um determinado período, como um ano ou um trimestre).

"A redução da desigualdade tem benefícios em si. Sabemos que ela tem custos que não só têm a ver com o direito à renda e à dignidade humana, mas tem também efeitos políticos, pois a desigualdade tende a criar distorções no próprio sistema democrático", diz Laura Carvalho, professora da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo). "Então existem outros objetivos para reduzir a desigualdade, que não o crescimento econômico. Mas, muitas vezes, parece que no debate há um dilema entre crescer ou distribuir", observa a economista, uma das autoras do estudo, ao lado de Rodrigo Toneto e Theo Ribas. "Isso cada vez mais está se revelando uma coisa que não tem sustentação empírica. Resolvemos demonstrar que é possível desenhar um programa que combine redução da desigualdade com aumento do crescimento", garante.

Segundo estudo, não há contradição entre distribuição de riquezas e crescimento econômico

CAI BUSCA POR CRÉDITO ENTRE JANEIRO E DEZEMBRO

FINANCIAMENTOS A taxa que mede a busca por financiamento no Brasil cresceu 22% em janeiro na comparação com igual mês de 2020, informa a Neurotech. No entanto, o Índice Neurotech de Demanda por Crédito (INDC) fechou o primeiro mês de 2021 com queda de 8% em relação a dezembro do ano passado. O declínio do indicador, que mede mensalmente o número de solicitações de financiamentos nos segmentos de varejo, bancos e serviços, foi motivado por fatores sazonais, conforme a nota. O setor de serviços liderou a demanda por crédito em janeiro no confronto com o mesmo mês de 2020, ao mostrar expansão de 62%. Na sequência, aparecem bancos e financeiras, com alta de 19%, enquanto o varejo apresentou crescimento de 17% na comparação interanual.

Já em relação a dezembro, houve queda de 30% na busca por crédito no varejo. Em contrapartida, bancos e financeiras registraram alta de 3%. O recuo observado no setor varejista em janeiro é considerado "normal" devido à sazonalidade, afirma o diretor de Produtos e Sucesso do Cliente da Neurotech, Breno Costa.

ECONOMIA

Megavazamento prejudica o Brasil em fóruns internacionais

PRIVACIDADE O megavazamento de 223 milhões de CPFs, 104 milhões de registros de veículos e 40 milhões de CNPJs, além de violar a privacidade de milhões de brasileiros, pode prejudicar a imagem internacional do País. A informação é do jornal O Estado de S. Paulo. Segundo o advogado de direito digital Fabrício Póldo, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), até mesmo a adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo dos países ricos do qual o País tenta fazer parte, pode ser prejudicada.

Para entrar na OCDE, um país precisa estar de acordo com as práticas exigidas pela organização, como adequação tributária, governança corporativa e proteção de dados e privacidade.

"A OCDE certamente vai levar em consideração essa experiência, que prejudica o pleito do Brasil", Póldo afirma que, além da consequência reputacional, o governo brasileiro pode ser obrigado a prestar esclarecimentos em comitês de Direitos Humanos.

GLENCORE COMPRA 25% DAS AÇÕES DA CSN MINERAÇÃO

POR R\$ 1,3 BI A anglo-suíça Glencore foi investidor de peso na oferta inicial de ações (IPO, pela sigla em inglês) da CSN Mineração e, na prática, a responsável por viabilizar a operação, com um cheque de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, ou seja, 25% do total do IPO, de R\$ 5,2 bilhões. Com a CSN Mineração chegando à B3 valendo R\$ 47,5 bilhões, a Glencore já se posiciona como um acionista com quase 3% da brasileira. A expectativa de analistas e investidores, após esse grande investimento na companhia, é que as duas empresas caminhem para uma parceria para atender a China, maior mercado consumidor de minério de ferro do mundo. O racional, assim, seria usar o suporte da Glencore para ampliar a venda do ferro da CSN ao país asiático.

A CSN Mineração abriu seu capital (IPO) na Bolsa de São Paulo valendo R\$ 5,2 bilhões

Home office esvazia prédios comerciais

IMÓVEIS À medida que o home office foi adotado pelas empresas na esteira dos primeiros casos de covid-19, uma pergunta se impôs no mundo corporativo em 2020: qual será o destino dos prédios de escritórios que abrigavam as empresas? Neste início de 2021, com a pandemia prestes a completar 12 meses, a resposta a essa questão parece já estar clara. A onda de devoluções de escritórios já começou e, segundo especialistas no setor imobiliário, deverá se agravar neste ano.

O movimento das empresas se reflete diretamente nos dados deste mercado. De acordo com a empresa americana especializada em imóveis corporativos JLL, a taxa de disponibilidade de espaços em edifício corporativos saltou 50% do primeiro para o último trimestre do ano passado: o total de imóveis do tipo sem inquilino, que era de 13,6% em janeiro a março, no pré-pandemia, fe-

40%
é a taxa de vacância (sem inquilino) de salas comerciais no Rio de Janeiro

chou 2020 acima dos 20%. E a própria JLL avisa, em seu mais recente relatório, que a situação tende a se agravar neste ano, tanto pela adoção massiva do home office quanto pela contínua inauguração de novos edifícios em São Paulo - o mercado que serve de termômetro para a situação em todo o País deve ampliar a oferta de espaços corporativos em mais de 200 mil m² em 2021. E há capitais em situação pior: no Rio de Janeiro, a taxa de vacância chega a 40%.

A "onda" de devoluções de escritórios é generalizada. Inclui grupos tradicionais - como a companhia aérea Latam e bancos como o Itaú Unibanco e o do Brasil - e se espalha, em efeito cascata, por negócios de médio porte. Um aspecto está claro como tendência: a vida profissional no pós-pandemia vai ter um componente forte de home office.

Segundo Roberto Patiño, diretor da JLL, um terço da força de trabalho da área

corporativa, em média, deve trabalhar prioritariamente de casa - ele baseia a previsão em conversas que tem tido com empresas. Em negócios que não dependem tanto da interação com o cliente, o corte dos espaços físicos pode ser mais radical. Nas últimas semanas, empresas de diversos portes já reduziram seus escritórios em 40%, 50% e até 100%.

Ainda de acordo com Roberto Patiño, além de devolver escritórios, as empresas também vão revisar espaços: logo, os donos de prédios corporativos, que apostavam em grandes metragens para empresas de renome, terão de mudar de tática: isso porque, com boa parte das equipes trabalhando em home office, haverá cada vez mais demanda por espaços de trabalho flexíveis, e não apenas no modelo de compartilhamento ofertado por empresas como a WeWork, especializada em espaços de coworking (escritórios integrados).

SEM AUXÍLIO, VAREJO VAI CAIR 11,7%

FATURAMENTO O varejo brasileiro deve retrair 11,7% este ano caso o governo federal não reedite o auxílio emergencial. O cálculo é da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). No ano passado, o faturamento no Brasil atingiu R\$ 2,06 trilhões, com média mensal de R\$ 172,2 bilhões. Para este ano, a expectativa da FecomercioSP é que os varejistas do País faturem R\$ 1,87 trilhão, com uma média de R\$ 147,8 bilhões por mês. De acordo com o estudo, as parcelas de R\$ 600 e depois R\$ 300 injetaram R\$ 196,4 bilhões no varejo em 2020.

BANCO NÃO VAI FINANCIAR DESMATADORES

MEIO AMBIENTE O BNP Paribas - maior banco comercial da França - informou que não oferecerá mais produtos e serviços financeiros a companhias que não tenham em sua estratégia de negócio o objetivo de "desmatamento zero" em sua linha de produção e cadeia de suprimentos até 2025. Em comunicado, a instituição financeira destaca que não mais vai emprestar recursos que produzem ou compram carne bovina ou soja de terras desmatadas ou convertidas após 2008 na Amazônia e que passará a exigir total rastreabilidade da carne e da soja até 2025.

SECRETARIA DA SAÚDE Estado da Bahia

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 185/2021. ID: 857285 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO. Abertura: 03/03/2021 às 15h (HORÁRIO DE BRASÍLIA). OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE USO HOSPITALAR (EQUIPO, SONDA ETC) "REGISTRO DE PREÇOS". Família: 65.15 O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: danielc@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-4340 / 3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4º andar, Plataforma VI, Lado "A", Térreo, Diretoria de Licitações - Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-902, Salvador - BA, 15/02/2021. DANIEL DE LIMA GOTTSCHALK - Pregoeiro (a) Oficial.

SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE Estado da Bahia

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 831/2021. ID: 859253 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (ISAFTEC). Abertura: 03/03/2021, às 18h00min. PROCURADOR DE BRASILIA: Osório Aquino de Medeiros; BCLOMETASOMA, BUDESONIDA, GENTAMICINA, etc. "REGISTRO DE PREÇO". Família: 65.02 O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: yale.ajm@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-8334 / 3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30 h às 17:30 h no endereço: 4º andar nº 400 - Plataforma VI Lado "A" Térreo, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, 15/02/2021. YALE SAMPAIO RIBEIRO - Pregoeiro (a) Oficial.

SESAB

Secretaria de Cultura e Turismo SALVADOR PREFEITURA PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Setorial de Licitação - COSEL/Secretaria de Cultura e Turismo - Secult toma público para conhecimento dos interessados, que será realizada a seguinte Licitação: MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021; PROCESSO Nº 203/2020-SECULT. OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços técnicos, para elaboração de estudos relacionados à concepção, implantação, operação e gestão de um Centro Cultural dedicado à Música - COM. Em razão das medidas de enfrentamento da pandemia do COVID-19 o RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ocorrerá até às 17h do dia 16/03/2021 com a entrega dos envelopes na Sede da Secult e a ABERTURA DAS PROPOSTAS ocorrerá em sessão pública virtual no dia 22/03/2021 às 10h, no horário de Brasília. Quaisquer esclarecimentos/questionamentos poderão ser formalizados na sede da Secult na Rua da Argentina, Comércio, nº 351, CEP 40095-130, Salvador-BA - Brasil, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 17h, e pelo tel: (71) 3202-7658, ou através do e-mail: coselsecult@salvador.ba.gov.br. O acesso ao Edital será através do endereço eletrônico: www.compras.salvador.ba.gov.br. Salvador, 12 de fevereiro de 2021.

Márcio Peixoto Lima - Presidente.

SECRETARIA DA SAÚDE Estado da Bahia

HOSPITAL GERAL ROBERTO SANTOS - AVISO DE ADIAMENTO - Pregão Eletrônico nº 864/2021 - ID 856332. O Pregoeiro do Hospital Geral Roberto Santos, comunica aos interessados em participar de licitação acima referenciada, cujo objeto: **Aquisição de Tubos para Coleta de Sangue em Pacientes (Adultos e Pediátricos)**, e com sessão de abertura edital designado para o dia 24/02/2021 às 09:00h, o mesmo fica adiado para o dia 26/02/2021 às 09:00h, em razão de ajuste do Edital. Outras informações sobre Edital e seus anexos podem ser obtidos através do endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br e www.comprasnet.ba.gov.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: hgrs.copel@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3103-8899/8899 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00h no endereço: COPEL do HGRS na Estrada do Sabeiro, S/Nº, Prédio Anexo, 1º Andar, Sala de Licitação - Bairro Cabula, Salvador - Bahia - 15/02/2021. Francisco Silva Mota / Pregoeiro - HGRS.

SESAB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Extraordinária do Condomínio HANGAR BUSINESS PARK e Assembleia Geral Ordinária do Subcondomínio Hotelaria do Condomínio HANGAR BUSINESS PARK (ou "Assembleia Geral Ordinária do Condomínio HANGAR BUSINESS PARK" e "Assembleia Geral Ordinária do Subcondomínio Hotelaria do Condomínio HANGAR BUSINESS PARK" destinados a deliberar sobre a ordem da lista constativa neste edital. Tendo em vista as medidas de isolamento social para contenção da disseminação epidemiológica da COVID-19, as deliberações serão tomadas exclusivamente em ambiente virtual na plataforma Web Conferência e apresentadas através de assessorias serão, igualmente, disponibilizadas na plataforma Web Conferência, dentro de cada item a ser deliberado, a partir do momento do início do mundo.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SUBCONDOMÍNIO HOTELARIA

1. Apresentação de projeto para a exploração de espaços e áreas comuns do Condomínio, para a realização de publicidade e propaganda;
2. Aprovar alterações nos contratos cativos celebrados pelo HANGAR BUSINESS PARK com a concessionária de energia elétrica para permitir redução de custos;
3. O que ocorrer, não sendo lida nenhuma deliberação sobre matéria discutida neste item.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SUBCONDOMÍNIO HOTELARIA

1. O que ocorrer, não sendo lida nenhuma deliberação sobre matéria discutida neste item. Para se tratar de assembleias realizadas exclusivamente em ambiente virtual, está contido no presente Edital a seguinte deliberação: a aprovação através de assessorias serão, igualmente, disponibilizadas na plataforma Web Conferência, dentro de cada item a ser deliberado, a partir do momento do início do mundo.
2. Correlação de comissão formada por chapas de três condôminos do Subcondomínio Hotelaria, para realizar os trabalhos de sucessão da nova empresa mandatária a ser oportunamente aprovado em assembleia;
3. O que ocorrer, não sendo lida nenhuma deliberação sobre matéria discutida neste item. Para se tratar de assembleias realizadas exclusivamente em ambiente virtual, está contido no presente Edital a seguinte deliberação: a aprovação através de assessorias serão, igualmente, disponibilizadas na plataforma Web Conferência, dentro de cada item a ser deliberado, a partir do momento do início do mundo.

O Conselho Fiscal Geral (CFG) designará um presidente e o secretário da mesa, bem como um comissário especial composta de 3 (três) membros para acompanhamento dessas assembleias (Condômino Geral e Subcondomínio Empresarial) cabendo à referida comissão a atribuição de decidir os casos omissos, ovinho, no que couber, o presidente da mesa.

As informações, documentais e apresentações anteriores às assembleias serão, igualmente, disponibilizadas na plataforma Web Conferência, dentro de cada item a ser deliberado, a partir do momento do início do mundo.

As inscrições das candidaturas para o cargo de Subsíndico do Subcondomínio Hotelaria do Condomínio Geral bem como as chapas da comissão para realizar os trabalhos de sucessão da nova empresa mandatária, ocorrerão através do chat de discussão, dentro do item a ser deliberado, no ambiente Web Conferência, e estarão abertas aos condôminos durante o dia 23 de fevereiro de 2021 das 8h às 18 horas.

O tutorial das assembleias em ambiente virtual do Condomínio HANGAR BUSINESS PARK, incluindo a participação dos condôminos, registro de votos, apuração e divulgação dos resultados das deliberações, encontra-se disponível no site virtual do Condomínio, no endereço <http://www.hangarbusiness.com.br>.

Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas pela administração via comissão especial, através dos telefones (71) 99603-2824 e (71) 99704-8023 ou do e-mail: sac.assessoria@hangarbusiness.com.br.

Salvador, 15 de fevereiro de 2021
Marta Regina Araújo Caneço
Síndica

PROJETO RECRIA PROGRAMA DE EMPREGO E RENDA

SENADO Para evitar demissões durante a pandemia, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda poderá ser reestabelecido por mais 180 dias. É o que propõe o projeto de lei (PL) 6/2021, do senador Rogério Carvalho (PT-SE). Pela proposta, as empresas, em vez de demitirem, façam acordos com os empregados para reduzir salário, jornada ou suspender o contrato de trabalho. O programa havia sido criado por meio da MP 936/2020, as permissões foram prorrogadas duas vezes, mas perderam a validade em 31 de dezembro de 2020, com o término do estado de calamidade pública. "Com o programa, atuamos nos dois lados do problema, na manutenção do emprego formal e na sobrevivência das empresas", disse o senador.

STF libera julgamento sobre imposto zero a armamento

SUPREMO O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, liberou ontem o julgamento sobre resolução do governo Jair Bolsonaro que busca zerar a alíquota de importação de revólveres e pistolas. O processo começou a ser discutido no plenário virtual da Corte no último dia 5, mas foi suspenso após Barroso pedir vista (mais tempo de análise) na última terça.

O julgamento será retomado no dia 26 no plenário virtual e na esteira de novos decretos do governo para facilitar acesso a armas e munições. Na última sexta-feira, Bolsonaro alterou quatro decretos de 2019 para ampliar os limites de aquisição de armas e munições por agentes de segurança e grupos de Colecionadores, Atiradores e Caçadores (CACs).

A resolução questionada no Supremo foi assinada em dezembro pelo Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Ge-cex) e zerava a alíquota sobre armas importadas hoje fixada em 20%.

ESTADOS E CONGRESSO COBRAM MAIS IMUNIZANTES

MINISTÉRIO Com as doses de vacina contra a covid-19 se esgotando, governadores e congressistas preparam uma ofensiva sobre o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, para acelerar a chegada de imunizantes. A pressão aumentou após Pazuello prometer que todo o país será imunizado ainda neste ano, mesmo com o governo federal patinando para ampliar a oferta de vacinas.

O Fórum dos Governadores vai se reunir com Pazuello hoje. Os chefes dos Estados e do Distrito Federal vão cobrar, novamente, um cronograma para a entrega das doses. “Nos aproximamos de 30 dias do início da vacinação com perspectiva de alcançar apenas 3% da população brasileira vacinada. Neste ritmo, não vai se concretizar o plano do governo de vacinar, até junho, metade da população”, disse o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), que coordena os trabalhos do Fórum sobre vacina.

O ministério afirma que 11,1 milhões de doses já foram entregues, volume suficiente para vacinar cerca de 6,5 milhões de pessoas. Segundo o consórcio de imprensa, o número de vacinados chegou 5,2 milhões ontem.



Secretários municipais de saúde aguardam novas ampolas para continuarem campanha de imunização

Estoque zerado de doses em 77 cidades baianas

Ampolas contra o novo coronavírus em mais 134 municípios também estão quase no fim

Marcela Villar*
REPORTAGEM
marcela.villar@redetvba.com.br

A vacinação contra o novo coronavírus caminha a passos lentos na Bahia. E o motivo é a falta da própria vacina. De acordo com o painel de vacinação da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab), 77 municípios baianos já gastaram todo o estoque recebido até agora.

Outras 134 cidades, incluindo Salvador, já usaram, pelo menos, 90% do armazenamento. No total, a Bahia usou 85,1% das 439.980 doses distribuídas até o momento – ou seja, mais de 374 mil delas foram aplicadas.

Sem data definida para que o novo lote chegue, o plano de imunização em quase metade dos 417 municípios da Bahia segue sem avanço. Não se sabe quando, nem quantas doses irão chegar. Na última sexta-feira (12), o prefeito de Salvador, Bruno Reis, afirmou que a estimativa era a de que 400 mil doses chegassem até o dia 23 de fevereiro, mas que 200 mil ficariam retidas para a segunda dose.

●● A gente fica à mercê do Butantan ou Fiocruz liberarem a vacina, para liberar para o Ministério da Saúde, que libera para os estados. Se eu recebo de manhã, de tarde já estou vacinando
Renato Batista
Secretário de Saúde de São Félix

●● Todas as vezes que a gente recebe é assim, às vezes vem 30 doses, outras vezes vem 60, depende do momento
Walney de Paula
Secretário de Saúde da cidade de Palmeiras

Já o Instituto Butantan, em São Paulo, um dos responsáveis pela produção de uma das vacinas usadas no Brasil, a CoronaVac, informou que a partir do dia 23 de fevereiro começará a entregar 600 mil doses por dia ao Ministério da Saúde. O MS, em seguida, fará a distribuição para os estados. Na Bahia, o governo estadual enviará as doses recebidas para as 31 Diretorias Regionais de Saúde locais e cada município buscará suas doses. Ou seja, vacina no interior da Bahia só deve chegar no dia 25 de fevereiro.

ESTOQUES

Em Itapetinga, no Centro-Sul da Bahia, as vacinas acabaram no dia 10. Ao todo, o município recebeu 2.240 doses – 1.610 da CoronaVac e 630 da de Oxford. Não há previsão de chegada de novos imunizantes na cidade.

Já em algumas cidades como Senhor do Bonfim, o armazenamento de doses está quase no final. Já foram aplicadas 2.419 das 2.469 vacinas recebidas, ou seja, 97,6%.

Em Salvador, até às 9h da manhã de ontem, havia em estoque 5.461 doses. No início da tarde, até às 15h, o número

estava em 3.612. Já à noite, até às 19h, o estoque contava com 3.286 doses. A secretaria de Saúde de Salvador (SMS) afirma que não há como prever até quando as doses vão durar, porque a demanda é espontânea. Foram 113.368 pessoas vacinadas até agora na cidade, sendo 30% mulheres e 70% homens. Dos mais de 113 mil vacinados, 24% são idosos e 76% trabalhadores de saúde. A faixa etária que mais recebeu doses foi a de 30 a 39 anos.

A Sesab diz que não se trata exatamente de interrupção da vacinação, mas da falta de doses. O público-alvo da primeira fase soma 1,8 milhões de habitantes na Bahia e o estado só recebeu do Ministério da Saúde ampolas suficientes para alcançar pouco menos de 440 mil pessoas.

A infectologista Anne Galastri, especialista em vacinas, afirma que o uso total do estoque não é problema, mas a pouca quantidade de imunizantes disponíveis. “É um bom sinal, significa que a gente vacinou toda a população que poderia ser coberta nesse momento”, defende.

*COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.

CALENÁRIO PARA IDOSOS A PARTIR DE 83 ANOS:

Drive Thrus A Secretaria Municipal da Saúde de Salvador amplia a partir de hoje, a vacinação para idosos com idade igual ou superior a 83 anos. As doses estarão disponíveis exclusivamente para os idosos nos drive-thrus do 5º Centro de Saúde, nos Barris; Atakadão, em Fazenda Coutos; Parque de Exposições, na Paralela, e na Arena Fonte Nova. As salas de vacina do 5º Centro, USF Plataforma, USF Cajazeiras X e CSU Pernambuco também atenderão o público-alvo. Excepcionalmente os pontos fixos e drivers-thru funcionário das 08h às 13h. O órgão salienta que o idoso sem o nome na lista disponibilizada no site da SMS deverá fazer o recadastramento do SUS através do endereço recadastramento.saude.salvador.ba.gov.br ou diretamente no 5º Centro de Saúde. Neste caso, se o idoso estiver presente no ato do recadastramento poderá ser imunizado imediatamente.

● DE CARRO

Barris – 5º Centro de Saúde
Fazenda Coutos – Atakarejo
Paralela Parque de Exposições
Dique Arena Fonte Nova

● PONTOS FIXOS

Barris – 5º Centro de Saúde
Plataforma – USF
Cajazeiras X – USF
Pernambuco – CSU

Atrasar injeções não é problema, diz médica

A infectologista Anne Galastri, especialista em vacinas, ressalta que não há problema em ficar algumas semanas sem imunizar. “Não vai haver um cataclisma”. Ela também diz que independentemente de imunizantes, é preciso manter os cuidados exigidos pelos protocolos sanitários. “As medidas de distanciamento, higienização das mãos e uso de máscara devem ser mantidos porque a vacina não previne de ter a doença assintomática e não transmitir, a gente ainda não sabe”, orienta.

Ela não descarta, contudo, que novas variantes da covid-19 possam surgir, assim como acontece anualmente com o vírus da H1N1. Em relação à cobertura das vacinas às variantes, Anne afirma que os estudos ainda são preliminares. No caso da vacina de Oxford/AstraZeneca, uma pesquisa de pequena escala na África do Sul apontou que a proteção era limitada para a nova cepa. Já a CoronaVac, em um estudo conduzido no Reino Unido, indicou que não houve mudança na eficácia. “Pela tecnologia utilizada na CoronaVac, do vírus inteiro inativo, sugere que provavelmente você terá uma imunidade com mais de um tipo de antígeno e isso protegeria das outras variantes”.

O Ministério da Saúde informou que “está trabalhando em todas as frentes para garantir que a vacinação contra a covid-19 seja realizada de forma ágil, segura e igualitária”. A pasta garantiu que o Brasil tem 354 milhões de doses de vacina para 2021 por meio dos acordos com a Fiocruz (212,4 milhões de doses), Butantan (100 milhões de doses) e Covax Facility (42,5 milhões de doses), mas não especificou quantas doses seriam para a Bahia ou quando enviaria.

O órgão também informou, por meio de nota, que “na medida em que os laboratórios disponibilizarem novos lotes de vacina, novas grades de distribuição e cronogramas de vacinação dos grupos prioritários serão orientados pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI), conforme previsto no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 e disponibilizados em Informes Técnicos enviados aos estados e Distrito Federal”.

Até o momento, foram enviadas aos estados 11,1 milhões de doses da vacina contra a covid-19

439,9
mil doses de vacina foram distribuídas até agora pelo governo para as 417 cidades baianas

85,1% das ampolas foram aplicadas em idosos e profissionais de saúde até agora

3,2 mil doses restavam em Salvador até às 19h de ontem, segundo informou a SMS

Wendel de Novais*

REPORTAGEM
 wendelnovais@redesbahia.com.br

É claro que teve a saudade do trem, porém, o que os moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador mais sentiram, ontem, no primeiro dia útil sem o modal, foi o bolso doer. Acostumados a desembolsar R\$ 1 pela viagem de ida e volta, os usuários agora são obrigados a pagar R\$ 8,40 para se deslocar de ônibus, uma diferença de R\$ 7,40. No mês, para quem usava o transporte de segunda a sexta, isso vai representar R\$ 148 a mais no orçamento.

Segundo o secretário estadual de Desenvolvimento Urbano Nelson Pelegrino, a tarifa de R\$ 0,50 era simbólica, mantida pro subsídios do estado, e não sofreu reajustes ao longo de 19 anos como forma de compensar a baixa qualidade do serviço prestado pelos trens.

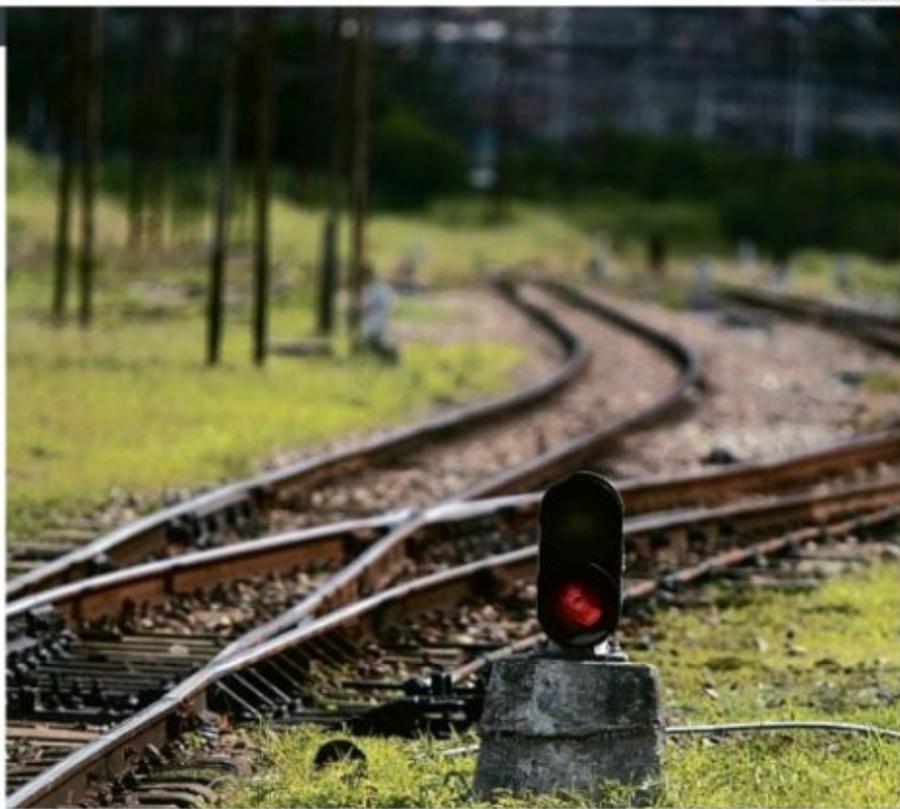
Outra queixa dos usuários é o tempo do deslocamento de ônibus. Em alguns casos, o que era 25 minutos aumentou para uma hora por conta das paradas nos pontos e do trânsito. Mariana Santos, 23 anos, comerciante, saía de Escada para a Calçada diariamente de trem. Para ela, as diferenças consideráveis no gasto com transporte ficaram nitidas já no primeiro dia. "Doeu no bolso, viu? Nosso quebra-galho era o trem, que deixava a gente vir trabalhar pagando pouco. Durante o mês, dependendo da quantidade de vezes que vinha, gastava R\$ 20, no máximo. Só hoje (ontem), quase gastei metade disso".

Outra moradora do Subúrbio que viu sua situação se complicar foi Maria Pereira, 59, que trabalha na região circulando para vender amendoim. "Piorou e muito para mim. Para quem pagava um preço tão baixo, ver, de um dia para o outro, o valor subir foi ruim demais. Eu vendia circulando, rodando o Subúrbio. Agora, o jeito vai ser arranjar um ponto aqui na Calçada", disse.

ESPERA

Além do preço mais alto, os usuários também reclamaram do tempo gasto dentro dos ônibus. Quem pegava o trem, agora precisa de muito mais tempo para cumprir seus compromissos. É o caso de Jurandir Gomes, 58, consultor, que mora em Periperi. "Hoje (ontem) eu passei, por causa do engarrafamentos que sempre tem na Suburbana, uma hora dentro do ônibus para conseguir chegar na Calçada. Com o trem, só gastava 25 minutos. É ruim demais porque a gente fica mais cansado e pode até perder cliente que fica esperando", afirmou.

Ana Maria Teixeira, 40, ambulante, que mora em Plataforma, afirmou que o tempo gasto no caminho para as atividades que cumpre no dia a dia agora deve atrasar seus afazeres. "No Subúrbio, a gente consegue fazer quase tudo.



◆◆ Nosso quebra-galho era o trem, que deixava a gente ir trabalhar pagando pouco. Durante o mês, dependendo da quantidade de vezes, gastava R\$ 20
 Mariana Santos
 Comerciante

A linha que conduzia passageiros da Calçada até as 10 estações dos bairros do subúrbio ferroviário agora ficará só na lembrança de quem usava o trem

Saudade do trem doeu bastante foi nos bolsos

Trabalhadores que vivem no subúrbio ferroviário têm primeiro dia sem transporte barato

Tem um mundo aqui. Por isso, com o trem, a gente se deslocava rapidinho. Sem muita agonia, saía de Plataforma e chegava em Paripe ou então ia para a Calçada. A dinâmica era mais rápida", reclamou.

O Ministério Público, que entrou com uma ação para impedir a suspensão do serviço a partir de ontem, foi procurado e disse que aguarda ainda uma resposta da Justiça para veicular informações sobre o caso. Ação foi ajuizada pelo MP porque o órgão entendeu que a paralisação deveria acontecer de maneira escalonada, com divulgação para a população com prazo mínimo de 30 dias.

O PROJETO

No atual traçado da ferrovia serão construídos os pilares do elevado do VLT. De acordo com informações do governo do estado, para atender à população que depende do transporte, estarão disponíveis ônibus que estão integrados ao sistema metroviário (veja a lista no quadro).

Após a paralisação dos trens, a via será isolada, ecionada, colocados tapumes e então será iniciada a retirada da parte aérea de eletrificação da ferrovia. Logo após será iniciada a prova de carga da via, considerada etapa fundamental para que no futuro sejam firmadas as estacas, depois os pilares e por fim a via por onde irá circular o VLT. De forma quase simultânea, também estarão sendo construídas as estações do VLT. Já os vagões estão sendo construídos na China e a previsão é de que o primeiro deles seja embarcado no país asiático com destino a Bahia já no mês de abril deste ano. A Fase I do VLT compreende 19,2 quilômetros, com 21 estações

***COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO**

Governo transfere trabalhadores para outras áreas

O fim da operação dos trens também significa a interrupção do trabalho dos funcionários que faziam com que o sistema estivesse disponível. O governo do estado está realocando os profissionais para outras áreas. Isso foi o que afirmou o titular da Sedur, Nelson Pelegrino. "Da CTB, são 91 funcionários, que passaram a desenvolver outras funções no período das obras. Temos 119 terceirizados. Destes, são 70 vigilantes e 63 já foram realocados para fazer a segurança da via do VLT. Tivemos ainda 22 trabalhadores na limpeza que estamos sugerindo para ser absorvidos pela Skyrail, 4 na manutenção e 23 de bilheteria que também estão sendo sugeridos para Skyrail", afirmou.

Pelegrino também falou do processo de desapropriação de residências para que as obras do VLT aconteçam. De acordo com ele, neste momento, cerca de 330 casas serão desapropriadas. "As obras têm fases diferentes. E, ao passo que ela for progredindo, vamos desapropriando as casas e indenizando as famílias após negociação. Hoje, são cerca de 330, mas pode acontecer desse número diminuir ou aumentar", disse.

CONFIRA AS LINHAS DE ÔNIBUS ALTERNATIVAS

Linha	Trecho
1614	Itaigara X Mirantes de Periperi - Via Bistrac
1607	Barras X Paripe Coicás
1650	Vista Alegre/Alto de Coutos/Estação Piaçá
1633	Ordina X Mirantes de Periperi
1606-01	Base Naval Barroquinha
1606-00	Paripe X Barroquinha
1651	Lago X Base Naval Via Estrada Velha
1637	Mirantes de Periperi - Imbuí/Boca do Rio
0706-00	Nordeste - Joanes / Lobato
1642	Lago X Boa V. Lobato
1675	Lago X Plataforma
1668	Barras X Faz. Coutos/Vista Alegre
L111	Baixa Do Fiscal / Lobato - Brasilgls
1667	Vista Alegre - Barras
1608	Paripe X Ribeira
1635	Joanes X Lobato X Rodoviária

Tribuna

Ampliar faixa de isenção do IR vai custar R\$ 74 bi

O presidente disse que tentaria passar a renda livre do pagamento do IR para quem ganha até R\$ 3 mil

LORENNARODRIGUES, O
ESTADO DE S. PAULO

A promessa de campanha renovada em janeiro pelo presidente Jair Bolsonaro de ampliar a isenção do Imposto de Renda custará quase de R\$ 74 bilhões aos cofres públicos. No mês passado, o presidente disse que tentaria passar a renda livre do pagamento do imposto para R\$ 3 mil mensais. Em 2020, só ficaram isentos do IR quem tem renda inferior a R\$ 1.903,98 por mês.

Estudo da Associação Nacional dos Auditores da Receita Fiscal (Unafisco), repassado com exclusividade ao Estadão/Broadcast, mostra que a nova promessa de Bolsonaro beneficiaria 4,3 milhões de contribuintes, que ficariam isentos

do tributo. Isso representaria uma redução de R\$ 73,87 bilhões na arrecadação do governo federal. No mês passado, o presidente disse que tentaria passar a renda livre do pagamento do imposto para R\$ 3 mil mensais. Foto: Marcos Correa/PR

"O que estamos trazendo é que, se ele quer (isenar até R\$ 3 mil), então saiba que custa R\$ 74 bilhões. Temos de onde tirar se cortarmos privilégios tributários, mas é preciso que saiba o quanto custa e que terão que enfrentar esses privilégios. Tem que tirar do lugar certo", afirma o presidente da Unafisco, Mauro Silva.

Ele lembra que os privilégios tributários concedidos pelo governo - como isenção de IR sobre lucros e dividendos, reduções de tributos a

empresas do Simples e a igrejas e entidades filantrópicas - somaram mais de R\$ 400 bilhões em 2020.

Desde a campanha, Bolsonaro, em um aceso à classe média, prometia ampliar a isenção do tributo. Na época, o compromisso era que passar o limite para cinco salários mínimos (hoje, seria o equivalente a R\$ 5,5 mil)

"Vamos tentar pelo menos para 2022 passar para R\$ 3 mil. Está hoje em dia mais ou menos R\$ 2 mil, nós gostaríamos de passar para R\$ 5 (mil). Não ia ser de uma vez toda, mas daria até o final do nosso mandato para fazer isso aí. Não conseguimos por causa da pandemia", disse o presidente, em transmissão em suas redes sociais no dia 14 de janeiro.

Para o economista Fáb-

io Klein, da Tendências Consultoria, não é o momento de fazer qualquer medida que implique em perda de arrecadação, ainda mais algo desse vulto.

"Uma sugestão como essa não casa com o modelo (liberal). O Brasil nunca corrige anualmente a tabela porque isso implica em perda de receita.

Se você pensar que o auxílio emergencial vai custar R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões, vai abrir mão de R\$ 70 bilhões neste momento?" questiona.

Ele lembra que, apesar da defasagem na correção da tabela, a mudança implicaria em concentrar ainda mais o modelo tributário brasileiro em impostos sobre o consumo e não sobre a renda e patrimônio. Esse últi-

mo é considerado socialmente mais justo, por atingir de forma maior quem ganha mais. "A composição da tributação brasileira já é muito mais sobre o consumo. Se for por um modelo desses, você vai aumentar ainda mais essa desigualdade", completa.

DEFASAGEM

Segundo a Unafisco, a tabela de Imposto de Renda está defasada desde 1996 e acumula perda de 103,87%. Se fosse corrigida toda a defasagem, em 2021, praticamente 13 milhões de contribuintes deixariam de pagar o imposto. A defasagem acumulada chegaria a 113% em 2022 e a correção total representaria uma perda de R\$ 111,78 bilhões na arrecadação federal.

Para o presidente da entidade, ao não corrigir a tabela do Imposto de Renda pelo menos nos anos em que está no governo, Bolsonaro descumpra outra promessa de campanha: a de não aumentar a carga tributária. "O não reajuste da tabela representa um aumento de imposto. Esse dogma do ideário liberal não está sendo respeitado ano após ano", completa.

Pelos cálculos da associação, para ficar no "zero a zero" nos dois primeiros anos de seu governo, Bolsonaro teria que reajustar a tabela em 13,1%. Sem isso, acabará tendo um acréscimo de arrecadação de R\$ 23,2 bilhões no período, e há um crescimento na carga tributária em 0,34 ponto porcentual neste ano.

Tribuna

AUMENTO DA TRIBUTAÇÃO

Taxar ricos para financiar política social elevaria PIB em 2,4%

THAIS CARRANÇA
DA BBC NEWS BRASIL EM
SÃO PAULO

Uma política de proteção social financiada a partir da tributação do 1% mais rico, que garanta a transferência de R\$ 125 por mês para os 30% mais pobres, pode ter um impacto positivo de 2,4% no PIB (Produto Interno Bruto, que é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, por exemplo, ao longo de um determinado período, como um ano ou um trimestre).

"A redução da desigualdade tem benefícios em si. Sabemos que ela tem custos que não só têm a ver com o direito à renda e à dignidade humana, mas tem também efeitos políticos, pois a desigualdade tende a criar distorções no próprio sistema democrático", diz Laura Carvalho, professora da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo).

Conforme o estudo, cujos resultados serão publicados em nota técnica nesta segunda-feira (15/2), uma política de proteção social financiada a partir da tributa-

ção do 1% mais rico, que garanta a transferência de R\$ 125 por mês para os 30% mais pobres, pode ter um impacto positivo de 2,4% no PIB (Produto Interno Bruto, que é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, por exemplo, ao longo de um determinado período, como um ano ou um trimestre).

"A redução da desigualdade tem benefícios em si. Sabemos que ela tem custos que não só têm a ver com o direito à renda e à dignidade humana, mas tem também efeitos políticos, pois a desigualdade tende a criar distorções no próprio sistema democrático", diz Laura Carvalho, professora da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo).

"Então existem outros objetivos para reduzir a desigualdade, que não o crescimento econômico. Mas,

muitas vezes, parece que no debate há um dilema entre crescer ou distribuir", observa a economista, uma das autoras do estudo, ao lado de Rodrigo Toneto e Theo Ribas.

"Isso cada vez mais está se revelando uma coisa que não tem sustentação empírica, por isso resolvemos demonstrar com dados um dos mecanismos que mostra que é perfeitamente possível desenhar um programa que combine redução da desigualdade com aumento do ritmo de crescimento econômico. Porque esses objetivos não são contraditórios."

A professora da USP explica que o estudo buscou analisar o efeito que diferentes tipos de programas de redistribuição podem ter sobre o PIB e a geração de renda na economia.

"Existe um princípio na macroeconomia que é a ideia do 'multiplicador do or-

çamento equilibrado", diz Carvalho.

"Ele prevê que, mesmo que o governo não gaste mais, não deteriore as contas públicas, destinando uma arrecadação via tributação da renda no topo para transferir renda para a base, sem nenhum impacto no Orçamento, ele pode conseguir um impacto de crescimento econômico porque quem está na base da pirâmide tem uma propensão a consumir maior, enquanto os mais ricos poupam relativamente mais da sua renda do que os mais pobres."

Analisando dados da POF do IBGE (Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2017-2018, os pesquisadores encontraram que, enquanto os 10% mais pobres gastam 87% da sua renda em consumo, esse valor cai para 24% entre os que compõem o 1% mais rico.



E como taxar?

Embora esse não seja o objeto da nota técnica publicada nesta segunda-feira, Carvalho elenca alternativas para aumentar a tributação sobre o 1% mais rico.

"Temos um tipo de desigualdade que é muito elevada, sobretudo pela alta concentração de renda no topo. Não há uma disparidade tão grande entre o meio e a base da distribuição. E boa parte dessa alta concentração no topo é explicada pelo fato de que esse 1% hoje paga uma alíquota efetiva de tributos sobre a renda menor do

que os estratos que vêm em seguida", diz a professora.

Conforme a economista, isso se explica em parte pela isenção de tributação de imposto de renda sobre lucros e dividendos.

"Esse é um dos elementos que faz com que quem recebe renda do capital, e não renda do trabalho, não pague a alíquota de 27,5% (faixa mais alta da tributação de renda no Brasil). Eliminar essa isenção já aumentaria a alíquota efetiva dos mais ricos", sugere.

Transferência de renda para os mais pobres é eficaz

Levando em conta então a atual estrutura de distribuição de renda da economia brasileira e as diferentes propensões a consumir de cada faixa de renda, os economistas mostram que, cada R\$ 100 transferidos do 1% mais rico para os 30%

mais pobres geram uma expansão de R\$ 108,70 na economia.

No caso do auxílio emergencial de 2020, cada R\$ 100 pagos por meio do programa têm um efeito de aumento da renda agregada de R\$140, calculam os pes-

quisadores.

"No caso do auxílio, o efeito multiplicador é maior pois o volume de recursos destinado a essa política foi muito elevado. Foi um programa emergencial, mas muito amplo, com pouco mais de 4% do PIB de 2020

destinado a essa política de transferência de renda", observa Carvalho. Por fim, os pesquisadores analisam uma política social financiada a partir de tributos cobrados dos 1% mais ricos e que garanta R\$ 125 mensais para os 30% mais pobres.

You are here: [🏠](#) > [2021](#) > [Fevereiro](#) > [16](#) > EX-FUNCIONÁRIOS DA FORD PROTESTAM POR NEGOCIAÇÃO EM CAMAÇARI

EX-FUNCIONÁRIOS DA FORD PROTESTAM POR NEGOCIAÇÃO EM CAMAÇARI



 admin  16 Fevereiro, 2021 

Trabalhadores demitidos da Ford de Camaçari protestam na manhã desta terça-feira (16) no município, em frente à montadora. Os ex-funcionários e sindicalistas tentam abrir diálogo para uma negociação. A saída da Ford do município pode prejudicar mais de 70 mil pessoas direta e indiretamente.

You are here:

[Home](#) > [2021](#) > [Fevereiro](#) > [15](#) > [PETROLEIROS VENDEM GASOLINA MAIS BARATA EM SALVADOR E ALAGOINHAS](#)

PETROLEIROS VENDEM GASOLINA MAIS BARATA EM SALVADOR E ALAGOINHAS



admin  15 Fevereiro, 2021 

O Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro-BA) irá realizar mais duas ações de venda de gasolina a preço reduzido nesta terça e quarta-feira, em Salvador e Alagoinhas. A iniciativa, que visa protestar contra o aumento dos preços praticados pela Petrobras, antecede a greve da categoria, marcada para essa quinta-feira, 18.

A primeira ação acontece na terça-feira, 16, às 7h, no Posto Apache, no Dique do Tororó, em Salvador. Os 150 primeiros motoristas que chegarem ao posto poderão abastecer com 20 litros de gasolina pagando R\$ 3,50 por litro, preço considerado justo pelos petroleiros. Já os 50 primeiros motociclistas podem abastecer suas motos com cinco litros de gasolina.

Na cidade de Alagoinhas, a iniciativa ocorre na quarta-feira, 17, às 7h, no Posto Laguna, localizado na Avenida Dantas Bião. A quantidade de carros contemplados para abastecer 20 litros de combustível é de 120 e a de motos, para cinco litros, 50. Assim como em Salvador, o litro da gasolina será vendido por R\$ 3,50.

A Sindipetro ressalta que se o consumidor quiser encher o tanque do seu carro ou moto, pagará o preço proposto pelo órgão apenas para os 20 litros (veículo) e cinco litros (moto). Para o restante, o posto cobrará o valor aplicado nas bombas. Esta é a segunda vez neste ano que a categoria realiza uma ação do tipo – a primeira ocorreu no fim de janeiro.

Em nota, a entidade diz que o objetivo das mobilizações é mostrar à sociedade que é possível vender os derivados de petróleo a um preço justo, levando-se em consideração o custo de produção nacional, mantendo o lucro das distribuidoras, revendedoras, da Petrobras e a arrecadação dos impostos dos estados e municípios.

"Ao adotar o Preço de Paridade de Importação (PPI), a Petrobrás atrela os preços dos combustíveis no Brasil ao valor do barril de petróleo no mercado internacional, ou seja, a estatal produz em real, mas vende em dólar para o povo brasileiro", afirma o coordenador do Sindipetro, Jairo Batista.

Foto: ilustrativa

BAHIA É DESTAQUE EM TRANSAÇÕES DE SERVIÇOS E PRIVATIZAÇÕES



admin 15 Fevereiro, 2021

Dados do relatório Fusões & Aquisições 2020, da PwC Brasil, apontam para o território baiano como destaque no setor de serviços auxiliares – que totalizaram o 2º maior quantitativo de transações, no período –, com a aquisição da companhia de resíduos CRT Bahia pelo Grupo Marquise, sem valores anunciados

O estado está também entre os exemplos de transações envolvendo privatizações em 2020: segundo o levantamento consolidado, a 3R Petroleum, através da subsidiária Ouro Preto Energia Onshore, adquiriu da Petrobrás 14 campos terrestres de exploração e produção – os chamados “Polo Recôncavo” –, no estado, por USD 250 milhões.

Em dados gerais, entretanto, o relatório da PwC mostra que privatizações e concessões tiveram uma redução de 54% em relação ao ano de 2019. O balanço sugere ainda menor participação de empresas estrangeiras nas operações M&A; transações envolvendo investidores nacionais, em contrapartida, chegaram a representar 78% das aquisições e compras minoritárias – patamar histórico para o ano de 2020.

A série histórica também foi conquistada em número total de operações: com 1038 transações anunciadas – um volume 48% superior à média registrada nos últimos 5 anos – o mercado de fusões e aquisições cresceu, no ano passado. Só em dezembro, foram 129 transações que superaram, em 13%, os índices constatados no mesmo período de 2019.

Embora a região Sudeste se mantenha com o maior quantitativo de negócios e concentre 65% das transações anunciadas, sendo 50% delas só no estado de São Paulo, o Nordeste – que na última avaliação tinha 8% de participação, entre os estados –, apresentou pequeno acréscimo, em 2020, e chegou a 9%.

No que se refere aos setores, TI segue liderando o volume de transações no Brasil e soma 38% do total transacionado durante o ano passado. Serviços de saúde, que estão entre as 5 principais áreas de ações concretizadas, registraram crescimento de 25% em relação a 2019, mas representam apenas 7% das transações efetivadas.

MOVIMENTAÇÃO ECONÔMICA DE SALVADOR CRESCEU 7,2% EM DEZEMBRO E ACUMULOU QUEDA DE 25,9% EM 2020



admin 15 Fevereiro, 2021

Em dezembro de 2020, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC-SSA), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan), cresceu 7,2%, frente ao mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais.

O resultado exibido neste indicador em relação a novembro de 2020 foi determinado, principalmente, pela baixa base de comparação (-9,7%), registrada no mês anterior e pelo dinamismo da atividade econômica na capital baiana, motivada pelas festas de final de ano.

Essa expansão foi sentida em cinco das seis variáveis que compõem o indicador, com destaque para: Carga portuária (12,0%), Consumo de Combustível (8,4%), Passageiros intermunicipais (7,1%), Passageiros urbanos (6,9%), e Consumo energia elétrica (3,1%). Em contrapartida, apenas Passageiros no Aeroporto Internacional de Salvador (-1,8%) marcou retração.

Em sentido oposto, o indicador apontou decréscimo de 20,3% quando comparado com o mês de dezembro de 2019, acumulando no ano queda de 25,9%.



Posted in [ECONOMIA / POLÍTICA](#)

COVID-19: SOLLA COBRA LEITOS PARA BAHIA AO GOVERNO FEDERAL



admin 15 Fevereiro, 2021

Após o Ministério da Saúde cortar parte do financiamento para leitos de Covid-19 na Bahia – e em outros estados –, foi a vez do deputado federal Jorge Solla (PT) cobrar que o governo federal habilite novos leitos para casos da doença para o estado. O parlamentar alertou para o aumento de casos.

“Em 2020 chegamos a ter 19.880 leitos habilitados pelo governo federal exclusivos Covid. Em fevereiro, são apenas 3.187, uma queda de 85%. Para o governo federal, a pandemia acabou dia 31 de dezembro. Os respiradores estão parados porque Bolsonaro cortou custeio, não há orçamento paralelo para combater a pandemia em 2021. Bolsonaro escolheu atender o mercado financeiro, que entende que não devemos mais aplicar o nosso dinheiro para salvar a vida do povo brasileiro”, alertou o parlamentar.

Foto: Gustavo Bezerra



Posted in DESTAQUE DO DIA, ECONOMIA / POLÍTICA

AGRICULTURA DO EXTREMO SUL DA BAHIA PODE DOBRAR DE TAMANHO



admin 15 Fevereiro, 2021

O Brasil não conhece o Brasil e o brasileiro não sabe a força que tem. Quando pensamos na Bahia, além das praias, turismo, carnaval, dos queridos amigos Brown, Ivete e Ed Ribeiro, o artista das tintas derramadas; no agro vem o merecido Oeste do Estado, o sul do cacau, a caatinga com os frutos do sertão, Vitória da Conquista, Irecê, e desponta Juazeiro com as frutas nível exportação e muito mais. Mas eu queria saber como estava lá, na outra pontinha. Na divisa com os capixabas do Espírito Santo, o extremo sul? Encontrei um técnico especialista na região, o Gleidson Laurentino, da Nutrimaq, e perguntei a ele sobre o potencial do extremo sul. A resposta foi: "Em 10 anos dobra de tamanho".

Explicou que Teixeira de Freitas é um show de melancias. A produtividade na casa de 60 toneladas por hectare. E a colheita finaliza agora em março. Da mesma forma um êxito no mamão hawai. Produtos de alta qualidade são exportados. O regime de águas na região, apesar de ter a transição dos efeitos lá nina e el nino, tem um regime pluviométrico positivo. Mas e além da melancia e do mamão? Tem pecuária com índices de desfrute elevado, cerca de 25 mil cabeças, a cana de açúcar conta com usinas processadoras geradoras de empregos. Mas tem um fato novo que chama atenção, o café Conillon com 50 mil toneladas. Desceu do Espírito Santo, com o cooperativismo, em cidades como Itabela, Itamaraju, Eunápolis e Teixeira de Freitas.

O relevo do extremo sul é plano e se desenvolve a mecanização. Inovações como modelos integrando biológicos estão em andamento, como o sistema pronutiva com ênfase na saúde vegetal. Também chama nossa atenção iniciativas da sociedade civil organizada local atuando na seleção e melhoramento de sementes adaptadas a região. Mas o brasileiro e as brasileiras são fortes mesmo. A empresa do Gleidson foi criada por uma mulher há 30 anos atrás. A dona Nilza Coelho, numa lojinha de apenas 90 m². Hoje significa um polo gigante de tecnologia, incluindo a introdução de bioinsumos. O extremo sul da Bahia tem realidades e um imenso potencial. Vai dobrar de tamanho em 10 anos, assim como o agro brasileiro todo também irá dobrar para abastecer o país e o mundo.

FORD SÓ PODE DISPENSAR TRABALHADORES APÓS NEGOCIAÇÃO



admin 15 Fevereiro, 2021

O Ministério Público do Trabalho esclarece pontos da decisão liminar proferida pelo desembargador do Trabalho, Edilton Meireles de Oliveira Santos, em razão do mandado de segurança da empresa Ford Motor Company Brasil Ltda.

A nota, enviada a imprensa neste domingo (14), foi motivada pela veiculação de notícia que informava o inverso do que foi decidido pelo magistrado, fato que pode causar confusão entre trabalhadores diretos e indiretos impactados pela decisão da montadora e pela decisão que manteve os efeitos da liminar. Pela decisão, fica mantida a obrigação da Ford em negociar com o Sindicato dos Metalúrgicos antes de fazer qualquer demissão em massa.

Conforme o MPT na Bahia, a ação movida tem o objetivo de garantir que a desmobilização da montadora aconteça com o mínimo possível de impactos sociais e econômicos e que a negociação coletiva seja o meio para que os eventuais impactos sejam compensados.

O documento é assinado pelos integrantes do Grupo Especial de Atuação Finalística (GEAF) do MPT.

Veículo: Bocão News	
Data: 16/02/2021	



Guedes planeja medidas anticrise em 2021 menos dependentes do Tesouro



16 de Fevereiro de 2021 às 06:50

Por: Arquivo/ Agência Brasil Por: Folhapress

Mesmo com a perspectiva de liberação de novos gastos públicos neste ano para combater as consequências econômicas da pandemia de Covid-19, o ministro Paulo Guedes (Economia) planeja amenizar o impacto das medidas nas contas públicas. A equipe econômica desenha iniciativas em 2021 com uma engenharia financeira que gere efeitos similares aos observados no ano passado, mas que reduza ou até mesmo descarte a necessidade de recursos do Tesouro Nacional dependendo do caso.

Um exemplo são os programas de empréstimos. As linhas de crédito criadas em 2020 para socorrer empresários usaram em grande parte recursos da União, que garantiu o risco de até 100% de cada operação. Neste ano, técnicos discutem um meio de os empréstimos dependerem menos de recursos públicos e terem uma parcela maior do risco assumido pelos próprios bancos.

Os números ainda estão sendo estudados, mas já se fala internamente que as garantias podem ser baixadas para patamares próximos a 30% do valor de cada operação em ao menos parte das linhas.

No caso do programa de manutenção do emprego, Guedes tem ido além e dito a interlocutores --segundo pessoas com conhecimento do assunto ouvidas pelo jornal Folha de S.Paulo-- que pretende eliminar o uso do caixa do Tesouro. A volta da medida que evita demissões já é uma certeza no Ministério da Economia para 2021.

O programa criado no ano passado, e visto por equipe econômica e especialistas como fundamental para a preservação de postos formais de trabalho durante a crise, permitia a suspensão de contratos de trabalho ou reduções de 25%, 50% ou 70% nas jornadas, com corte proporcional de salário.

Como compensação, o trabalhador afetado recebia do Tesouro um valor proporcional ao seguro-desemprego.

Agora, o ministro estuda usar recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), responsável pelo custeio do seguro-desemprego e do abono salarial, para antecipar recursos ao trabalhador empregado.

A principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o PIS (Programa de Integração Social) e para o Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Na visão que Guedes tem externado a interlocutores, é melhor pagar uma quantia para o trabalhador permanecer empregado do que um valor maior quando ele estiver desempregado. Por isso, a medida passou a ser chamada informalmente de "seguro-emprego".

No ano passado, foram usados R\$ 51,5 bilhões da União para compensar trabalhadores pela redução de salário ou suspensão dos contratos. O chamado BEM (Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda) foi o terceiro programa que mais recebeu recursos do Tesouro em 2020 (atrás do auxílio emergencial e dos repasses a estados e municípios).

Outras iniciativas em preparação e que não têm impacto fiscal são a antecipação do 13º do INSS e a liberação de mais recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). A tentativa de contenção de custos também está nos estudos sobre a reedição do auxílio emergencial. O ministro quer gastos mais limitados do que no ano passado, por entender que houve um abuso no uso do programa --que acabou sendo pago até mesmo a servidores e militares, o que infringia as regras.

Agora, o Ministério da Economia quer um programa voltado aos mais pobres, que representam mais de 40 milhões de pessoas (incluindo o público do Bolsa Família).

Além disso, a pasta insiste que os pagamentos sejam de R\$ 200 a R\$ 250 por beneficiário. O Congresso, porém, pressiona por mais. Guedes quer racionalidade nas medidas para que elas sejam mais focadas e para evitar uma fatura exagerada, principalmente na forma de endividamento público.

Assim, faz parte dessa visão a incerteza em relação a quanto tempo a pandemia deve continuar e o menor fôlego fiscal do país para fazer frente aos gastos depois do rombo recorde em 2020 e de uma dívida bruta em 89% do PIB (Produto Interno Bruto).

Ainda influencia a estratégia a tradicional resistência do Congresso em aprovar medidas de ajuste fiscal. Também por isso, Guedes busca mitigar o impacto fiscal das medidas condicionando a liberação de gastos --principalmente o auxílio emergencial-- a uma contrapartida. O ministro defende inserir o dispositivo que libera despesas à aprovação do Pacto Federativo. A PEC (proposta de emenda à Constituição) criada por Guedes tramita no Congresso desde novembro de 2019 e revê diferentes despesas públicas.

Para ele, isso é necessário para as contas públicas não serem incendiadas.

"Se vier o auxílio emergencial sem essa embalagem, essa proteção, esse escudo, esse marco fiscal, o que vai acontecer é que a inflação continua subindo. Os juros começam a subir, o endividamento volta em bola de neve, e daqui um ano está todo mundo arrependido", afirmou em evento virtual na quinta-feira (11). "Porque tentaram ajudar os pobres, criaram o imposto mais cruel sobre eles, que é a inflação. Criaram a pior situação possível, que é a persistência do desemprego em massa, a explosão do dólar, o colapso da Bolsa, a interrupção dos investimentos privados, a fuga de capitais", disse.

MENOR DEPENDÊNCIA

Medidas estudadas para se reduzir uso do caixa do Tesouro:

Programa de manutenção de emprego e renda

Guedes estuda eliminar uso de recursos do Tesouro para pagar compensação aos trabalhadores que tiveram salário reduzido ou contrato suspenso. A ideia agora é usar dinheiro do FAT. Em 2020, programa demandou R\$ 51,5 bilhões da União

Auxílio emergencial

Governo estuda público mais focado (acima de 40 milhões, mas menor do que os 67 milhões de pessoas do ano passado). Também busca um pagamento mais baixo, de R\$ 200 a R\$ 250 --ano passado, foram pagos R\$ 600 inicialmente e R\$ 300 depois. Em 2020, Tesouro liberou R\$ 322 bilhões para o programa (o mais caro do pacote anticrise)

Linhas de crédito

Números não estão prontos, mas equipe econômica estuda reduzir a dependência dos empréstimos de recursos do Tesouro.

A União garantiu até 100% de cada operação em 2020, e o percentual agora pode ficar em patamares menores.

No ano passado, foram criados quatro programas de crédito com R\$ 74,9 bilhões em recursos públicos FGTS e INSS

O ministério também estuda reeditar medidas que não geram impacto para as contas públicas, como algumas também experimentadas no ano passado, como por exemplo, a liberação de mais saques do FGTS (um dinheiro que já é dos trabalhadores) e a antecipação de pagamentos do 13º do INSS (que seria pago de qualquer forma).

Veículo: Bocão News	
Data: 16/02/2021	



Governo da Bahia gastou R\$ 8,2 milhões para TVE transmitir o Baianão



16 de Fevereiro de 2021 às 06:50 Por: Josenildo Almeida/SEC-BA Por: João Brandão
Compartilhe:

O governo da Bahia, através da Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb), desembolsou R\$ 8,2 milhões para transmitir o Campeonato Baiano, temporadas 2021 e 2022.

Conforme o contrato assinado pelo diretor-geral do Irdeb, Flavio Gonçalves, a Federação Baiana de Futebol (FBF) fechou o acordo com inexigibilidade de licitação.

Nesta segunda-feira (16) foi anunciada a transmissão da competição pela TVE. Serão 10 times na disputa: Atlético, Bahia, Bahia de Feira, Doce Mel, Fluminense, Jacuipense, Juazeirense, UNIRB, Vitória e ECPP Vitória da Conquista. A competição garante vagas para a Copa do Brasil, Copa do Nordeste e Série D do Campeonato Brasileiro.

Promessa de Bolsonaro de ampliar faixa de isenção do IR custará R\$ 74 bilhões



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A promessa de campanha renovada em janeiro pelo presidente Jair Bolsonaro de ampliar a isenção do Imposto de Renda custará quase de R\$ 74 bilhões aos cofres públicos.

No mês passado, o presidente disse que tentaria passar a renda livre do pagamento do imposto para R\$ 3 mil mensais. Em 2020, só ficaram isentos do IR quem tem renda inferior a R\$ 1.903,98 por mês.

Estudo da Associação Nacional dos Auditores da Receita Fiscal (Unafisco), repassado com exclusividade ao Estadão/Broadcast, mostra que a nova promessa de Bolsonaro beneficiaria 4,3 milhões de contribuintes, que ficariam isentos do tributo. Isso representaria uma redução de R\$ 73,87 bilhões na **arrecadação** do governo federal.

'O que estamos trazendo é que, se ele quer (isentar até R\$ 3 mil), então saiba que custa R\$ 74 bilhões. Temos de onde tirar se cortarmos privilégios tributários, mas é preciso que saiba o quanto custa e que terão que enfrentar esses privilégios. Tem que tirar do lugar certo', afirma o presidente da Unafisco, Mauro Silva.

Ele lembra que os privilégios tributários concedidos pelo governo - como isenção de IR sobre lucros e dividendos, reduções de tributos a empresas do Simples e a igrejas e entidades filantrópicas - somaram mais de R\$ 400 bilhões em 2020.

Desde a campanha, Bolsonaro, em um aceno à classe média, prometia ampliar a isenção do tributo. Na época, o compromisso era que passar o limite para cinco salários mínimos (hoje, seria o equivalente a R\$ 5,5 mil)

'Vamos tentar pelo menos para 2022 passar para R\$ 3 mil. Está hoje em dia mais ou menos R\$ 2 mil, nós gostaríamos de passar para R\$ 5 (mil). Não ia ser de uma vez toda, mas daria até o final do nosso mandato para fazer isso aí. Não conseguimos por causa da pandemia', disse o presidente, em transmissão em suas redes sociais no dia 14 de janeiro.

Para o economista Fábio Klein, da Tendências Consultoria, não é o momento de fazer qualquer medida que implique em perda de **arrecadação**, ainda mais algo desse vulto.

'Uma sugestão como essa não casa com o modelo (liberal). O Brasil nunca corrige anualmente a tabela porque isso implica em perda de receita.

Se você pensar que o auxílio emergencial vai custar R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões, vai abrir mão de R\$ 70 bilhões neste momento?', questiona.

Ele lembra que, apesar da defasagem na correção da tabela, a mudança implicaria em concentrar ainda mais o modelo tributário brasileiro em impostos sobre o consumo e não sobre a renda e patrimônio. Esse último é considerado socialmente mais justo, por atingir de forma maior quem ganha mais.

'A composição da tributação brasileira já é muito mais sobre o consumo. Se for por um modelo desses você vai aumentar ainda mais essa desigualdade', completa.

Defasagem

Segundo a Unafisco, a tabela de Imposto de Renda está defasada desde 1996 e acumula perda de 103,87%. Se fosse corrigida toda a defasagem, em 2021, praticamente 13 milhões de contribuintes deixariam de pagar o imposto. A defasagem acumulada chegaria a 113% em 2022 e a correção total representaria uma perda de R\$ 111,78 bilhões na **arrecadação** federal.

Para o presidente da entidade, ao não corrigir a tabela do Imposto de Renda pelo menos nos anos em que está

no governo, Bolsonaro descumpra outra promessa de campanha: a de não aumentar a carga tributária. 'O não reajuste da tabela representa um aumento de imposto. Esse dogma do ideário liberal não está sendo respeitado ano após ano', completa.

Pelos cálculos da associação, para ficar no 'zero a zero' nos dois primeiros anos de seu governo, Bolsonaro teria que reajustar a tabela em 13,1%. Sem isso, acabará tendo um acréscimo de **arrecadação** de R\$ 23,2 bilhões no período, e há um crescimento na carga tributária em 0,34 ponto porcentual neste ano.

Silva defende que o governo apresente um plano para corrigir, aos poucos, a tabela do Imposto de Renda, para tirar esse ônus das costas do contribuinte pessoa física. 'Sabemos que R\$ 112 bilhões representa um esforço fiscal muito grande e localizado para um só assunto, principalmente em uma época em que os custos da pandemia ultrapassam R\$ 1 trilhão. Mas é necessário começar a fazer algo', afirma.

O presidente sugere que o governo corrija, a cada ano, a inflação dos últimos 12 meses e de mais um ano que ficou para trás e que, concomitantemente, vá reduzindo benefícios tributários. 'Isso representaria um custo anual de R\$ 7 a R\$ 8 bilhões. Se fizesse um plano de recuperar a perda gradualmente, daria para ser absorvido e cortar benefícios suavemente', completa.

Estadão Conteúdo

[Voltar para a página inicial](#)

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da

Fazenda - Arrecadação

comida

Azeite brasileiro fresco vai chegar mais cedo à mesa em 2021

Em meados de março, o consumidor já poderá jantar com um produto novíssimo e fabricado em várias regiões

Tânia Nogueira

SÃO PAULO A safra 2021 dos azeites brasileiros vai chegar com um mês de antecedência à mesa do consumidor. Este ano, na Serra da Mantiqueira, a colheita da azeitona começou no dia 18 de janeiro. Em 2020, ela começou no dia 22 de fevereiro. São 34 dias de antecedência.

No Rio Grande do Sul, a colheita também está adiantada. Bem antes da páscoa, época de maior consumo, o azeite novo chegará ao mercado. Ser novo, quando se trata de azeite, é uma das principais qualidades. "Azeite é o suco da azeitona", diz o chef e azeitológico Marcelo Scofano. "É como um suco de laranja. Quanto mais fresco melhor".

Escolher o azeite extra-virgem por seu grau de acidez é um dos grandes erros do consumidor, garante Scofano. "Para ser extravirgem, não pode ultrapassar um limite de acidez", diz.

"Mas esse índice mede ácidos graxos, que não são perceptíveis para nosso paladar. A acidez, assim como os peróxidos e outros índices químicos que aparecem no rótulo, serve como indicação da qualidade do produto na hora em que foi extraído. Mas eles mudam com o tempo.

"Um azeite pode ter ótimos índices e não ser agradável ao paladar", diz Sandro Marques, autor de "Extra Fresco, o Guia de Azeites do Brasil" (Livrobits, 193 páginas, R\$ 88; e-book R\$ 25, na Amazon). O livro traz uma relação completa dos produtores nacionais. Na introdução, o leitor aprende bastante sobre azeites. Há também a relação dos produtores que já praticam o olivirismo e algumas receitas.

Um dos grandes atrativos do azeite, assim como no caso do vinho, é fazer bem à saúde. Em ambos os casos, as principais substâncias responsáveis por isso são os polifenóis. Ao contrário do vinho, no entanto, o azeite não pode envelhecer. Com o tempo, ele perde polifenóis e também qualidade. "Quanto antes for consumido, melhor", diz a jornalista Bia Pereira, sócia do Azeite Sabá. "A principal vantagem competitiva do azeite nacional é ser jovem. Ele chega à mesa do brasileiro no seu total esplendor, enquanto o europeu muitas vezes leva um ano para chegar".

O azeite com aromas frescos e verdes, como grama cortada ou tomate, alguma picança e algum amargor é hoje o padrão de qualidade. Mesmo que um azeite tenha tudo isso, ele vai perdendo com o passar do tempo. "Os três piores inimigos do azeite são o oxigênio, a luz e o calor", diz Luiz Rossini, produtor do azeite Rossini.

Por muito tempo, fez parte do senso comum que o Brasil não tinha terroir para produzir azeite. Isso, contudo, acabou se revelando um mito (leia texto nesta página). Na última década, o país tem produzido azeites de primeira qualidade e recebido uma série de prêmios internacionais.

"O clima na maior parte do Brasil, de fato, é atípico para a planta de oliveiras", diz o biólogo Nilton Caetano de Oliveira, presidente da Associação dos Olivicultores dos Contrafortes da Mantiqueira (Assolve) e produtor do azeite OlivaBR. Como pesquisa-

dor da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), nos anos 2000, Oliveira foi responsável pelo desenvolvimento da produção de azeite no Sudeste.

"A oliveira precisa de pouca água ou muito frio para frutificar. O stress, seja por falta de umidade ou por frio, faz com que floresça para dar frutos. Na Mantiqueira, por exemplo, chove entre 1.500 e 1.700 milímetros cúbicos ao ano. No Mediterrâneo, são apenas 300 a 400 milímetros. Porém, podemos conseguir o stress pelo frio. Na Mantiqueira, conseguimos as 200 horas anuais necessárias com temperaturas abaixo de 10 graus em terrenos com mais de mil metros de altitude. No Sul, o inverno é frio, nem precisa de altitu-

de. Há olivais a 100 metros de altitude".

Os azeites brasileiros são tão bons que costumam esgotar em poucos meses. Segundo a Assolve, a produção nacional de azeite não cobre nem 0,5% do consumo do país e a de azeitona em conserva é irrisória. Em 2020, o Brasil importou 92 mil toneladas de azeite e 112 mil toneladas de azeitonas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Olivicultura (Ibroliva). Isso sem contar as fraudes, que não são poucas.

O ritmo de crescimento da produção nacional, no entanto, tem sido acelerado. "O cálculo é que a área plantada cresce 15% a 20% ao ano", diz o advogado Paulo Marchioro, presidente do Ibroliva e produtor do azeite Casa de Marchio.

"É a tendência é que cresça ainda mais. Além disso, os pomares são muito jovens. Uma árvore jovem produz 2 a 3 quilos de azeitona. Uma árvore adulta pode produzir 40 quilos". As safras são irregulares em termos de quantidade. A este ano promete ser média.

A falta de tradição do azeite brasileiro ironicamente pode ser uma das explicações para a sua alta qualidade. Os países com mais tradição ainda têm alguns equipamentos muito velhos e mantêm práticas ultrapassadas. Hoje se sabe que, para o azeite ter frescor, a azeitona deve ser colhida assim que começar a amadurecer, deve ser processada imediatamente, no máximo em 24 horas, e o azeite tem que ter o mínimo contato possível com o oxigênio.

É assim que acontece por aqui, mas, no Mediterrâneo, ainda muitos produtores deixam os frutos amadurecerem até cair do pé, os armazenam por dias em tonéis onde eles começam a fermentar, usam prensas difíceis de higienizar e têm equipamentos antigos.

"Aqui o olival é em volta do lugar, o local onde se fabrica o azeite", conta Luiz Eduardo Batalha, produtor do azeite Batalha, o maior do Brasil, com 500 hectares plantados no Rio Grande do Sul. "A gente colhe e imediatamente faz a extração. Nesta época de colheita, eu levo um azeite diferente extraído no dia a cada noite para o jantar". Em meados de março, o consumidor também poderá jantar com um azeite novíssimo.



Ondas produzidas por azeitonas batendo em copo de azeite Eduardo Krupp/Folhapress

Como é a produção?

O azeite extravirgem é o produto mais nobre que pode ser extraído da azeitona. Para que ele receba essa classificação, é importante que o produtor siga uma série de etapas

1 As azeitonas devem ser colhidas quando ainda não estão muito maduras. Isso garante aromas frescos, picância e amargor que mudam um pouco de acordo com a variedade. Elas não podem ser machucadas, o que pode provocar oxidação (ranço) e/ou fermentação (aroma de azeitona em conserva)

2 Após colhidas, devem ser transportadas para um local fresco. E a extração deve começar o quanto antes. O ideal é no máximo em 24 horas

3 No lagar (fábrica), passam por uma seleção para separar folhas e galhos

4 Em seguida, são moídas. Lagares mais antigos usam prensas

5 Depois, o líquido é separado do bagaço. E o líquido separado em óleo e água. Em geral, isso é feito por centrifugação. Mas pode-se usar também a decantação

6 O produto final, em geral, é filtrado antes de engarrafar para eliminar impurezas. Mas existe um estilo de azeite não filtrado, o novello

Mapa do ouro

As principais regiões produtoras se concentram no Rio Grande do Sul e no encontro de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Porém estão surgindo diversas iniciativas em outras partes do país



Fonte: Sandro Marques, autor de "Extra Fresco, O Guia de Azeites do Brasil"

mercado



O ministro Paulo Guedes, que estuda medidas sem impacto fiscal, como antecipação do 13º do INSS

Guedes planeja medidas anticrise menos dependentes do Tesouro

Programas de crédito e emprego devem ter aportes menores do caixa da União para evitar impacto fiscal

Fábio Pupo

BRÁSILIA Mesmo com a perspectiva de liberação de novos gastos públicos neste ano para combater as consequências econômicas da pandemia de Covid-19, o ministro Paulo Guedes (Economia) planeja amenizar o impacto das medidas nas contas públicas.

A equipe econômica desenha iniciativas em 2021 com uma engenharia financeira que gere efeitos similares aos observados no ano passado, mas que reduza ou até mesmo descarte a necessidade de recursos do Tesouro Nacional, dependendo do caso.

Um exemplo são os programas de empréstimos. As linhas de crédito criadas em 2020 para socorrer empresários usaram em grande parte recursos da União, que garantiu o risco de até 100% de cada operação.

Neste ano, técnicos discutem um meio de os empréstimos dependerem menos de recursos públicos e terem uma parcela maior do risco assumido pelos próprios bancos. Os números ainda estão sendo estudados, mas já se fala internamente que as garantias podem ser baixadas para patamares próximos a 30% do valor de cada operação e ao menos parte das linhas.

No caso do programa de manutenção do emprego, Guedes tem ido além e ditou a interlocutores —segundo pessoas com conhecimento do assunto ouvidas pela Folha— que pretende eliminar o uso do

caixa do Tesouro. A volta da medida que evita demissões já é uma certeza no Ministério da Economia para 2021.

O programa criado no ano passado, e visto por equipe econômica e especialistas como fundamental para a preservação de postos formais de trabalho durante a crise, permitia a suspensão de contratos de trabalho ou reduções de 25%, 50% ou 75% nas jornadas, com corte proporcional de salário.

Como compensação, o trabalhador afetado recebia do Tesouro o valor proporcional ao seguro-desemprego.

Agora, o ministro estuda usar recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), responsável pelo custeio do seguro-desemprego e do abono salarial, para antecipar recursos ao trabalhador empregado.

A principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o PIS (Programa de Integração Social) e para o Pasesp (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Na visão que Guedes tem externado a interlocutores, é melhor pagar uma quantia para o trabalhador permanecer empregado do que um valor maior quando ele estiver desempregado. Por isso, a medida passou a ser chamada informalmente de “seguro-emprego”.

No ano passado, foram usados R\$ 51,5 bilhões da União para compensar trabalhadores pela redução de salário ou

suspensão dos contratos.

O chamado Bem (Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda) foi o terceiro programa que mais recebeu recursos do Tesouro em 2020 (atrás do auxílio emergencial e dos repasses a estados e municípios).

Outras iniciativas em preparação e que não têm impacto fiscal são a antecipação do 13º do INSS e a liberação de mais recursos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

A tentativa de contenção de custos também estão nos estudos sobre a reedição do auxílio emergencial. O ministro quer gastos mais limitados do que no ano passado, por entender que houve um abuso no uso do programa —que acabou sendo pago até mesmo a servidores e militares, o que infringia as regras.

Agora, o Ministério da Economia quer um programa voltado aos mais pobres, que representem mais de 10 milhões de pessoas (incluindo o público da Bolsa Família).

Além disso, a pasta insiste em que os pagamentos sejam de R\$ 200 a R\$ 250 por beneficiário. O Congresso, porém, pressiona por mais.

Guedes quer racionalidade nas medidas para que elas sejam mais focadas e para evitar uma fatura exagerada, principalmente na forma de endividamento público.

Assim, faz parte dessa visão a incerteza em relação a quanto tempo a pandemia deve continuar e o menor fô-

lego fiscal do país para fazer frente aos gastos depois do rombo recorde em 2020 e de uma dívida bruta em 89% do PIB (Produto Interno Bruto).

Ainda influencia a estratégia a tradicional resistência do Congresso em aprovar medidas de ajuste fiscal. Também por isso, Guedes busca mitigar o impacto fiscal das medidas condicionando a liberação de gastos —principalmente o auxílio emergencial— a uma contrapartida.

O ministro defende inserir o dispositivo que libera despesas à aprovação do Pacto Federativo. A PEC (proposta de emenda à Constituição) criada por Guedes tramita no Congresso desde novembro de 2019 e revê diferentes despesas públicas.

“Se vier o auxílio emergencial sem essa embalagem, essa proteção, esse escudo, esse marco fiscal, o que vai acontecer é que a inflação continuará subindo. Os juros começam a subir, o endividamento volta em bola de neve, e daqui a um ano está todo o mundo arrependido”, afirmou em evento virtual na quinta-feira (11).

“Porque tentaram ajudar os pobres, criaram o imposto mais cruel sobre eles, que é a inflação. Criaram a pior situação possível, que é a persistência do desemprego em massa, a explosão do dólar, o colapso da Bolsa, a interrupção dos investimentos privados, a fuga de capitais”, disse.

Medidas estudadas para reduzir uso do caixa do Tesouro

PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DE EMPREGO E RENDA

- Guedes estuda eliminar uso de recursos do Tesouro para pagar compensação aos trabalhadores que tiveram salário reduzido ou contrato suspenso
- Ideia é usar o FAT
- Em 2020, programa demandou R\$ 51,5 bilhões da União

AUXÍLIO EMERGENCIAL

- Governo estuda público mais focado
- Acima de 40 milhões, mas menor do que os 67 milhões de pessoas do ano passado
- Busca um pagamento mais baixo, de R\$ 200 a R\$ 250 —no ano passado, foram pagos R\$ 600 inicialmente e R\$ 300 depois
- Em 2020, Tesouro liberou R\$ 322 bilhões para o programa (o mais caro do pacote anti crise)

LINHAS DE CRÉDITO

- Equipe econômica estuda reduzir a dependência dos empréstimos de recursos do Tesouro
- A União garantiu até 100% de cada operação em 2020, e o percentual agora pode ficar agora em patamares menores
- No ano passado, foram criados quatro programas de crédito com R\$ 74,9 bilhões em recursos públicos

FGTS E INSS

- Ministério também estuda reeditar medidas que não geram impacto para as contas públicas
- Por exemplo, a liberação de mais saques do FGTS (um dinheiro que já é dos trabalhadores) e a antecipação de pagamentos do 13º do INSS (que seria pago de qualquer forma)

Indústria descarta falta de algodão para vacina, mas vê alta de preços

Katna Baran

CURITIBA Para além de seringas e vacinas, produtores e a indústria de outros insumos médicos, como o algodão, necessário para aplicação das doses, alerta para a possibilidade de subida de preço do produto se não houver planejamento para atender à demanda. Apesar disso, eles praticamente excluem a possibilidade de falta de algodão para atender ao mercado interno.

Boletim da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), divulgado no início do mês, aponta que os preços em Mato Grosso e na Bahia, maiores produtores do país, já subiram 20% e 18%, respectivamente. Segundo o órgão, além do dólar valorizado, a alta segue sustentada pela busca da indústria nacional para reposição dos estoques.

O Brasil, quarto maior produtor, deve colher 2,7 milhões de toneladas de algodão em pluma em 2021, 9% a menos do que no ano passado. As áreas plantadas diminuíram, reflexo da baixa na procura pela indústria têxtil, em queda na pandemia, e menores preços de venda, que fizeram com que o produtor investisse mais em outras commodities, como soja e milho.

Além da demanda interna, as exportações seguem batendo recordes. De acordo com o Ministério da Economia, até a terceira semana de janeiro, foram embarcadas 246 mil toneladas de pluma —80% do total registrado no primeiro mês do ano passado. A média diária de exportação também cresceu, de 14 mil toneladas para 16 mil.

“Se a exportação caminhar no mesmo ritmo, poderemos ter no futuro um desequilíbrio de oferta e demanda”, diz o presidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil de Confecção), Fernando Pimentel.

Ele explica que o algodão hidrófilo, usado como insumo médico e na aplicação de vacinas, é um subproduto da indústria têxtil, que investe cerca de 15% do total da sua matéria-prima neste setor. A produção, segundo Pimentel, é de aproximadamente 2,500 toneladas por mês, voltada essencialmente para o mercado interno, que inclui o setor de beleza e de cosméticos.

Já o presidente da Abrapa (Associação Brasileira de Produtores de Algodão), Júlio César Busato, lembra que a baixa na produção de 2021 deve ser compensada com o estoque do produto. “Se o consumo aumentar, o Brasil vai gastar o estoque, mas creio que o país está preparado para suprir qualquer necessidade.”

Agro organiza novo tratorado contra alta de ICMS em SP

Representantes dos setores de saúde, do agronegócio e dos revendedores de automóveis planejam nova manifestação contra as mudanças feitas pelo governo João Dória nas alíquotas de ICMS. O tratorado está previsto para esta quarta (17). O ponto de concentração será em frente à Ceagesp. De lá, a caravana seguirá até a Assembleia Legislativa, na zona sul.

A SPBM — ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA — REDE ASSISTENCIAL DE SUPERVISÃO TÉCNICA DA SAÚDE BUTANTA convoca as empresas inscritas em participação Pregão Eletrônico nº SE 000/2021 a ser realizada para contratação de empresa especializada em fornecimento de refeições transportadas, nutricionalmente apropriadas a pacientes e acompanhantes legítimos inscrites do Pronto Socorro Municipal Dr. Gastão Viegas Netto e pacientes do CAPS D III e Rede Hora Certa — Hospital Dia Butantã. Para informações e condições de participação favor acessar o site www.spbm.com.br/licitacao

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
A P.M.C. através do Departamento de Licitações e Contratos, torna público: **GUARULHOS LICITAÇÃO PRORROGADA**, nº20/21, PA 7558/19 fica prorrogada abertura 18/02/21 - 9:30. Quanto aos demais itens ver o edital em anexo.

★★★ **Sem liberdade de imprensa não há democracia**

ASSINE A
FOLHA
folha.com/assine

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite,

Ana Estela de Sousa Pinto, Claudia Collucci, Hélio Schwartzman,

Mônica Bergamo, Patricia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota,

Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado

Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Decretos da bala

Bolsonaro põe a segurança pública em risco para sustentar seu populismo armamentista

Com a salva de quatro decretos sobre armas de fogo disparados na sexta-feira (12), Jair Bolsonaro deu nova demonstração de que está disposto a arriscar a segurança pública do país para sustentar um tresloucado discurso populista.

Fiel à promessa temerária de armar a população, o presidente facilitou o acesso a dispositivos, munição e prensas. Diminuiu o controle do Exército sobre o arsenal acumulado por civis e afrouxou normas que permitem rastrear armamento empregado em assassinatos.

Bolsonaro passa ao largo da alta de homicídios em 2020, que põe em xeque a propaganda governista destinada a associar a melhoria de 2019 à chegada da linha dura ao poder. Conforme levantamento do portal G1, houve 5% mais assassinatos no ano passado, quando ocorreu o registro de 180 mil armas novas, 91% mais que em 2019.

O número de armas em circulação deverá crescer ainda mais, uma vez que cada pessoa poderá comprar até seis delas, e não mais o máximo de duas. No caso de atiradores, o total permissível passa para 60 peças; no de caçadores registrados, serão 30.

Com a nova regra, portadores de armas registradas, agentes de forças de segurança e membros da magistratura e do Ministério Público poderão abastecer-se anualmente com 5.000 cartuchos. Já a quantidade de projéteis de calibre restrito

que podem ser adquiridos a cada ano por atiradores desportivos sobe de 1.000 para 2.000.

Boa parte das armas de fogo compradas legalmente, como se sabe, acaba chegando à mão de criminosos. O próprio Bolsonaro já ficou sem pistola e motocicleta num assalto em 1995. Além disso, mais armas entre cidadãos aumentam os riscos de homicídios por motivo fútil, suicídios e acidentes.

Apesar das consequências previsíveis, Bolsonaro afrouxou ainda os requisitos para aquisições. Atestados antes exigidos de psicólogos credenciados na Polícia Federal poderão ser feitos por profissionais sem tal registro; em alguns casos, bastará "declaração de habitualidade" por clube de tiro, em flagrante conflito de interesses.

O presidente alega que o particular tem direito à legítima defesa, mas são comuns as situações em que este reage e termina baleado, morto ou sem a arma. Bem mais preocupante, porém, é a justificativa de que "o povo armado jamais será escravizado", proferida por Bolsonaro na fatídica reunião ministerial de 22 de abril de 2020.

Felizmente, 72% do eleitorado declarou discordar da sandice perigosa, como mostrou pesquisa do Datafolha. Se as forças políticas souberem ouvir a sociedade e os especialistas no tema, crescerá a chance de que a obsessão armamentista do Planalto seja contida.

O tuíte do general

Agora relatada com novos detalhes, ameaça ao STF feita em 2018 abriu um precedente perigoso

Em 3 de abril de 2018, um dia antes de o Supremo Tribunal Federal negar um habeas corpus que pouparia o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de 580 dias de cadeia, o Exército resolveu falar do caso.

Na forma de postagem no Twitter do então comandante Eduard do Villas Bóas, a Força admoestou a corte sobre riscos à estabilidade institucional caso livesse o líder petista, alvo mais graúdo da Lava Jato, da prisão que o esperava.

"Asseguro à nação que o Exército brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à democracia", foi o texto descabido levado a público.

Nada estava dito com todas as letras, mas o recado era claro. O próprio general confirmaria, em entrevista à *Folha* no fim daquele ano, que tinha agido no limite da responsabilidade institucional.

O episódio voltou à tona com novos nuances, por iniciativa do próprio militar, com a publicação de um registro de história oral por parte do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Nele, VB, como o general é conhecido, não fica nada bem. Ele repete a argumentação de

2018, segundo a qual não havia ameaça, e sim alerta pelo que considerava risco de agitação golpista por parte da população caso Lula fosse mantido livre.

O relato se adensa quando o general sugere que o temor era o da volta da esquerda ao poder. Lula, porém, estaria inegável — como segue hoje, mesmo fora do cárcere. Também é reveladora do quadro de então adesão sobre como os fardados se entusiasmaram com a ascensão da candidatura presidencial do comandante do Exército nos governos Dilma e Temer, mas não se indignaram: ataques ao politicamente correto e ao movimento antirracista, pressões e alertas ao STF contra o perigo de conceder habeas corpus ao ex-presidente Lula, a luta pela preservação moral do país e a preocupação de as Forças Armadas não se envolverem em política.

O último apelo teve efeito contrário: um batalhão de militares da ativa da reserva ocupa hoje cargos no governo. Portanto, não custaria nada ao general pedir que a caserna, num momento em que grande parte da população não tem o que comer, manhasse o apetite. E os gastos.

Ao longo de 2020, as Forças Armadas usaram dinheiro público para comprar mais de 700 toneladas de picanha e 80 mil cervejas. Haja churrasco. De 80 mil de bacalhau, foram 140 toneladas; para rebater, caixas de



Satisfações à história

Hélio Schwartzman

SÃO PAULO Donald Trump foi, pela segunda vez, absolvido num processo de impeachment. Tal resultado era mais ou menos óbvio, ainda assim os democratas insistiram na ação contra o ex-presidente. Valeu a pena?

Do ponto de vista pragmático, a decisão dos democratas parece difícil de sustentar — e não apenas pela previsibilidade do desfecho. Processos de impeachment presidencial servem basicamente para um país livrar-se de um líder que não se mostrou à altura do cargo. No caso deste segundo processo contra Trump, isso nem sequer se colocava, pois seu mandato já havia acabado.

Existia, verdade, a possibilidade de, com a condenação, aplicar uma pena acessória que o impediria de candidatar-se em 2024, mas não creio que essa tenha sido a principal motivação dos democratas. A grande preocupação, penso, foi com aquilo que podemos chamar de julgamento da história.

No cálculo das lideranças democratas (e de alguns republicanos), as ações de Trump que culminaram na

invasão do Capitólio constituem um dos mais duros golpes jamais desferidos contra a democracia americana. Deixar de tentar aplicar o remédio constitucional cabível, que é o impeachment, seria, no plano moral, normalizar essas atitudes, o que é bem complicado, para dizer o mínimo.

Concordo com o raciocínio e acho que ele vale para o Brasil sob Bolsonaro. Embora me considere um pragmático, creio que existam algumas situações em que batalhas simbólicas precisam ser travadas, mesmo quando estamos cientes de que não as venceremos.

O impeachment, hoje, não seria aprovado, mas daí não decorre que a parcela dos brasileiros que rejeita as atitudes do capitão reformado não tenham a obrigação moral de pelo menos ensaiar uma reação institucional para que seus muitos crimes de responsabilidade não fiquem impunes. É uma satisfação que devemos à história. Sem ela, os pósteros irão com razão nos considerar um país de maricas.

heio@uol.com.br

A República do Mercado

Guilherme Boulos

Professor, militante do MST e do PSOL. Foi candidato à Presidência e à Prefeitura de São Paulo. Escreve às terças

O atentado mais grave do governo Bolsonaro contra a economia brasileira foi aprovado na semana passada pelo Congresso. Arthur Lira passou a boiada da autonomia do Banco Central, sem discussão com a sociedade, em meio ao caos da pandemia. Ilustração perfeita do casamento entre autoritarismo e neoliberalismo que dá as cartas no país, num novo caso de "doutrina do choque" de Naomi Klein.

A captura do BC pelas indicações do mercado não é novidade. O atual presidente, Roberto Campos Neto, veio diretamente dos quadros do Santander. Seu antecessor, Ilan Goldfajn, era economista-chefe do Itaú. E alguns dos mais notórios ocupantes do cargo em governos anteriores tiveram a mesma origem, como Henrique Meirelles (Bank Boston) e Arminio Fraga (Soros Fund Management).

Não é só origem, mas destino. Presidentes e diretores da instituição quase sempre voltam ao mercado passada sua estadia no BC. Goldfajn, por exemplo, tornou-se presidente do conselho do Credit Suisse pouco após deixar o cargo. É a chamada porta giratória. O que há de mal nisso? Bem, imagine um alguém, em qualquer área, com a função de fiscalizar seus ex-chefes e futuros chefes. Teria alguma isenção para contrariar interesses em nome do que é melhor para o país ou para o povo?

A autonomia do BC institucionaliza essa entrega do galinheiro na mão das raposas. O projeto aprovado, na prática, permite ao BC definir instrumentos da política monetária sem sintonia com as decisões macroeconômicas de governo, em particular nos dois primeiros anos do mandato presidencial. O comandante do BC terá mandato fixo de quatro anos, encerrando-se sempre no meio de mandato do presidente da República. Ou seja, um governo eleito pelo povo terá de conviver por dois anos com uma linha de condução do BC eventualmente contrária à sua política. Uma tutela da democracia pelo mercado.

A alegação é blanda: institucionalização da "influência política". Mas quem blinda o BC da influência do mercado? E, à maneira dos crimes perfeitos, a medida foi aprovada numa operação caçada com o PL do Câmboi, que transfere poder do Conselho Monetário Nacional para o BC na autorização de contas em dólar no país. O economista Pedro Rossi alertou para o risco embutido de um caminho de dolarização da economia, que pode servir a alguns investidores, mas devastador para a soberania nacional.

É tradição dizer que, se não fosse o Carnaval, com sua vocação igualitária, que permite ao povo sofrido extravasar e afogar suas mágoas, já teríamos vivido muitas revoltas populares no Brasil. Neste ano não teremos Carnaval. Não sei se teremos revolta. Mas motivos certamente não faltam.

Generais, golpismo e pandemia

Cristina Serra

BRASÍLIA O livro "General Villas Bóas - conversa com o comandante", do professor da FGV Celso Castro, joga luz sobre a atuação dos militares no período mais turbulento da história recente do país, que vai do impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro.

A revelação mais importante é sobre o famoso tuíte do comandante do Exército, em abril de 2018, com ameaças ao STF na véspera do julgamento do habeas corpus do ex-presidente Lula. Villas Bóas informa que o tuíte teve um "rasquinho" e que foi "discutido minuciosamente" por generais do Alto Comando. Nas palavras do entrevistado: "Recebidas as sugestões, elaboramos o texto final, o que nos tomou todo o expediente, até por volta das 22h, momento em que liberei o ComSEx [centro de comunicação do Exército] para expedição".

Sim, foi isso mesmo que você leu. Villas Bóas confessa que a tradição golpista segue firme e forte entre os fardados e que o topo da hierarquia do Exército tramou para afrontar a mais alta corte do judiciário brasileiro.

Como é boa a comida do quartel

Alvaro Costa e Silva

RIO DE JANEIRO Em seu livro-depoimento, o general Eduardo Villas Bóas não trata de picanha nem de cerveja. Os assuntos abordados pelo comandante do Exército nos governos Dilma e Temer são mais indigestos: ataques ao politicamente correto e ao movimento antirracista, pressões e alertas ao STF contra o perigo de conceder habeas corpus ao ex-presidente Lula, a luta pela preservação moral do país e a preocupação de as Forças Armadas não se envolverem em política.

O último apelo teve efeito contrário: um batalhão de militares da ativa da reserva ocupa hoje cargos no governo. Portanto, não custaria nada ao general pedir que a caserna, num momento em que grande parte da população não tem o que comer, manhasse o apetite. E os gastos.

Ao longo de 2020, as Forças Armadas usaram dinheiro público para comprar mais de 700 toneladas de picanha e 80 mil cervejas. Haja churrasco. De 80 mil de bacalhau, foram 140 toneladas; para rebater, caixas de

leiro. Qual o comando constitucional que autoriza militares a exercer tutela sobre o poder civil? Em nome de quem? Como se sabe, o Supremo rejeitou o HC de Lula, preso dias depois. E agora, STF?

Em meio a tortuosos raciocínios sobre geopolítica e um ego que transborda das páginas, Villas Bóas deixa claro que as Forças Armadas não engoliram a Comissão Nacional da Verdade ("foi uma facada nas costas"), dá versões duvidosas sobre alguns acontecimentos e faz comparações desproporcionadas. Uma delas, que a desinstituição de não indígenas da reserva Raposa Serra do Sol (RR) equivale aos "progroms de Stalin" na extinta União Soviética.

De volta à política 30 anos depois do fim da ditadura, os militares ocupam milhares de cargos, acumulam salários, privilégios e bônuses. De mãos dadas com Bolsonaro, também são responsáveis pela catástrofe que já custou a vida de 240 mil brasileiros, até agora. A grande dívida é quando — e se — será possível mandá-los de volta para os quartéis.

uísque 12 anos. Desconfiados de superpartamento nas aquisições, deputados enviaram uma representação ao procurador geral da República. A ver no que vai dar (se é que vai dar em alguma coisa).

Em recente coluna (em 9/2), lembrei meus tempos de recruta zero no forte de Copacabana. A alimentação funcionava em regime de castas, a dos soldados e cabos, a dos sargentos e a dos oficiais. Estes se reuniam no cassino para café da manhã, almoço, jantar e ceia. No rancho dos recrutas nunca comemos algo nem parecido com picanha. O prato de resistência tinha apelido: "galinha atropelada". Dava para encantar. O maior sacrifício era o cardápio das terças: peixe. Não importando se frito ou ensopado, causava uma azia que só desaparecia na terça seguinte.

Nas corridas pelo calçado da praia, o sargento dialogava aos berros com a tropa: "Ela é boa!", ao que respondíamos: "Muito boa!" "O que é que é boa?" "A comida do quartel!"

mercado

Pandemia reforça aproximação comercial entre o Brasil e a Ásia

Participação da região chega a 47% nas exportações e a 35% nas importações

Arthur Cagliari

SÃO PAULO A pandemia fortaleceu o movimento dos últimos 20 anos de aproximação comercial entre Brasil e Ásia (sem considerar os países do Oriente Médio), segundo dados do Ministério da Economia compilados pela Folha.

Desde 2001, a participação da Ásia nas transações comerciais (soma da importação e exportação) do Brasil com o mundo vem crescendo. Naquele ano, do montante total, em dólares, do comércio exterior, 14% eram relativos ao continente asiático. A presença aumentou gradativamente até chegar a 38% em 2019. Com a pandemia, esse percentual pulou para 47% no ano passado.

Para especialistas, essa dinâmica ocorreu principalmente pelo rápido desenvolvimento econômico da China nas últimas décadas. Mas não só por isso. O crescimento de países como Coreia do Sul, Índia e os integrantes da Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático) reforçou o movimento.

Se analisados os números de 2020 pelos fluxos, enquanto 35% do importado veio da Ásia, 47% da produção nacional vendida foi para lá.

Ao mesmo tempo, à medida que a presença desses países na composição do comércio brasileiro despontou, a participação de outras regiões, como América do Sul, América do Norte e Europa, caiu.

Maurício Santoro, professor de relações internacionais da Uerj (Universidade Federal do Rio de Janeiro), diz que é preciso considerar que esse recuo relativo. "O volume de comércio cresceu em geral, mas esse avanço ocorreu de forma muito mais rápida com a Ásia."

Dados do Banco Mundial mostram que, em 2000, os países asiáticos tinham 24% da participação do PIB global. Em 2019, o percentual foi a 34,6%.

Essa disparidade da Ásia, segundo Santoro, ocorreu principalmente devido a um grande reforma econômica na China no fim dos anos 1970 — que impulsionou uma onda de industrialização na Ásia. Inicialmente, houve investimentos em setores com o uso intensivo de mão de obra (menos sofisticados). Aos poucos, porém, esses países foram se desenvolvendo e ganhando escala na complexidade tecnológica.

"Eles passaram a fabricar produtos eletrônicos e automóveis. Hoje em dia há muitas montadoras sul-coreanas, chinesas e japonesas presentes no Brasil", afirma. "É como competir com esses países se eles têm mão de obra muito qualificada, excelente infraestrutura, custos mais baixos e carga tributária menor?"

Se, por um lado, a indústria e os produtos asiáticos se tornaram mais relevantes no comércio global, por outro, houve uma busca por essas nações em querer diversificar seus fornecedores de commodities, principalmente soja, minério de ferro e até carne.

Muitos desses países, por pressão norte-americana, tinham os EUA como o principal fornecedor desses produtos básicos. Mas, por uma questão de segurança alimentar, houve interesse em expandir o menu de importadores, e o Brasil era uma boa opção", diz Thiago Mattos, analista comercial brasileiro na Coreia do Sul.

Mattos cita como exemplo a abertura, em 2018, do mercado sul-coreano à carne de porco de Santa Catarina, após dez anos de negociação. De lá para cá, as exportações brasileiras do produto para o país quadruplicaram.

Assim como a Coreia do Sul,

Japão e China têm o problema da segurança alimentar, acabam importando muito do Brasil e ainda produzem bens que faltam no mercado brasileiro. Já os países da Asean e a Índia não têm a mesma complementariedade.

"Os integrantes da Asean são muito diversos; há países pequenos territorialmente, como Brunei e Singapura, e grandes, como a Indonésia. Dependendo do produto, eles chegam a ser nossos concorrentes, como é o caso da Tailândia com as frutas. Mas a produção agrodeles nem sempre é suficiente, o que nos mantém atraentes", diz Mattos.

"Já a Índia é forte em setores que nos interessam, como em produtos de computação e em fármacos. Eles também têm espaço para a produção agro, mas podem ser fortes compradores pelo tamanho da população. Nossa relação comercial com eles ainda é subutilizada, e lá está o mercado de consumo dos sonhos."

De todas as relações com os asiáticos, a que mais chama a atenção nas duas últimas décadas é com a China. O gigante saiu do 9º parceiro comercial do Brasil em 2001 para o 1º em 2009 e mantém-se na posição.

Em 2020, as transações comerciais Brasil-China foram mais que o dobro do comércio Brasil-EUA. No período, os três primeiros produtos mais vendidos para os chineses foram a soja, o minério de fer-

ro e o óleo bruto de petróleo. Enquanto as plataformas de perfuração, partes de celulares e televisão foram os mais adquiridos pelos brasileiros.

O fluxo maior vem das compras chinesas. A importação de produtos agro pela China foi de US\$ 921 milhões em 2020, de acordo com dados da Secex (Secretaria de Comércio Exterior) e da ONU, compiladas a pedido da Folha pelo Insper Agro Global.

"Em 2019, a China foi o primeiro destino das nossas exportações de soja, carne bovina, de frango e suína, celulose, açúcar e algodão. Por outro lado, o Brasil foi o maior fornecedor desses produtos aos chineses, com exceção da celulose (ficando em 2º lugar) e da carne suína (em 3º)", diz Marcos Jank, coordenador do Insper Agro Global.

Ainda segundo o Insper, 78% da soja exportada pelo Brasil em 2019 foi para a China, e 65% da oleaginosa comprada por eles era brasileira.

Jank diz que o que intensificou a abertura do mercado chinês para o Brasil nos últimos anos foi a guerra comercial que eles tiveram com os americanos. Até 2016, os EUA lideravam as vendas de produtos agrícolas para a China. Desde 2017, eles perderam a dianteira para os brasileiros.

"O acordo entre eles [fechado em janeiro de 2020] prevê um crescimento nas compras

que pode mudar esse cenário, mas até agora esse acerto não deu certo porque as tarifas não caíram rapidamente como previsto, e os americanos não estavam preparados para exportar soja devido a problemas climáticos", afirma.

"O governo Joe Biden escolheu a descendente de taiwaneses Katharine Tai para assumir a chefia de representação comercial, num sinal de tentar recuperar esse espaço perdido com os chineses."

Se na compra e venda de produtos agrícolas a relação do Brasil e China é de quase uma codelpendência, no comércio de produtos industrializados a situação é diferente. As compras brasileiras são bastante diversificadas.

Embora um quinto das importações brasileiras venha da China, essas compras representam apenas 1,42% de tudo que os chineses vendem para o mundo.

"Por mais que um dependa do outro, a China tem mais margem de manobra para vender seus produtos para outros países. E eles já estão se preparando para depender menos dos produtos brasileiros, investindo em determinadas regiões da África, pensando no futuro de seu abastecimento alimentar", diz Mauro Vieira Sá, coordenador do Getit (Grupo de Pesquisa em Economia Industrial, Internacional e da Tecnologia), da Ufam (Universidade Federal do Amazonas).



Combater nacionalismo da vacina será prioridade, diz nova chefe da OMC

Ana Estela de Sousa Pinto

BRUXELAS Combater o chamado "nacionalismo da vacina" — em que países barrem a exportação para imunizar primeiro seus habitantes — será prioridade para a economista nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala, 66, que foi confirmada nesta segunda-feira (15) diretora-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio). Seu mandato vai até 31 de agosto de 2025.

Ngozi, como prefere ser chamada, é a primeira mulher, a primeira africana e a primeira pessoa negra a dirigir entidade, fundada em 1995 para impulsionar o livre comércio.

Isso significa um "peso extra", disse ela em entrevista após a confirmação de seu nome por consenso pelos membros da instituição: "Para realmente deixar orgulhosas as mulheres e os africanos,erei que entregar resultados, e é essa a minha meta".

Citando o fato de ser "de fora" como uma das principais vantagens de sua escolha — "não faremos 'business as usual' [o mesmo de sempre], venho com um olhar fresco e vou apresentar soluções novas" —, Ngozi disse que pretende apresentar soluções concretas ainda em 2021, na reunião ministerial que deve acontecer até o fim do ano.

Uma das principais, afirmou, será negociar acordos entre fabricantes de vacinas e países mais pobres para permitir o licenciamento de imunizantes e o aumento da produção. "Não vamos inventar a roda. A AstraZeneca já está fazendo isso, e sabemos que a solução interessa a todos". Segundo ela, um país que vacinar apenas sua população verá a doença voltar na forma de variantes que surgem nos vizinhos não protegidos.

Agora à frente de uma instituição com 164 membros, 650 funcionários, orçamento anual de US\$ 220 milhões (R\$ 1,8 bilhão), Ngozi falou sobre seus planos para os principais desafios da OMC. Veja alguns deles, na ordem de prioridade estabelecida por ela.

PROTECIONISMO

O problema A ameaça do novo coronavírus levou governos a barrar a exportação de produtos mé-

dicos, entre outros, e há o temor de que tarifas sejam usadas para proteger empresas nacionais na recuperação da crise pós-pandemia.

O que diz Ngozi

A nigeriana quer uma "terceira via", em que empresas licenciem vacinas e medicamentos para aumentar a produção em países mais pobres, com alguma garantia de proteção à prioridade intelectual, para "não desincentivar a inovação e o investimento em pesquisa e desenvolvimento".

A curto prazo, vai listar restrições e proibições em vigor e negociar suas reduções e garantir que elas tenham prazo limitado. A longo prazo, quer criar, com outras organizações multilaterais um plano de reação a pandemias, "pois haverá outras e, quando elas vierem, não podemos perder tempo discutindo o que fazer".

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AMBIENTE

O problema

Regras de comércio global são vistas como instrumentos para atingir os objetivos do Acordo de Paris, contra as mudanças climáticas, mas temas ambientais estão fora do escopo tradicional da entidade. Negociações para reduzir subsídios à indústria pesqueira que levam à sobrepesca e ao risco de extinção de espécies marítimas arrastam-se há 20 anos.

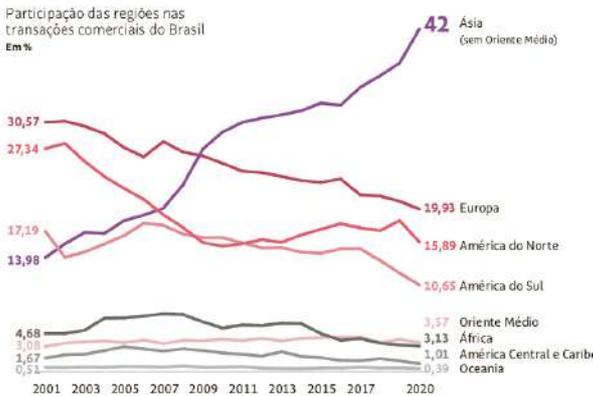
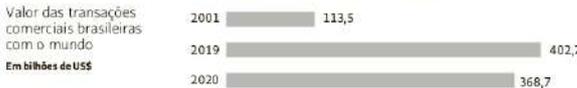
O que diz Ngozi

É uma de suas principais metas de curto prazo apresentar um acordo concreto para a questão da pesca na reunião ministerial da entidade, no fim do ano.

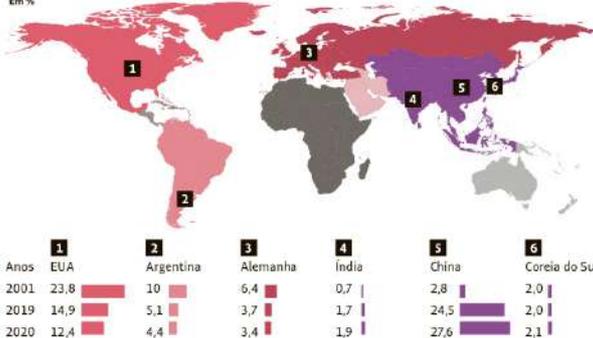
A nigeriana acha importante reduzir a emissão de gás carbônico no transporte de bens e diz que soluções mais verdes para a retomada são fundamentais, mas devem ser implantadas de forma a não punir países em desenvolvimento. "Eles devem ver as ferramentas ambientais como fonte de receita, e não como barreiras aos seus produtos."

Ela afirma que tarifas como as que a União Europeia estuda impor para desestimular produtos menos sustentáveis ambientalmente são importantes. "mas precisam ser aplicadas e moni-

Comércio Brasil-China se fortaleceu nas últimas duas décadas



Participação de países nas transações comerciais do Brasil



34% das nossas vendas agrícolas para o exterior em 2019 foram para a China

16% das compras agrícolas dos chineses vieram do Brasil em 2019

20% da importação brasileira em 2019 foram produtos chineses

1,4% dos produtos vendidos pela China para o mundo em 2019 foram para os brasileiros

Fonte: ComexStat (Ministério da Economia), ONU e Secex

Notas e Informações

Uma PEC cada dia mais emergencial

Enquanto governo e Congresso batem cabeça para encontrar a quadratura do círculo, e investir em programas sociais em aumento da Bolsa Família e mais que o déficit primário de 2019.

Se o setor público não tivesse tido aumentos superiores aos do privado, teria tido um espaço fiscal de 1,3% do PIB (quase R\$ 50 bilhões) - 3 vezes mais que o déficit primário de 2019.

PIB, o pior da série iniciada em 2010. O orçamento do Bolsa Família para 2021 é 6% menor do que o de 2020. Inúmeros programas sociais

devidamente maior que os gastos com investimentos seja rompida, como proibição de reajustes salariais, concursos para contratação de pessoal, restrição de carreiras, criação de cargos e promoções, além da redução de 25% da jornada de trabalho com redução proporcional da remuneração.



A grande estratégia chinesa

Avançada pelo descolamento econômico mais extraordinário da história recente e promovida pelas tensões comerciais com os EUA, as demandas pelo desenvolvimento social da população e a pandemia, a China está acelerando sua grande estratégia de evolução interna e externa, política e econômica.

70, foi em parte substituída pelo dólar, com o ferro, a soja e outros produtos agrícolas. Assim, China e EUA, bem como as demais democracias liberais, têm muito a perder em jogando-se em uma guerra fria.

mas particularmente importantes para o Brasil, com o ferro, a soja e outros produtos agrícolas. Assim, China e EUA, bem como as demais democracias liberais, têm muito a perder em jogando-se em uma guerra fria.

Enfim, emancipação do BC

O Brasil fica mais moderno e organizado e um pouco menos sujeito ao p o p u l i s m o com a aprovação da autonomia do Banco Central (BC), assim podem ter sido tomadas, no Brasil e em quaisquer outros países, mas isso é parte da vida normal.

o e social de cada ação destinada a melhorar a qualidade de vida. Não há nada surpreendente nesse procedimento. Comparar benefícios e custos de cada medida é mero exercício de racionalidade.

Fórum dos Leitores

Desgoverno Bolsonaro
Cultura da morte
Mais uma vez, em pleno recrudescimento da pandemia, o presidente da República promove aglomeração de seus apoiadores, todos sem máscara.

za mais a compra de armas de fogo, quando a posse delas deveria ser proibida segundo 61% dos brasileiros (Datafolha, dezembro de 2018).

ao implementar um plano de armamento pesado da população, endereçado principalmente a seus adeptos. Ele se mira no exemplo que veio dos EUA, onde por pouco extremistas armados não dominaram o Parlamento.

está ali preocupado apenas com a família e os amigos do peito. É quem sabe, realizar seu sonho de golfe e volta à ditadura.

mas, resta apenas o consolo de constatar que o novo coronavírus não faz distinção entre ricos e pobres, experts e ignorantes.



E&N

ECONOMIA & NEGÓCIOS

Comércio global

Nigeriana será a primeira mulher à frente da OMC
Pág. B4

Agronegócio na Amazônia

BNP Paribas atrela financiamentos a critérios ambientais
Pág. B5

Expansão. Banco Central colocou como meta o aumento da participação das cooperativas no crédito do Sistema Financeiro Nacional para 20% até 2022 – hoje a fatia está em 10%, o dobro do visto há cinco anos; para regulador, segmento reforça inclusão e concorrência

Na contramão dos bancos e com apoio do BC, cooperativas abrem agências no País

Fernanda Guimarães

Enquanto os grandes bancos fecharam mais de mil agências no último ano – e planejam enxugar ainda mais – as cooperativas de crédito ampliaram a presença física na pandemia e fixaram os pés em novos pontos do País.

Maior instituição do segmento, o Sicoob abriu 197 agências em 2020, um crescimento de 6% da sua base, que alcançou 3,48 mil pontos. Com isso, em número de agências, só perde agora para o Banco do Brasil, que fechou dezembro com 4,4 mil unidades. O Sicredi, segunda maior cooperativa financeira do País, com 3 mil agências, aumentou sua rede em mais 150 pontos na pandemia e tem outras 250 unidades previstas para este ano, com investimentos de R\$ 200 milhões.

O movimento tem o apoio do Banco Central, que colocou como meta o aumento da participação das cooperativas no crédito do Sistema Financeiro Nacional para 20% até 2022 – hoje a fatia está em 10%, o dobro do visto há cinco anos. O cálculo utilizado pelo BC traça da conta nichos em que as cooperativas não atuam, como crédito a grandes companhias. Setor do sistema de contabilidade, a participação das cooperativas está em torno de 5%.

Muitas originadas no setor agrícola, as cooperativas extrapolaram o campo e hoje atendem clientes de todos os setores, tanto pessoas físicas como empresas, atrás de juros menores. Como não têm fins lucrativos – já que emprestam basicamente para seus próprios associados, que são, portanto, os donos do negócio – elas conseguem taxas mais competitivas.

Atualmente há mais de 5 mil cooperativas no Brasil, sendo 82% de crédito, com ativos totais de R\$ 310 bilhões e uma carteira de empréstimos de mais

de R\$ 156 bilhões, segundo último levantamento realizado pelo Sistema Organizacional das Cooperativas Brasileiras (OCB). Em crédito especificamente, há mais de 10 milhões de cooperados e 6.043 postos de atendimento.

No ano passado, na esteira do covid-19, as cooperativas lideraram o ranking das concessões de empréstimos a pequenos negócios, sendo responsáveis por 31% do total, segundo o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

“Elas exerceram um papel fundamental ao longo da crise, que foi fazer o dinheiro chegar ao pequeno produtor, empresário, comerciante e empreendedor”, diz o coordenador do curso de economia da FGV, Jaelson Sampaio. “É importante lembrar que, muitas vezes, o pequeno tem muita dificuldade de lidar com os bancos, pelas exigências que são feitas.”

Para ampliar sua participação no segmento do Sistema Financeiro Nacional, o BC quer mais flexibilização nas regras para associação, um movimento que já visto na última década. A ideia é permitir, por exemplo, que uma cooperativa de uma instituição possa tomar parte do crédito em outra, caso a sua não tenha recursos suficientes. Isso abre espaço para que companhias menores sejam cooperadas.

Na avaliação do BC, as cooperativas são importantes porque, além de irrigar pequenas empresas e ampliarem a competição bancária, são alternativa de inclusão financeira.

Na avaliação do BC, as cooperativas são importantes porque, além de irrigar pequenas empresas e ampliarem a competição bancária, são alternativa de inclusão financeira.



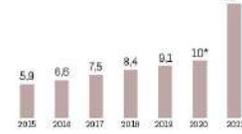
Presença. Com expansão de redes como Sicoob, cooperativa de crédito é a única opção bancária em centenas de cidades

EM ALTA

Cooperativas de crédito aumentam participação no Sistema Financeiro Nacional

Banco Central traçou como meta que cooperativas tenham fatia de 20% em 2022

EM PORCENTAGEM



*ATE SETEMBRO. **PROJEÇÃO PARA 2022. CONTA EXCLUI NEBULIZADOS EM CUELAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NÃO ATUAM COMO CRÉDITO PARA GRANDES EMPRESAS

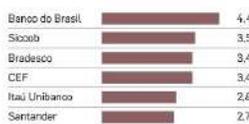
Fonte: Banco Central

Elaboração: E&N

Ranking de agências em dezembro de 2020

Maior do País, cooperativa Sicoob abriu 197 unidades em 2020; juntos, os grandes bancos fecharam cerca de 1.000

EM MILHARES



de crédito é a única alternativa para obtenção de serviços financeiros passou de 184, em dezembro de 2018, para 202, um ano depois. Segundo o regulador, o aumento reflete tanto a expansão do atendimento presencial quanto a redução do número de agências e postos de atendimento dos bancos. “Enquanto a tendência dos bancos é a busca de aumento da eficiência, reduzindo assim o custo fixo com agências, as cooperativas de crédito vão na contramão, aumentando a presença no interior do País”, reforça o analista sênior da agência de classificação de risco Fitch, Pedro Carvalho.

O presidente executivo do Sicredi, João Tavares, destaca que a presença física das cooperativas de crédito é um diferencial competitivo. “Nossa atuação é pautada por estar onde as pessoas precisam de nós e, como instituição financeira ainda é uma questão em evolução no País, nosso ritmo de penetração em novas comunidades segue acentuado. Nossos planos de expansão em termos de agências em 2020 eram, inclusive, superiores ao que foi realizado”, frisa o executivo.

Polos opostos

“Enquanto a tendência dos bancos é buscar eficiência, as cooperativas de crédito ampliam presença no interior do País.”

Pedro Carvalho

ANALISTA SÊNIOR DA FITCH

Sicoob mais de 8 milhões de cheques. “Para transações em cheque e dinheiro ainda se precisa do porte físico”, comenta. Para este ano, o Sicoob planeja alcançar 2.144 municípios brasileiros, aumento de 14%.

O executivo destaca que essas transações têm baixo retor-

no às instituições financeiras, mas que as cooperativas conseguem prestar o serviço por não terem fins lucrativos. “O cooperativismo serve para ajudar com essa dor, promovendo atendimento em geografias que não são interessantes aos grandes bancos”, afirma. Em função

também disso, os juros costumam ser mais atrativos. No Sicoob, por exemplo, a taxa do crédito pessoal é de 15,75% ao ano ante média de 31,6%.

Única alternativa. Estudo do BC aponta que a quantidade de municípios onde a cooperativa

Proximidade

‘HÁ 10 ANOS NÃO OPERO COM BANCO COMERCIAL’

Micro e pequenas empresas, como a de Mauri Pimentel, puxam o crescimento de cooperativas

Do ano de uma empresa de consultoria de planejamento, Mauri Pimentel manja toda a sua vida financeira pelo aplicativo do Sicoob. Há dez anos já não opera com nenhum banco comercial. “As taxas são muito mais competitivas”, comenta. O empresário lembra que muito antes de o Banco Cen-

tral impor um limite às cobranças de juros do cheque especial, as cooperativas de crédito já ofereciam taxas acessíveis.

No meio da pandemia, quando viu seu faturamento desabar 80%, Pimentel recorreu ao Sicoob para ter uma ideia, em um período de menos de três meses, de novembro a meados de janeiro, foram depositados no

(gado pelo governo). Com R\$ 50 mil em mãos, e com juros de 3,5% ao ano, Mauri irrigou seu negócio no pior momento e pôde respirar.

Necessidade, ajuda uma agência é raridade. “Apenas em uma emergência”, conta. Todas suas necessidades, tanto como pessoa física quanto jurídica, são resolvidas pelo aplicativo ou internet banking.

Clóvis Amaral, dono de uma loja de peças, acessórios e serviços para motocicletas em Goiânia, é cooperado a uma das cooperativas do Sicoob há 17 anos. Logo no começo da pandemia, quando ficou com seu negócio com as portas fechadas por 30 dias, recebeu a visita do gerente da cooperativa para oferecer uma linha emergencial para capital de giro, que foi prontamente aceita.

Clóvis pegou, assim, um em-



Conselhos. Clóvis pegou dois empréstimos na pandemia

préstimo de R\$ 80 mil, com juros de 0,75% ao mês.

Quando o governo lançou o Proim, o governo empre-

recebu mais uma ligação e visita de seu gerente. Recebeu a proposta de um empréstimo de R\$ 100 mil. Clóvis pegou o crédito e aproveitou para pagar a dívida mais cara. “Se não fosse

a cooperativa eu teria tido muitos problemas, como vi outras pessoas tendo”, ressalta o empreendedor.

Corporativa. Foi a carteira do Sicoob para micro e pequenas empresas, setor carente de crédito nos grandes bancos, justamente a que mais expandiu no ano passado: 60%. Essa foi grande alavanca para a carteira de crédito total do Sicoob crescer cerca de 30%, para um saldo de R\$ 80 bilhões.

Segundo Almeida, do Sicoob, a presença física é crucial. E com ela que a cooperativa conhece melhor as empresas, para entender o seu risco, uma vez que muitas dessas empresas não têm balanços organizados. “A cooperativa olta para o retorno social”, diz. /E&N

Foto: Sicoob/Divulgação; Sicoob/Divulgação; Sicoob/Divulgação; Sicoob/Divulgação

pressreader

coluna do **broadcast**

Empresas retomam plano para compra de vacina

Após a tentativa frustrada da compra de vacinas contra covid-19 em janeiro, um grupo de empresas está se preparando para uma nova investida assim que os laboratórios tiverem lotes para o setor privado. O conjunto envolve nomes dos setores intensivos e com trabalhadores em contato direto com o público, como indústrias e com trabalhadores em contato direto com o público, como indústrias e varejistas. A Multiplan, rede de shoppings, como Morumbi (São Paulo) e Barra (Rio), é uma das empresas que pretende retomar a iniciativa. Ela estuda adquirir um lote de 200 mil doses, das quais 200 mil serão doadas para a rede pública e 100 mil serão usadas na imunização de funcionários da empresa, dos lojistas e das equipes de apoio dos shoppings, como limpeza e segurança.



Preferência. No começo do ano, as negociações empresariais não avançaram porque as farmacêuticas ainda não tinham produzido capaz de atender à demanda global. A prioridade tem sido a venda dos imunitantes para os governos. Assim, cada país pode atender os grupos que considerar essenciais, como profissionais da saúde, idosos e indígenas, entre outros.

Sinal Verde. Do lado das empresas, a ideia não é ficar filar. A compra de vacinas só será possível quando os lotes estiverem disponíveis para a iniciativa privada.



Arrancadas. Com um leque de empresas altamente diversificado, a primeira janela de ofertas de ações iniciais (IPO, em inglês) e subsequentes (follow-ons) da bolsa brasileira fechou com R\$ 33,16 bilhões. O

valor incluído as transações feitas até a sexta-feira (12) e já está 21% acima dos meses de janeiro e fevereiro do ano passado, que se iniciou tímido e, apesar da pandemia, surpreendeu positivamente todo o mercado.

Grande. Vale lembrar que dos R\$ 27,3 bilhões captados entre janeiro e fevereiro de 2020, somente o follow-on da Petróbras movimentou R\$ 12 bilhões. Este ano, a maior oferta até aqui foi a aguardada estreia do empresário Benjamin Steinbruch na bolsa, com o IPO da CSN Mineração, que movimentou R\$ 5,2 bilhões na sexta-feira passada.

Variados. O início deste ano é comemorado também pela diversidade de companhias que chegam à bolsa. Com nomes que vão do setor de tecnologia, passando pelo agronegócio, energia, consumo e empresas com negócios verdes. Na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) estão agora 31 ofertas em análise, mas a expectativa é de que esse número cresça, à medida que o juro siga baixo o suficiente para continuar levando os poupadores à diversificação e o País às sinalizações positivas à questões como a vacinação, que tem efeito na economia, equilíbrio fiscal e reformas.

Deus é brasileiro. Mesmo diante das turbulências da economia, as empresas familiares brasileiras estão otimistas com seus negócios, com 78% delas estimando crescimento das vendas para 2021. Há em outros países, apenas 6% projetam crescimento neste ano. Os dados são de pesquisa da auditoria e consultoria PWC com 2.801 empresas familiares de 87 países, sendo 282 no Brasil. Essas firmas atuam nos setores de comércio, serviço e indústria. A coleta de dados ocorreu entre outubro e dezembro.

Números
78%
Mesmo com turbulências, empresas familiares brasileiras esperam crescimento nas vendas em 2021

Calma. A expectativa de crescimento dos negócios por aqui tem como pano de fundo a perspectiva de recuperação da economia brasileira em um total de 3 a comparação com 2020, que foi fraco. Mas a segunda onda de contaminações por covid-19 na virada do último ano e o ritmo de vacinação ainda incerto são fatores que podem esfriar esse otimismo. Lá fora, outros países sentiram os efeitos da segunda onda da pandemia e fechamento do comércio antes do fim do ano, o que ajuda a explicar a menor confiança.



Copa aqui. A Amé Digital partiu para mais uma funcionalidade, a compra de supermercado disponível dentro do super app. O avanço na oferta de compras em supermercados segue a estratégia já apontada pela da BMW, controlada pela Lojas Americanas e dona da plataforma, em buscar que seus usuários utilizem o app recorrentemente.

Copa aqui. Mais de 50 redes de supermercado estão disponíveis no app. O aplicativo, que oferece serviços bancários, recentemente atingiu a marca de 15 milhões de downloads e 2,8 milhões de estabelecimentos conectados.

CIRCE BONATELLI E CYNTHIA DECLÓDI

Opinião

Os combustíveis na reforma tributária



Nesta semana passada o presidente da República enviou ao Congresso Nacional projeto de lei complementar alterando a forma de cobrança do ICMS nas operações com combustíveis. O projeto visa a regulamentar dispositivo constante da Constituição Federal há 19 anos (e nunca aplicado), o qual estabelece que, nas operações com combustíveis e lubrificantes, o ICMS incidirá uma única vez, e terá alíquota uniforme em todo o território nacional.

Em princípio, a regulamentação do modelo de cobrança de ICMS sobre combustíveis previsto na Constituição é positiva, pois torna o modelo mais simples e reduz distorções decorrentes da grande diferenciação na tributação entre Estados — com grande variabilidade na relação de preço entre o etanol e gasolina. No entanto, o objetivo do governo federal ao enviar o projeto não parece ter sido esse, mas sim tentar transferir indevidamente para os Estados a responsabilidade pela alta do preço dos combustíveis, num momento em que os caminhoneiros ameaçam entrar em greve por conta do aumento do custo do óleo diesel. A proposta do governo apresenta sérios vícios problemáticos, que dificultam a sua adoção.

Por um lado, há questionamentos sobre a constitucionalidade do projeto, que, segundo algumas interpretações, estaria invadindo a competência dos Estados, ao definir que a alíquota do ICMS seria específica, ou seja, um valor fixo por litro. Por outro lado, dada a grande variabilidade na cobrança de ICMS sobre combustíveis entre os Estados, a adoção de alíquota uniforme teria um impacto muito diferenciado sobre a receita dos entes da Federação, com ganhos e perdas relevantes. Essa é, provavelmente, a razão pela qual o dispositivo constitucional que prevê alíquota uniforme nunca foi regulamentado.

Por fim, a mera adoção de alíquota uniforme de ICMS não garante a redução do custo do óleo diesel, podendo até ter o efeito oposto. Como aumento de tributos tendem a ser imediatamente repassados aos preços e o repasse de reduções de custos tende a ser mais lento, o efeito inicial da mudança pode ser até um aumento do preço médio dos combustíveis.

Isso só não ocorreria se houvesse uma redução generalizada do ICMS cobrado sobre combustíveis, o que é muito pouco provável, dada a situação fiscal dos Estados e o elevado peso dos combustíveis na receita do imposto — 18% do total, na média, em 2018.

Todos esses problemas deixariam de existir se a uniformização da tributação dos combustíveis ocorresse no âmbito de uma ampla reforma dos tributos sobre o consumo de bens e serviços, como o atualmente discutido no Congresso Nacional.

Neste modelo, os combustíveis seriam tributados por meio de um imposto sobre bens e serviços, cuja alíquota poderia ser homogênea em todo o território nacional, além de um imposto regulatório federal. Isso não apenas asseguraria a uniformidade na tributação, como deixaria toda a responsabilidade pela tributação regulatória dos combustíveis com o governo federal.

Uma ampla reforma dos tributos sobre o consumo e os serviços resolveria muitos problemas

Como a transição para o novo modelo seria longa (até dez anos), haveria tempo para que, mesmo mantendo a arrecadação, a redistribuição da carga entre os Estados fosse integralmente repassada para os preços — para baixo e para cima —, não elevando o custo médio dos combustíveis.

De modo semelhante, não haveria nenhum impacto relevante de curto prazo sobre a arrecadação dos Estados, pois a reforma tributária contempla uma transição ainda mais longa (de até 50 anos) para a distribuição da receita entre os entes da Federação.

Por fim, em um modelo bem desenhado da tributação do consumo, o custo dos tributos sobre combustíveis não seria arcado pelos caminhoneiros, que recuperariam integralmente, na forma de crédito, o imposto incidente sobre o óleo diesel. Nesse modelo, o imposto é efetivamente suportado pelos consumidores finais dos bens e serviços, e não pelos agentes que atuam no método cadeia de produção e comercialização, como é o caso dos caminhoneiros.

BERNARD APPY
DIRETOR DO CENTRO DE DEFESA DO CONTRIBUÍVEL FISCAL

Editorial Econômico

Recuperação da indústria é disseminada

A recuperação da produção industrial disseminou-se para a grande maioria das regiões. Em dezembro, na comparação com novembro, a produção cresceu em 11 dos 15 locais pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geo-

grafia e Estatística (IBGE). No País, o aumento foi de 0,9% entre um mês e outro. Na comparação com dezembro de 2019, a indústria cresceu 8,2%, com aumento em 13 dos 15 locais pesquisados. O resultado, segundo o IBGE, mostra a ampliação do movimento de retomada gradual das unidades produtivas ao ritmo normal de atividade, depois das restrições que enfrentaram por causa das medidas de combate à pandemia de covid-19. De novembro para dezembro de 2020, o crescimento da produção foi

mais intenso no Espírito Santo (aumento de 5,4%) e no Ceará (4,7%). A produção industrial em São Paulo aumentou 3,4% nessa comparação. No fim do ano passado, a produção industrial brasileira já havia superado em 2,4% o resultado apresentado em fevereiro de 2020, antes, portanto, de a pandemia começar a afetar duramente a vida da população e a atividade econômica. Há alguma aceleração na recuperação, pois em novembro o aumento sobre fevereiro foi de 2,6%. São Paulo registrou em dezembro

aumento de 10,1 sobre fevereiro. Outros Estados tiveram desempenho mais expressivo, como o Ceará (aumento de 13,2%), Santa Catarina (12,2%) e Amazonas (11%). Mas São Paulo teve grande influência na recuperação, pois abriga a principal parte da indústria do País. Ainda não se pode falar em recuperação plena. Como observou o gerente da pesquisa do IBGE, Bernardo Almeida, o resultado de dezembro teve a contribuição do calendário. O mês teve um dia a mais que novembro. Além disso, nas comparações por

períodos mais longos os resultados continuam negativos. No total acumulado de 2020, a produção industrial do País foi 4,5% menor do que a de 2019.

Nessa comparação, a produção do Estado de São Paulo colheu 5,7%. Espírito Santo, com redução de 13,9%, e Ceará, com queda de 6,1%, apresentaram resultado pior do que São Paulo. Alguns Estados conseguiram ver sua produção industrial crescer no ano da pandemia, como Pernambuco (3,7%), Rio de Janeiro (0,2%) e Goiás (0,2%).

broadcast mercados

VALORES DE MERCADO REFERENTES AO PERÍODO DE 12/2/2021

IBOVESPA: 118.428,72 PONTOS • DIA 0,11% | MÊS 3,78% | ANO 0,25% (P)

Maioristas Altas do Ibovespa

IS	Var. %	Reg.	
CAIXA PREC. FUND.	1581	507	14.010
PETROBRAS	2519	338	15.718
VALE	1607	188	15.838

Maioristas Baixas do Ibovespa

IS	Var. %	Reg.	
BRASISA	-309	-417	42.790
WEG	-118	-330	23.230
ITSA	-104	-232	31.420
TRF3	-100	-232	31.420

TRF3/Poupança/Poupança Selic

IS	Var. %	Reg.	
TRF3	10000	10000	0,0000
Poupança	10000	10000	0,0000
Poupança Selic	10000	10000	0,0000

No mundo

Países	IS	Var. %	Reg.
Estados Unidos	34624	433	2,78
China	34124	447	3,10
Brasil	11900	331	4,00
Índia	30811	120	0,37

Tesouro Direto

Instrumento	IS	Var. %	Reg.
Tesouro IPCA	49723	2,8	2,9288
IPCA	54238	8,8	10,7781
Com. Ativo Semestral	25623	2,7	3,0027

Tesouro Prefixado

Instrumento	IS	Var. %	Reg.
TPF 12M	19255	1,7	7,7200
TPF 24M	79225	0,0	14,4439

Inflação (%)

Índice	IS	Var. %	Reg.
IPCA	146	0,0	10,7781
IPCA Core	69	2,8	2,8231
IPCA FICP	146	0,0	10,7781
IPCA FICP Core	125	0,0	10,7781

Moedas regionais de países fronteiriços

IS	Var. %	Reg.	
EP (Paraguai)	1271	1,8	1,8420
US\$ (Estados Unidos)	10000	0,0	0,0000

INSS - Contribuinte (Favorece)

Índice	IS	Var. %	Reg.
INSS	10000	0,0	0,0000

Moedas internacionais

IS	Var. %	Reg.	
US\$ (Estados Unidos)	10000	0,0	0,0000
EUR (Europa)	10000	0,0	0,0000

Commodities

IS	Var. %	Reg.	
Wheat	10000	0,0	0,0000
Oil	10000	0,0	0,0000

Agropecuária - Mercado Futuro

IS	Var. %	Reg.	
Soja	10000	0,0	0,0000
Algodão	10000	0,0	0,0000

Agropecuária - Mercado Físico

IS	Var. %	Reg.	
Soja	10000	0,0	0,0000
Algodão	10000	0,0	0,0000

FUNDOS

Fundo	IS	Var. %	Reg.
Fundo FIA - Div. Sabao Graf Invest.	0,00	0,0	0,0000
Fundo FIA - Div. Sabao Graf Invest.	0,00	0,0	0,0000

Divida Fixa Detachada Estado Soberano

IS	Var. %	Reg.	
IS	0,00	0,0	0,0000
IS	0,00	0,0	0,0000

Multicredenciado Livre

IS	Var. %	Reg.	
IS	0,00	0,0	0,0000
IS	0,00	0,0	0,0000

Multicredenciado Fechado

IS	Var. %	Reg.	
IS	0,00	0,0	0,0000
IS	0,00	0,0	0,0000

Agropecuária - Mercado Futuro

IS	Var. %	Reg.	
IS	0,00	0,0	0,0000
IS	0,00	0,0	0,0000



presscenter



ARTIGO

O 'novo' Congresso e as reformas



WINSTON FRITSCH

O rolo compressor que colocou o Centrão no comando do Congresso tem um claro objetivo: acelerar a votação das reformas econômicas, atoladas desde o ano passado, fortalecendo, se funcionar, a candidatura do atual presidente em 2022. Passada a euforia da vitória, o Planalto já deu sinais de que espera que as novas lideranças entreguem sua parte da transação. Essa expectativa é otimista, pois a aprovação das reformas será contaminada por duas fragilidades estruturais da nova base parlamentar do governo.

A primeira é própria do presidencialismo de coalizão como sistema de governo. Um parlamento com grande fragmentação partidária é presa fácil de um presidente ainda popular, mas, se o príncipe vira sapo diante da opinião pública, a aliança governante se dissolve. Portanto, não há muita margem para erro. A resiliência da liderança do atual governo depende da rápida recuperação da economia para aumentar a popularidade do presidente, já muito desgastada por seu comportamento peculiar diante da pandemia.

A segunda são a indefinição programática e a liderança difusa da nova base. Essas características aumentam a influência perversa de um fenômeno comum a todas as democracias parlamentares: no caso de reformas profundas, que visem a quebrar um sistema de regulação que tem beneficiários estabelecidos, o governo tem que confrontar o viés pró *statu quo* representado pelos inúmeros parlamentares que defendem os interesses organizados

que dele se beneficiam. Isso exige unidade de visão, liderança e coragem política para evitar deformações corporativas, qualidades que o Centrão não esbanja.

O sucesso da nova coalizão dependerá, portanto, de que sua base parlamentar supere essas duas fragilidades estruturais e vote rapidamente os temas centrais para a recuperação da economia. Mas quais seriam esses temas?

Se considerarmos apenas o que foi definido pelo Planalto como

"prioridades", a agenda inclui nada menos que 35 proposições legislativas, entre as quais um grande número reflete ideias fixas da Presidência e de setores de sua base profunda em redes sociais. Essa parte da pauta não agrega e será fonte de estresse na base do governo. O importante serão os itens de natureza eminentemente econômica, pois, como o futuro do governo depende da economia, nesses deve se concentrar a coalizão.

Nesse conjunto, há três categorias de proposições. A primeira são "reformas" que propõem, como é comum no Brasil, novas intervenções para estimular o investimento com subsídios ao capital. Essas passarão voando. São as "bondades", no jargão de Brasília.

A segunda são as verdadeiras reformas, que mudam as regras do jogo, prejudicando beneficiários do *statu quo*, criando competição por novos atores que contestarão os atuais, dos quais são retirados os privilégios conferidos pela legislação existente. Essa agenda implica "maldades" como as priva-

tizações ou a liberalização da competição em setores dominados por empresas estatais e sua vasta rede de interesses privados. Infelizmente, o fato de o atual governo já trabalhar com um olho na sucessão o enfraquecerá diante de interesses corporativos operando dentro de sua heterogênea base parlamentar, paralisando ou deformando muitas dessas reformas.

Há, finalmente, as reformas de natureza fiscal, as cruciais para a recuperação da economia, pedra fundamental da lógica política da nova coalizão. Aqui se destaca, além das reformas tributária e administrativa, o Plano Mais Brasil, a ambiciosa agenda de três emendas constitucionais proposta em fins de 2019 pelo ministro Paulo Guedes, que visam, em conjunto, a redistribuir e a dar mais flexibilidade e responsabilidade aos gestores públicos na alocação de recursos dos três níveis de governo. Não é coisa pequena, mas algo que pode angariar apoio amplo, especialmente se colocado como condição para aprovação da extensão do auxílio emergencial, pois não contraria interesses corporativos. Se aprovada essa agenda, geraria expectativas otimistas que ajudariam a pavimentar o caminho de recuperação econômica.

De fato, é essa perspectiva otimista que parece embalar a lua de mel do ministro da Fazenda com as novas lideranças do Congresso. Mas é pauta que envolve grandes dificuldades de articulação política por sua complexidade, e aqui se travará a batalha decisiva do governo Bolsonaro.



Winston Fritsch é empresário, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio e doutor em Economia pela Universidade de Cambridge

Bolsonaro quer aumento de tributação para redes sociais

Em um vídeo publicado nas redes sociais, o presidente Jair Bolsonaro fez críticas ao Facebook, afirmou que acionou a Advocacia-Geral da União (AGU) e que vai trabalhar com o parlamento para aumentar os impostos para que empresas do tipo operem no Brasil. Bolsonaro afirmou que a rede social está impedindo seus seguidores de anexar imagens nos comentários de suas publicações para prevenir a disseminação de fake

news e declarou que não tira jornais de circulação porque é um “democrata”.

“Com todo respeito, eu sou um qualquer do povo: proibir anexar imagens a título de proteger fake news. O certo é tirar de circulação — não vou fazer isso, porque sou um democrata — tirar de circulação O Globo, ‘Folha de S.Paulo’, ‘Estadão’, Antagonista... São fábricas de fake news”, declarou o presidente enquanto caminhava por uma praia de Santa Catari-

na, onde passa o carnaval.

Bolsonaro também classificou o suposto bloqueio da rede social como “inacreditável” e reclamou que os atos de “censura” contra ele não são reverberados pela mídia.

“Agora, deixa o povo se libertar, porque tem liberdade. Logicamente que se alguém extrapolar alguma coisa, tem a Justiça para recorrer. Agora, o Facebook bloquear a mim e a população é inacreditável. E não há uma reação da própria mídia; ela se cala. Falam tanto da liberdade de expressão para eles, em grande parte, mentir com matérias. Agora, para a população é uma censura que não se admite”.

O ataque direcionado pa-

ra as grandes empresas de tecnologia que controlam as principais plataformas sociais não é uma novidade entre aliados de Jair Bolsonaro. O núcleo duro da “ala ideológica” é protagonista de uma ofensiva por meio de projetos de lei para impedir a remoção de conteúdos das redes, proibir pedidos de explicações e investigações sobre bloqueios de contas.

Apesar de acusar a imprensa de publicar notícias falsas, postagens do próprio presidente, de aliados, e até a conta oficial do Ministério da Saúde, já receberam avisos do Twitter e do Facebook de que continham conteúdo que pode desinformar os usuários. *(Filipe Vidon)*

18_Miriam Leitão, 20_Alexandre, 21_Miriam Leitão, 22_Eli, 23_Rafaela Mendes (paraná), 24_Fabio C. Arango (paraná), 25_Ré, 26_Carlos Góes (paraná), 27_Queluz Forno (paraná), 28_Vera Fátima (paraná), 29_Miriam Leitão

MÍRIAM LEITÃO

miriam.leitao@oglobo.com.br
miriam.leitao@oglobo.com.br
Com Ana Carolina Lima (do Rio)



Aos que não brincaram

Hoje é terça de carnaval e não haverá blocos com aquela alegria resistente que rende esticar o que já estaria acabando. Não houve desfile no sambódromo, as baterias não tomaram os corações ao passar com seu ritmo e cadência, nem as baianas rodaram sua dança envolvente. As costureiras não bordaram o brilho da avenida. Os foliões que saíram não encontraram respaldo. Não é engraçado vestir-se de alguma paródia, se a morte à espreita na esquina não é uma fantasia.

Houve aglomeração e escutei no domingo a interminável festa de um vizinho, mas mais interessante é o silêncio de quem não foi para

a rua, mesmo sendo apaixonado pela folia. Por isso dedico essa coluna aos que não brincaram o carnaval de 2021. É admirável a festa do avesso, da ausência, dos que demonstram respeito ao outro. Cada folião que não saiu, que dispensou a fantasia, que se enfeitou para si mesmo, estava celebrando a vida.

O Rio é do folguedo mineesco. Eu admito essa alegria como parte essencial da natureza do país apesar de me sentir estrangeira às vezes. No Rio, o carnaval de rua renasceu há vários anos em blocos de nomes tradicionais, divertidos e poéticos. O strão elétrico da Bahia, Os ranchos de Belém. O Largo da Batata, em São Paulo. Metódico, São Paulo tem se esmerado para que o seu sambódromo brilhe mais do que a Sapucaí. Vai vai que consegue. No Recife, o frevo com suas muitas pernas trançantes e suas sombrinhas coloridas avisa ao galo que não cante de madrugada. Em Brasília, o pacotão ficou embrulhado. Em Salvador, o Pelô fez silêncio. Manaus. Manaus é o centro da nossa dor.

Ninguém melhor que Maria Bethânia refletiu o momento ao pedir "vacina, respeito, verdade e misericórdia", na live em que mostrou a força inteira da sua voz de rainha. Ela reclamou da saudade do público distante, mas esteve tão próxima. Fez o que sempre soube fazer no canto, na poesia, na mensagem direta. Bethânia é opitã. Miguel em queda lembrava o

passado que não corrigimos. Cálice parecia ter sido composta na véspera. As raízes do Brasil estavam todas no canto da filha de Dona Canô.

O folião desgarrado que volta pra casa, lúcido e triste, como diria Manuel Bandeira, com sua fantasia um pouco estragada pelos excessos, sempre me pareceu a melhor poesia do carnaval. A alegria se esbalçou, o canto aquietou, os pés já não pulam, o grupo se desfaz e essa volta lenta, ainda marcado da festa, é a imagem que sempre prendeu meus olhos quando andei pela cidade, nos carnavais. Hoje, se houver algum folião voltando com restos de festa, não será uma imagem poética. Eu veria, se eu visse, a pessoa que decidiu que o risco coletivo não é importante.

Eu nasci numa cidade que tem hoje 92 mil habitantes. Com quantas caratingas se conta a dor de hoje do Brasil? Que métrica mediria o que temos vivido? As mortes somadas não informam tudo sobre o sofrimento desse tempo. Houve também as esperas longas e angustiadas por um parente, um amigo, uma pessoa amada, houve a aflição de contar os dias, isolado num quarto, temendo que o ar fugisse dos pulmões e, ainda, a espera ansiosa pelo resul-

tado dos testes. Houve a solidão e a saudade.

Na história dos carnavais haverá a cicatriz de 2021. Esse lapso, intermédio, ausência, parêntesis será o que de melhor teremos a contar nos anos vindouros. A folia recolhida foi o maior presente dado ao outro. O abre alas que vamos passar sem o carnaval. Momo foi levado a uma república. Destronou-se. Reinará no futuro, em outros carnavais.

O pior é a festa dos incautos, insensatos e insensíveis, dos que desprezam o risco, não por coragem, mas pela covardia de expor outros ao perigo, dos que por estupidez duvidam da ciência, fruta madura da inteligência humana.

Há muito sobre o que escrever no Brasil, numa coluna de jornal. Temas nunca me faltaram, nos quase 30 anos que aqui pontuo. Hoje a melhor notícia é a festa que não houve, a fantasia não vestida, os foliões que não foram vistos por aí. Aos que se recolheram, mesmo tendo alma carnavalesca, todo o meu respeito nessa terça magra do carnaval de 2021.

Bethânia mistura palavra falada e cantada. Declama e canta. Estilo dela. Opinião. Buscou Cecília Meireles para avisar que "a primavera chegará, mesmo que ninguém mais saiba seu nome, nem acredite no calendário, nem possua jardim para recebê-la".

União terá cadastro próprio para retomar auxílio

Ideia é usar base de dados criada com pagamento do benefício emergencial em 2020 e cruzar informações com Receita e órgãos de controle para evitar repetição de erros. Quem recebe algo do setor público, como pensão, não terá direito

GERALDO ADOCA E MANOEL VENTURA
acoram@oglobo.com.br
maad@oglobo.com.br

O governo fará uma seleção prévia no cadastro das pessoas que receberam o auxílio emergencial em 2020 antes de autorizar a Caixa Econômica Federal a começar o depósito da nova rodada de pagamento, que deve iniciar em março.

Segundo fontes a par do assunto, diferentemente do ano passado, quando os trabalhadores se cadastraram e fizeram uma autodeclaração de que se enquadravam nos critérios de renda, desta vez o Ministério da Cidadania já tem um banco de dados pronto.

É com base nesse banco de dados que o governo irá fazer uma lista de quem tem

direito ao benefício. Dessa vez, os técnicos trabalham para que os valores sejam pagos automaticamente, sem a necessidade de cadastro dos beneficiários.

Os critérios de renda para concessão do benefício devem ser os mesmos. Ainda não está decidido, porém, se mães solteiras receberão o auxílio em dobro, como no ano passado.

Quem recebe salário do setor público — considerando União, estados e municípios — pensão, aposentadoria, benefício assistencial, seguro-desemprego ou tem vínculo empregatício ativo não terá direito ao auxílio. Os dados do cadastro também passaram por uma triagem de investigação com a ajuda da Receita Federal e órgãos de controle, pa-

ra aferir os critérios de renda.

Com esse pente-fino, o universo de quase 68 milhões que receberam o auxílio emergencial em 2020 deverá ser reduzido para pouco mais de 40 milhões. Desse total, 14 milhões estão inscritos no Bolsa Família. Os outros beneficiários são trabalhadores informais e pessoas vulneráveis fora do Bolsa Família, segundo técnicos do Ministério da Cidadania.

No ano passado, beneficiários do Bolsa Família foram transferidos automaticamente para o auxílio emergencial. O mesmo deve acontecer este ano, caso o valor do benefício seja maior que o do Bolsa Família. Será uma análise automática, feita caso a caso.

Em São Francisco do Sul

(SC), o nde está passando o carnaval, o presidente Jair Bolsonaro voltou a falar sobre o auxílio emergencial:

— Já conversei com a equipe econômica, com os presidentes da Câmara e do Senado, por três, quatro meses, vai voltar. Valores não sabemos, não adianta alguém falar. Tem que procurar no Orçamento.

CRÉDITO PELA CAIXA

A equipe econômica trabalha para que o gasto total do governo com o benefício, desta vez, não ultrapasse R\$ 50 bilhões no ano, considerando quatro parcelas de R\$ 250. No ano passado, o programa começou com R\$ 600 (por três meses) e encerrou pagando R\$ 300 (por quatro meses). O Ministé-

rio da Economia não quer repetir o valor de R\$ 300.

Já a sistemática de pagamento deverá ser a mesma, a partir de um cronograma definido pelo Ministério da Cidadania. A Caixa fará primeiro o crédito em conta poupança virtual, e o saque só será autorizado posteriormente, de acordo com o mês de nascimento, para evitar aglomerações. A estratégia é elaborar um calendário alongado, de forma a permitir que os recursos possam pingar aos poucos na economia.

Os detalhes sobre a operacionalização do auxílio devem ser estabelecidos em medida provisória (MP). Com isso, as regras entram em vigor imediatamente.

A nova etapa de pagamento

do auxílio emergencial deve começar em março. A estratégia do governo, acertada com os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), é segurar a votação dessa MP, de modo que ela surta os efeitos e depois perca a validade, a fim de evitar que o valor do benefício e o número de parcelas sejam ampliados pelo Congresso.

A MP só será editada após a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria uma "cláusula de calamidade". Isso permitiria pagar o benefício fora do teto de gastos — regra que trava o crescimento das despesas da União (Colaborou Carolina Mocário)

Ford só pode demitir após fim da negociação coletiva, diz MPT

A montadora anunciou, em 11 de janeiro, o fim das atividades no Brasil

Por Valor — São Paulo

15/02/2021 16h53 · Atualizado há 16 horas

O Ministério Público do Trabalho (MPT) definiu que a Ford só poderá demitir seus empregados após o fim da negociação coletiva. A montadora anunciou, em 11 de janeiro, o fim das atividades no Brasil.

O MPT informou também que a Ford deve “abster-se de praticar assédio moral negocial e de apresentar ou oferecer propostas ou valores de forma individual aos trabalhadores, durante a negociação coletiva”.

Outra determinação foi que a montadora forneça ao sindicato profissional as informações que forem solicitadas.

Segundo o MPT, o Grupo Especial de Atuação Finalística (GEAF), busca reduzir “o grave impacto social do anúncio [de saída da Ford do país], com a perda estimada de cerca de 120 mil postos de trabalho, entre empregos diretos, indiretos e induzidos”.





EUA Estados Unidos Empresas Montadoras Carros Veículos Indústrias Produção - In this Wednesday, March 20, 2013 photo a Ford emblem is attached to the wheel of a sedan at a Ford dealership in, Norwood, Mass. March is turning out to be the best month for au — Foto: Steven Senne/AP

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça a graduação EAD em Salvador nota máxima no MEC

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

Uberlândia. O melhor da Mercedes-Benz está ao seu redor.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Transforme sua mangueira em um super esguicho de alta pressão, sem precisar usar energia.

LOBO DE METRÓPOLE

LINK PATROCINADO

Exterminador de mosquitos surpreende moradores de Salvador

MOSKITO KILLER

LINK PATROCINADO

Fio dental ficou no passado depois dessa invenção!

IRRIGADOR DENTAL POWERJET

Governadores marcam reunião com Pazuello para cobrar cronograma de vacinas

Segundo o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), coordenador da temática de vacina no Fórum Nacional de Governadores, a reunião foi marcada para quarta-feira

Por Fábio Zanini, Folhapress — São Paulo

14/02/2021 22h22 · Atualizado há um dia

Após pedir ajuda à cúpula do Congresso Nacional para conseguir uma agenda, governadores vão se reunir nesta semana com o ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, para cobrar um cronograma de entrega de vacinas e para discutir alternativas para agilizar a imunização, entre elas o uso da russa Sputnik V.

Segundo o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), coordenador da temática de vacina no Fórum Nacional de Governadores, a reunião foi marcada para quarta-feira (17). A agenda com Pazuello foi solicitada em 31 de janeiro pelo gestor.

Na conversa, os governadores querem que o ministério detalhe o cronograma da entrega de vacinas até abril, quando deveria estar concluída a primeira fase do plano nacional contra a Covid-19, com o objetivo de imunizar o grupo de maior risco.

Vão ainda tratar de alternativas de vacinas para agilizar a imunização no país, entre elas a Sputnik V, e pedir que Bolsonaro não vete a MP que dá cinco dias à Anvisa (agência nacional de vigilância sanitária) para autorizar emergencialmente vacinas contra Covid-19.

"Nos aproximamos de 30 dias do início da vacinação com perspectiva de alcançar apenas 3% da população brasileira vacinada", criticou o governador do Piauí. "Neste ritmo, o plano do governo de vacinar até junho 50% da população não vai se

concretizar. Seguindo nesta lentidão, o Brasil deve chegar a cerca de 20% da população vacinada."

Dias criticou ainda a edição, por Bolsonaro, de decretos que ampliam o uso de armas. "Neste decreto, trata de armas, armas que matam. E vacina, arma para salvar vidas, após apoio científico, debate na Câmara e no Senado, demora para sancionar, [Bolsonaro] anuncia que deve vetar mecanismo de validação do uso no Brasil de vacinas já aprovadas e em uso em outros países do mundo, salvando vidas", criticou.

Na reunião, os gestores também pretendem tratar do pagamento das UTIs em atividade desde janeiro, com a ampliação das vagas para atender ao aumento da demanda prevista. "Até dezembro, tínhamos 12.000 leitos de UTI exclusivos para Covid-19. A doença se propagou e chegamos a cerca de 15.000 leitos necessários", afirma Dias.

"Foram encerrados 6.000 credenciados e agora em fevereiro vencem mais 3.000. Ou seja, de 15.000, vamos ficar com 3.000 leitos de UTI credenciados?", contestou.

Os governadores querem ainda uma resposta para a alta de preços de medicamentos e para a falta de remédios nos fornecedores contratados pelos estados.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça a graduação EAD em Salvador nota máxima no MEC

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Imperdível: Ganhe uma unidade da cera que remove riscos!

BODYCOMPOUND

LINK PATROCINADO

DesinPros oferta especial. Grátis pote extra em qualquer kit

DESINPROS - SAÚDE DA PRÓSTATA

LINK PATROCINADO

Fluido que restaura trincos está em promoção! 1 unidade grátis

Agronegócio organiza 'tratoração' até a Assembleia Legislativa de SP contra alta de ICMS

Por Folhapress — São Paulo

15/02/2021 22h59 · Atualizado há 11 horas

Representantes dos setores de saúde, do agronegócio e dos revendedores de automóveis planejam nova manifestação contra as mudanças feitas pelo governo João Doria (PSDB) nas alíquotas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços). O tratoração está previsto para quarta-feira (17).

O ponto de concentração será a avenida Gastão Vidigal, em frente à Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo), na Vila Leopoldina, zona oeste da capital paulista. De lá, a caravana seguirá até a Assembleia Legislativa, na zona sul, onde será protocolado um projeto de lei propondo revogar o artigo da Lei 17.293 que permitiu a revisão dos benefícios fiscais.

Até esta segunda (15), 21 parlamentares estaduais já tinham assinado a proposta. O deputado Ricardo Mellão (Novo), a quem coube a redação do projeto, diz ter recebido ofício de 81 entidades, entre associações, cooperativas e sindicatos relatando dificuldades devido às mudanças nas alíquotas do imposto estadual.

No início de janeiro, uma série de "tratorações" foram realizadas em pelo menos 200 municípios paulistas. Há duas semanas foi a vez dos frigoríficos protestarem.

No dia 15 de janeiro, o governo Doria publicou a revogação de parte das mudanças. Energia elétrica rural, medicamentos genéricos, frutas, verduras, legumes e ovos continuaram com as alíquotas vigentes até o ano passado. Esses alimentos, por exemplo, continuaram isentos.

A bancada do Novo calcula que ao menos 70 entidades participem do "tratoração". Algumas das organizadoras do protesto do início do ano, como Faesp (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo) e Ocesp (Organização das Cooperativas de São Paulo), não confirmaram -essa última disse não ter conhecimento da manifestação.

A Coplacana (Cooperativa de Plantadores de Cana) confirmou que participará. Representantes de municípios do interior seguirão para a capital em vans.

O Sindhosp (Sindicatos dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios de São Paulo) também divulgou apoio à manifestação. Eles não estarão na caravana, mas deverão receber os manifestantes na Assembleia Legislativa ao som de sirenes de ambulâncias.

Claudio Furquim, presidente do Sincaesp (Sindicato dos Permissionários em Centrais de Abastecimento de Alimentos), diz que os comerciantes da Ceagesp apoiam a manifestação, mas não participarão da concentração em frente ao entreposto.

"Nossa preocupação é que isso comprometa ou atrapalhe a movimentação da Ceagesp. Somos solidários, mas vamos diretamente para a Assembleia", afirmou.

O ajuste fiscal aprovado pela Assembleia Legislativa no ano passado autorizou o governador a revisar benefícios fiscais. Para esse enquadramento, a lei definiu como parâmetro 18% e, assim, alíquotas inferiores ficaram sujeitas a revisão.

"O PL [projeto de lei] deu um cheque em branco para o governador mexer em alíquotas por decreto. Queremos revogar para que a Assembleia Legislativa volte a ter a prerrogativa de discutir essas alíquotas", diz Mellão.

Para o parlamentar, a autorização dada ao governador cria insegurança jurídica, uma vez que as alíquotas poderiam mudar a qualquer momento.

A Fazenda estadual diz que o governo de São Paulo não aumentou o ICMS, apenas aplicou revisão linear de 20% em benefícios fiscais.

Ao jornal "Folha de S.Paulo", a secretária de Desenvolvimento Econômico de São Paulo, Patricia Ellen, defendeu que o corte de benefícios fiscais seja visto como um esforço coletivo e temporário para garantir investimentos em áreas prioritárias.

"Importante lembrar que todas as suspensões de benefícios foram feitas em caráter emergencial e temporário, de até 24 meses, justamente para que todos possam contribuir", afirmou Ellen ao jornal.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Conheça a graduação EAD em Salvador nota máxima no MEC

UNIASSELVI

LINK PATROCINADO

Ei psiu, volte para o site e finalize sua compra.

CONFORT PÉ

LINK PATROCINADO

A cera que remove riscos está em promoção! 1 unidade grátis

BODYCOMPOUND

LINK PATROCINADO

DesinPros oferta especial. Grátis pote extra em qualquer kit

DESINPROS - SAÚDE DA PRÓSTATA

LINK PATROCINADO

Imperdível: O melhor irrigador dental com 1 unidade grátis

POWERJET

LINK PATROCINADO

Tatuagem sem dor e sem arrependimento? Ela criou um método revolucionário

COLE EM MIM

por taboola

Conteúdo Publicitário

Valor Investe

Líderes acertaram com Guedes tratar de novo auxílio emergencial após instalação da CMO